UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

Nicolau Maquiavel
Um estudo sobre a Teoria dos Humores

Márcia Gomes Fernandes

*Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em História Social do
Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo,
para a obtenção do título de
Mestre em História.*

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães

São Paulo

2010

“sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem.”

(MAQUIAVEL, *Discursos*. L.I, 5)

Para meus pais, Valéria e Antônio, pelo incentivo incondicional e por me ensinarem o valor do aprendizado.

Para minha querida Elisabete que tanto me apoiou no início deste trabalho, quando eu acreditava não ser capaz de realizá-lo.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha grande amiga e orientadora Ana Paula Tavares Magalhães pôr ter me acolhido e acreditado na realização dessa pesquisa. E ainda, por ter me preparado para que eu tomasse coragem e fosse à busca de novos sonhos.

Às Profa. Dra. Sara Albieri e Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho que integraram a banca de qualificação, obrigada pelas críticas e sugestões, que contribuíram para o enriquecimento desse trabalho.

À minha querida amiga Verônica que em meus momentos de agonia e de incapacidade, sempre me acolheu com seu jeito alegre e cativante me proporcionando um grande alívio.

Aos meus eternos amigos Ana Clara, Robson, Rosângela e Rosângela Maria que sempre torceram por mim e acreditaram na minha capacidade, quando eu não acreditava.

Às minhas queridas companheiras do Ambulim que me ouviam nos momentos difíceis e me ensinavam a olhar o lado positivo das coisas.

Ao Setor de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo agradeço pelo apoio e pela prontidão nos serviços prestados.

A todos os amigos que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho.

Resumo

Nicolau Maquiavel foi um grande observador das ações políticas dos homens de seu tempo. Tanto quanto Secretário da República Florentina e, posteriormente em seu exílio, como um analista atento ao que ocorria na Europa pôde formular teses sobre o agir político e o comportamento do corpo social das comunidades políticas. De seus estudos emergiram ideias que possibilitaram o desdobramento do pensamento político precedente, mas o pensamento de Maquiavel promoveu inovações que marcariam a passagem do pensamento medieval para o moderno. Exemplo disso é a Teoria dos humores – objeto deste estudo – que defende a ocorrência de tumultos como um mal necessário para a conquista da liberdade. O instrumento necessário para que isso ocorra é a existência de boas leis, que regulem os conflitos sociais para que esses não desviem dos interesses coletivos. É na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, especialmente no Livro I, que Nicolau Maquiavel analisou a temática dos Humores; sendo assim nosso estudo se deterá com mais atenção a essa obra.

Palavras-chave: Nicolau Maquiavel; Teoria dos Humores; conflitos sociais; pensamento político medieval; liberdade.

Abstract

Niccolò Machiavelli was a keen observer of the political actions of this time. As far as secretary of the Florentine Republic and later in exile, an attentive watcher to the situation in Europe was able to formulate theories on the political behavior and the social organization of political communities. Ideas emerged from his studies that enabled the deployment of the former political thought, but the Machiavelli's thoughts promoted innovations that mark the passage from medieval to modern thought. An example of it is the Humor Theory – object of this study – which defends the occurrence of disorder as a necessary evil for the liberty conquest. The required instrument for this is the existence of good laws, which regulate social conflicts so that they do not deviate from the collective interests. It is in the book “Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio” by Tito Lívio, especially in Book I, Niccolò Machiavelli analysed the template of humors; so our will be engaged more thoughtfully to this work.

Key-words: Niccolò Machiavelli; Humor Theory; social conflicts; political medieval thought; liberty.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1 – A Baixa Idade Média.....	14
1.1 – O contexto histórico.....	14
1.2 – O pensamento político nos séculos XII e XIII.....	33
1.3 – O Humanismo.....	52
1.4 – Uma vida civil e ativa: a centralidade da ação humana.....	54
Capítulo 2 – Nicolau Maquiavel e o pensamento político medieval.....	78
2.1- O nascimento do escritor.....	78
2.2 – O legado do pensamento político medieval.....	92
Capítulo 3 – A Teoria dos Humores.....	109
3.1 – A Teoria dos Humores e os tumultos.....	109
3.2 – A Liberdade Cívica.....	123
Considerações Finais.....	139
Bibliografia.....	144

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar a Teoria dos Humores de Nicolau Maquiavel, e defender que a questão dos humores promoveu um rompimento com a tradição do pensamento político medieval. Porém, também defendemos que Nicolau Maquiavel manteve no debate político alguns temas dessa tradição. A Teoria dos Humores é tratada, especialmente, na obra *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* de Nicolau Maquiavel. No entanto, isso não significa que tal tema não tenha sido abordado nas obras: *História de Florença* e *O Príncipe*. O tema humores foi analisado em nessas obras, como veremos no desenvolvimento desta pesquisa, de maneira mais generalizada, em meio a outras questões de maior relevância propostas pelo autor florentino. Portanto, é na sua obra *Discursos*, especificamente no Livro I, que Maquiavel se deteria na questão dos humores.

A origem da Teoria dos Humores está na Filosofia grega. Os filósofos da Escola Pitagórica pensavam o universo formado por quatro elementos: terra, ar, fogo e água; dotados de quatro qualidades opostas aos pares: quente e frio, seco e úmido. A transposição da estrutura quaternária universal para o campo da biologia deu origem à concepção dos quatro humores do corpo humano. O conceito de humor na Escola Hipocrática era de uma substância existente no organismo, necessária à manutenção da vida e da saúde. No livro *Das doenças* os humores são: o sangue, a fleuma, a bile amarela e a bile negra. Galeno, no século II d.C., revitalizou a doutrina humoral e destacou a importância dos quatro temperamentos, conforme o predomínio de um dos quatro humores: sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico. Colérico, portanto, é aquele que tem mais bile amarela, e melancólico, o que tem mais bile negra. Disso, transferiu-se para o comportamento das pessoas a

noção de equilíbrio e harmonia dos humores. A doutrina da patologia humoral guiou a prática médica por mais de dois mil anos, sendo substituída pela patologia celular.

A Teoria dos humores chegou à Idade Média e foi reforçada pela medicina árabe, que a endossava. Em diversas combinações com os signos do Zodíaco que governavam partes específicas do corpo, os humores e as constelações determinavam os graus de calor e umidade do corpo e a proporção da masculinidade e feminilidade de cada pessoa. Portanto, a medicina medieval era um Humorismo, pois atribuía à origem das doenças e ao estado de espírito de uma pessoa as alterações dos humores do corpo. Essa teoria médica prevaleceu até meados do século XVIII.

Os homens do medievo viviam olhando para o céu à espera de algum anúncio, de alguma mensagem de Deus. O céu era o palco do grande drama da humanidade; projetavam-se as angústias e as inseguranças nas estrelas, mas também as calmarias, as felicidades e especialmente a necessidade da humildade para se chegar à paz interior. Os céus exprimiam os anseios humanos.

Esta crença de que os astros eram determinantes na vida dos indivíduos foi contestada por alguns pensadores, sendo o principal São Tomás de Aquino. Segundo São Tomás não havia problemas em utilizar a astrologia para prever, por exemplo, as doenças. No entanto, a vontade humana não deveria submeter-se à necessidade astral, caso contrário nosso mérito e livre arbítrio estariam arruinados.

O fato é que, apesar das crenças na importância dos astros na vida das pessoas, a questão dos humores, vinculada à fisiologia, foi se aproximando cada vez mais do universo dos temperamentos dos indivíduos, mesmo que ainda relacionada aos astros, mas já próxima aos ânimos das pessoas. E é justamente nesse momento que pensadores políticos se apropriam do funcionamento do corpo

humano para explicar o funcionamento do corpo político e social. Exemplo disso é Marsílio de Pádua que compara o funcionamento da *civitas* ao corpo humano; ou seja, como no corpo humano cada parte deve cumprir sua função para que esse corpo sobreviva; o corpo social e político devem obedecer às mesmas regras, sendo que cada parte deve cumprir sua tarefa. Assim como Nicolau Maquiavel também aplica no corpo social e político a Teoria dos humores convertendo-a num conceito de cunho político, que é um estado de ânimo, um desejo de dominar – no caso dos grandes – e de não ser dominado – no caso do povo.

Nicolau Maquiavel foi, tanto quanto Secretário da República Florentina como um cientista político, um homem preocupado e obstinado em salvar uma Itália dividida e subjugada pelo imperialismo europeu. Ciente de sua importância na política florentina, mesmo depois de exilado, Maquiavel buscou por diversos caminhos compreender o cenário que se apresentava e propor soluções para os problemas que emergiam desse cenário. Para isto, Maquiavel debruçou-se nos estudos da Antiguidade para apreender sua história e construir um paradigma para a compreensão de seu presente. Desse trabalho resultou a tomada da República Romana como um modelo de perfeição.

Maquiavel entende que a perfeição da República Romana estaria no fato dessa República ter sido capaz de alcançar sua grandeza abrindo caminhos legalizados para a existência dos humores e a ocorrência de tumultos entre a plebe e o Senado. Segundo Maquiavel, essa situação de constante tensão foi um mal necessário para que Roma se tornasse poderosa, pois os tumultos visavam ao bem coletivo e eram deles que nasciam as leis, as quais garantiam a conquista e a manutenção da liberdade. Mas, esta “lógica” de Maquiavel deve ser entendida numa cidade que não esteja corrompida e que os indivíduos tenham boas intenções para

com a coletividade, para que os tumultos possam converter-se em liberdade. Caso contrário, como foi o exemplo de Florença à época de Maquiavel, os tumultos geraram faccionismo, desordem, desigualdades e a perda da liberdade. Ao conceder um valor positivo aos tumultos, Nicolau Maquiavel rompeu com a tradição do pensamento político medieval, que atacava as dissensões sociais atribuindo-lhes a culpa pela perda da *pax et concordia*.

Foram alguns os movimentos intelectuais que compuseram o pensamento político medieval. Entendemos que tais movimentos eram constituídos pelo fluxo de ideias que permaneciam no debate intelectual, mas também expressavam uma época. Esses movimentos foram essenciais para a análise de temas sobre a política e a sociedade medieval, as quais passavam por importantes transformações, que exigiam uma base ideológica para sustentar as mudanças que resultariam na formação da sociedade moderna. Neste estudo optamos por priorizar o movimento do Humanismo Cívico, pois é esse que precedeu Nicolau Maquiavel e é com os humanistas cívicos que Maquiavel também dialoga, dando continuidade a suas temáticas, seja corroborando-as ou discordando dos humanistas cívicos como é o caso da Teoria dos humores.

A análise da Teoria dos Humores será feita por meio do estudo da obra *Discursos*, Livro I. Procuramos interpretar as passagens que nos permitiram esclarecer os objetos deste estudo, utilizando-se de maneira acessória de outras obras que permitissem clarear e enriquecer nosso objeto de estudo, como também determinados conceitos. Deste modo, buscamos analisar a questão dos Humores, de Nicolau Maquiavel, numa tentativa de compreender a produção intelectual, não como um simples sintoma de uma época, mas como um produto de cruzamentos de pensamentos de uma intelectualidade. Dentro desse universo intelectual,

pensadores atentos às problemáticas de seu tempo propuseram-se a enfrentar a realidade ao seu entorno por meio de uma reflexão histórica e teórica. Essas reflexões possibilitaram o fluxo de ideias, principalmente no meio intelectual, contribuindo para a transformação e elaboração de novos paradigmas metodológicos e teóricos; como também para a construção de novos léxicos e conceitos. Sendo que muitos dos problemas enfrentados por uma intelectualidade, que nos antecedeu, ainda permanecem em aberto e suscitam o debate intelectual contemporâneo. Acreditamos que Nicolau Maquiavel foi um pensador político que exerceu um papel relevante na passagem do pensamento intelectual do medievo para o moderno, não só porque rompeu com diversos paradigmas que se tornaram impraticáveis na sociedade então emergente, mas também porque possibilitou a permanência e o desdobramento do debate em torno de temas cruciais para qualquer país, como é o caso da liberdade, no seu significado mais amplo.

A dissertação está dividida em três capítulos e as conclusões finais. No primeiro capítulo, analisamos o pensamento político medieval, realizando um estudo dos movimentos intelectuais do período por meio da observação de seus principais representantes. A ênfase está nos temas abordados pelos pensadores, enquanto sintomas de uma época, e como esses temas se desdobraram ao longo do tempo.

No segundo capítulo, tratamos do processo de formação de Nicolau Maquiavel enquanto escritor e analista político, destacando as circunstâncias que possibilitaram o nascimento do escritor. Ainda nesse capítulo, tentamos esboçar uma análise comparativa entre Nicolau Maquiavel e alguns pensadores do medievo. Esta análise expressa nossa crença em que as ideias sofrem rupturas, mas que seu destino é de intersecções contínuas com outras ideias e seus desdobramentos.

No terceiro capítulo, tratamos especificamente do tema da Teoria dos Humores de Nicolau Maquiavel. Essa temática marca o momento de ruptura de Maquiavel com seus predecessores e até mesmo com seus contemporâneos. O estudo sobre os Humores nos conduz ao estudo de outros temas intrínsecos ao tema dos Humores como leis, instituições, corrupção e liberdade. Para discorrer sobre sua tese, Maquiavel se valeria de uma análise minuciosa da República Romana, cuja perfeição das instituições, resultantes dos humores, promoveu a grandeza da República. A contrapartida será Florença, cuja corrupção levou a cidade à ruína.

CAPÍTULO 1 – A Baixa Idade Média

1.1 – O contexto histórico

Iniciaremos nosso trabalho traçando um quadro geral sobre a formação das Monarquias Nacionais européias e sobre a situação da Itália nesse contexto. Entendemos que a relevância em se demonstrar esse quadro para esta pesquisa está no fato de que ao propormos um estudo sobre o pensamento político, tanto de alguns pensadores medievais como, e especialmente, de Nicolau Maquiavel, seja necessário demonstrar o contexto histórico com o qual esses pensadores interagem, uma vez que é desse contexto que nascem os questionamentos dos pensadores e é para esse contexto que tais pensadores buscam soluções para os problemas que emergem da realidade ao seu entorno.

Nicolau Maquiavel, enquanto Secretário da República Florentina vivenciou de perto muitos problemas que emergiam na Europa por meio de suas missões diplomáticas e assim pôde adquirir experiência na observação do funcionamento das ações políticas, tornando-se um habilidoso analista político o que lhe possibilitou, quando caiu a República florentina e seus serviços foram dispensados, escrever grandes obras nas quais formulou teses e regras que permitiram um melhor entendimento sobre a prática da política, fornecendo meios para que governantes e povos pudessem construir uma comunidade política que tivesse por finalidade a garantia do bem da coletividade.

Começaremos pela Itália, pois, é nela que Maquiavel viveu e pôde prestar serviços à sua pátria¹ fazendo de sua experiência política uma fonte para a Ciência Política Moderna, considerada como tendo sido por ele inaugurada. Verificamos que

¹ Nesse momento o sentido de pátria é o de cidade. A pátria de Maquiavel é Florença, uma vez que não existe uma Itália unificada, o que se tem são cidades independentes entre si, que também lutam entre si para obtenção de territórios e poder.

já na metade do século XII, o Norte da Itália havia organizado sua política e sociedade de uma forma diferenciada do restante da Europa. Constatamos que a Itália já perdeu seus elementos feudais, todo o território era dividido em cidades-estado. O elemento mais marcante das cidades italianas era que elas haviam implantado a forma de governo republicano independente; e não uma Monarquia tal qual o restante da Europa. O desejo pela liberdade fazia com que as cidades italianas fossem conduzidas por seus cônsules e não por príncipes. Devemos lembrar que a questão do Consulado é uma retomada da Magistratura do Império Romano, sendo o modelo ideal a República Romana, nela o cônsul é a dignidade máxima da República, a qual, salvo em momentos de exceção, era governada sempre por dois cônsules, a Magistratura de “cônsul” foi mantida durante o Império, correspondendo ao mesmo ideal de *civitas* ou de *respublica*; posteriormente, na Antiguidade Tardia, ela foi concedida aos chefes guerreiros das tribos germânicas a serviço do exército romano.

A primeira cidade italiana a adotar um governo consular foi Pisa, em 1085. A partir disso, a forma republicana de governo expandiu-se pela Lombardia e Toscana. Em 1097 será a vez de Milão e no ano seguinte Arezzo, Luca, Bolonha e Siena, em meados do ano de 1125.

Nas repúblicas italianas, o cônsul permanecia no cargo somente por um ano, isso para evitar uma posse absoluta do poder. Porém, na segunda metade do século XII, os cônsules são substituídos pelo *podestà* – um funcionário eleito e investido com o poder supremo sobre a cidade. A intenção dessa mudança era conceder estabilidade ao governo republicano.

O *podestà* era cidadão de outra cidade. Sua eleição ocorria através do voto popular e sua administração era conjunta com mais dois Conselhos principais. Um

desses Conselhos era limitado ao no máximo por quarenta cidadãos de relevância para a cidade. Apesar de o *podestà* deter um grande poder sobre a cidade, ele era um funcionário assalariado e nunca um governante independente. Desta forma, evitava-se qualquer tipo de vínculo com grupos locais e assim algum tipo de parcialidade em suas decisões. O *podestà* deveria ser justo e imparcial. Seu mandato era de seis meses e não podia propor decisões políticas; sua área de atuação era administrativa e jurídica. Terminado seu mandato, examinavam-se suas contas e suas sentenças, e só depois poderia deixar a cidade.

No final do século XII, a forma republicana de governo já havia sido implantada em todo o Norte da Itália. Mas, para o Norte da Itália exercer seu autogoverno republicano e livre era essencial liquidar com dois grandes inimigos: o Santo Império Romano e o Papado.

Quanto ao Império, a problemática era que o Norte da Itália exercia o autogoverno de fato, mas não de direito, pois essas cidades eram, por direito, vassalas do Império. Esse impasse se desdobraria em constantes investidas militares do Império sobre as cidades do Norte da Itália. As guerras promovidas pelo Império transcorrem até o século XIV.

O argumento do Império para legitimar seu domínio sobre as cidades italianas retoma o século X, quando Oto I decretou a anexação do *Regnum Italicum* às suas possessões germânicas. A partir daí todos os imperadores investiam suas forças para dominar as cidades italianas. As incessantes guerras acabaram por unir as cidades italianas. A primeira iniciativa foi de Milão em 1167, formando a Liga Lombarda que conseguiu a adesão de mais vinte e nove cidades. Isso levou à derrota ao Império.

[...] em meados do século XII, os imperadores já tinham assim duas razões especiais para insistir em que a condição legal do *Regnum* do Norte da Itália era de mera província do Império. Uma delas era que – como diz Oto de Freising as cidades haviam começado a escarnecer da autoridade do imperador e a receber com hostilidade aquele a quem deviam aceitar como seu gentil príncipe. Outra razão, que Oto ingenuamente acrescenta, era que, se o imperador conseguisse subjugar todo o Norte da Itália, ele assim se tornaria o senhor de “um verdadeiro jardim de delícias”, já que por essa época as cidades da planície lombarda haviam ‘suplantado todos os outros Estados do mundo em riquezas e poder’. A esperança de obter tesouro tão grande e já disponível, somada à respeitável pretensão de impor jurisdição imperial sobre a região, resultou em que uma série de imperadores germânicos, a partir da primeira expedição de Frederico Barbarossa à Itália (em 1154), lutou por quase dois séculos a fim de impor sua regra ao *Regnum Italicum*, enquanto as principais cidades do *Regnum* se batiam com igual determinação para afirmar sua independência [...].²

No começo do século XIV, ocorreram mais duas tentativas de dominação sobre o *Regnum Italicum*. Mais uma vez se faria a união das cidades italianas, desta vez sob a liderança da poderosa cidade de Florença – a maior defensora das liberdades republicanas. Mais uma vez o Império sucumbiu.

Durante toda a batalha com o Império, as cidades italianas tiveram o Papado como aliado. Essa aliança foi selada pela primeira vez pelo Papa Alexandre III, em 1159. É nesse contexto que aparece o termo **guelfo**, nas cidades Toscanas, para indicar as pessoas que queriam a aliança com o Papado. A participação do Papado

² QUENTIN, Skinner (Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Mota). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006. pp. 26-27.

ao lado das cidades italianas foi decisiva para o fim das investidas imperialistas.

Mas, esta aliança trazia, intrinsecamente, uma ameaça: os Papas começaram a cobiçar o governo sobre o *Regnum Italicum*. No século XIII, com a aliança de Carlos de Anjou e o Papa Urbano IV, a Santa Sé Romana detinha o poder supremo por quase todo o Norte da Itália, o Centro e o Sul.

Nesse período, há uma aspiração do Papado a concentrar em suas mãos o poder temporal, e assim controlar toda a política das cidades italianas. No final do século XIII, o que se segue é uma ampliação, cada vez maior, sobre o território italiano. Esta política papal de exercício do poder temporal nas cidades italianas tinha sua legitimidade fundamentada no Direito Canônico – criado por Graciano na década de 1140. Daí seguiu-se diversos Papas juristas implantando decretos para ampliar a legitimidade da *plenitudo potestatis*.

Durante a Baixa Idade Média, verificamos em alguns reinos³ da Europa Ocidental a construção dos fundamentos para a edificação dos Estados Modernos. No entanto, seria um grande erro denominar, sem ressalvas, Estados Modernos às regiões européias. Na segunda metade do século XV, predomina uma diversidade de governos – reinos, monarquias, repúblicas; há ainda uma questão importantíssima que são as fronteiras, sejam naturais ou linguísticas, nada ainda está definido. Há ainda aquelas regiões que são avessas ao governo e que, portanto, se tornam um obstáculo para o governante.

Poderíamos apontar como exemplo de Estado os dois grandes poderes universais: o Império⁴ e a Igreja Romana. Contudo, esses poderes se exauriram em conflitos estéreis. A Igreja submeteu-se à proteção da França, estabelecendo-se em

³ A origem desses reinos está na entrada dos povos estrangeiros no Império Romano, os quais sofrem um processo de aculturação e miscigenação com os romanos.

⁴ O Império em 1157 passa a chamar-se Santo Império. Em 1254, torna-se Santo Império Romano Germânico. Era formado pela união de três Coroas: Alemanha, Itália e Borgonha. Porém, o monarca não tinha autoridade de fato.

Avignon, no século XIV. O Império saiu liquidado da Alemanha e da Itália. Nesses territórios, o poder e as funções estatais seriam exercidos pelas cidades e pelos senhores rurais, assistidos pelo Império estilhaçado. O cenário era de desunião e de uma ineficiente, muitas vezes ausência de qualquer administração central.

Antes de atentarmos para o início do processo de formação de alguns dos Estados europeus, analisaremos os elementos constituintes de um Estado. O primeiro deles é a organização de um **sistema tributário**. Foi na Inglaterra que a evolução tributária ocorreu de maneira precoce, remontando ao século XII. Com a Magna Carta, no século XIII, tentou-se limitar a atuação real e implantar o que poderíamos chamar de “Código Tributário”. O que se tinha era que a contribuição da nobreza feudal tornou-se o imposto nacional; em troca de possuir assento e representatividade no Parlamento. No entanto, não devemos crer que tal representatividade fosse um fato. O que mais nos importa no caso inglês é que o Tesouro Real não geria o imposto nacional.

A alusão ao próprio Clemente VI e a seu comportamento a respeito das rendas auferidas pela Sé avinhonense também é sugerida, bem como o excessivo centralismo papal. Assim, Guilherme de Ockham conclui que:

[...] a Igreja de Avinhão, ao ordenar algo e ao dispor dos bens eclesiásticos dos clérigos seculares ou regulares diferentemente da maneira estipulada por aqueles que os doaram, a saber, tirando deles e os tomando para si ou doando-os para outros clérigos os prejudica. É por isso que o papa, ou aquele que administra em nome do papa, se dá dízimos ou uma outra determinada parcela dos bens supérfluos pertencentes aos clérigos a algum clérigo ou leigo ou ainda os toma para si, os prejudica de maneira evidente, a não ser que o doador dos bens aos clérigos

tenha concedido ao papa tal poder para fazer isso. É por essa razão igualmente que o papa absolutamente não poderia imiscuir-se no assunto relativo aos bens que foram doados às igrejas, uma vez que não se encontra escrita tal coisa nos privilégios dos príncipes que lhes ofertaram bens, visto que não concederam ao papa tal poder sobre os bens que doaram às igrejas. Por isso, também, se o imperador, ou um rei ou um príncipe (quiser) ser ajudado, no tocante à realização de suas causas piedosas, com os bens supérfluos da igreja, os quais ele ou os seus predecessores lhe doaram, não deve pedir subsídio ao papa no que respeita a tais bens, mas, por autoridade própria, em caso de necessidade, ele pode postular um subsídio das igrejas, a menos que, talvez, o papa, por causa de um costume sabiamente tolerado em alguma região, tenha recebido esse poder.[...].⁵

A questão relaciona-se ao tema já abordado no opúsculo de Ockham intitulado *An princeps*. Desde 1336, Eduardo III, da Inglaterra, procurava persuadir o clero de seu reino a pagar um imposto de 10% sobre suas rendas, a fim de que pudesse contar com mais recursos visando a enfrentar seu primo Filipe VI, de Valois (1328-1350), rei da França, por quem o monarca inglês considerava-se prejudicado na sucessão do trono francês após o falecimento do último capetíngio direto, Carlos X (1328), sem ter deixado herdeiros masculinos. Eduardo III era neto de Filipe, o Belo (1285-1314) pelo lado materno, ao passo que o Valois era sobrinho do rei. Por outro lado, proibições canônicas impediam os clérigos de auxiliar os governantes seculares sem a prévia autorização da Sé Apostólica⁶. Além disso, a Monarquia francesa era a protetora dos papas de Avinhão desde que o papado aí fora

⁵ GUILHERME DE OCKHAM – *Sobre o poder dos imperadores e dos papas*, in GUILHERME DE OCKHAM – *Obras políticas*. Trad. José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, pp. 215-216.

⁶ Conforme IV Concílio de Latrão e a bula *Clericis laicos* (1296), de Bonifácio VIII, ensejada por aspiração semelhante, mas da parte de Eduardo I (1272-1307) e Filipe o Belo, àquela altura em guerra entre si.

instalado, em 1309, por Clemente V, e os pontífices favoreciam os interesses políticos dos monarcas franceses.

Desde julho de 1337, quando ocorreu a declaração formal de guerra entre os dois primos, o papa Bento XII passou a censurar Eduardo III por ter celebrado uma aliança político-militar com o imperador Luís IV, excomungado repetidas vezes. Finalmente, passou a ameaçá-lo com a excomunhão quando, em 1338, Eduardo assumiu o título de vigário imperial na Gália Oriental (atuais Bélgica e Holanda), feudos franceses de onde o rei tinha a intenção de invadir a França. Finalmente, excomungou-o quando, já instalado no condado de Flandres, Eduardo atacou as possessões do bispo de Cambrai. Diante das novas circunstâncias, Eduardo prosseguiu a guerra pela Coroa francesa, mas afrouxou o pacto com o imperador, em nome da manutenção de boas relações com a Santa Sé.

Nesse momento, Guilherme de Ockham, inglês pelo nascimento, redigiu o *An princeps*⁷. De seus treze capítulos, os seis primeiros destinavam-se a negar a *plenitudo potestatis* ao papa, refutando as teses curialista – apoiando-se, para tanto, na liberdade evangélica e na preeminência do imperador –, tema recorrente de toda a sua obra política. Os sete últimos destinavam-se a demonstrar que os prelados e clérigos da Inglaterra encontravam-se obrigados a ajudar o rei, inclusive com os bens eclesiásticos, no caso de uma guerra justa⁸.

O primeiro aspecto que se destaca é que por meio de um direito humano, e não divino, que os bens podiam pertencer à Igreja. Assim, as possessões dos clérigos da Inglaterra faziam parte do domínio pertencente ao rei da Inglaterra. Assim:

⁷ *Pode um príncipe, quando o requerem as necessidades bélicas, receber bens das igrejas, mesmo contra a vontade do papa?*

⁸ Cf. *Pode um príncipe*, in GUILHERME DE OCKHAM – *Op. cit.*, p. 118.

[...] Esse dado é confirmado por Agostinho, o qual, na primeira parte de seu *Comentário ao Evangelho de São João*, quase ao final do sexto sermão (...) diz o seguinte: 'Mediante qual direito, o divino ou o humano, apelas para reivindicar os bens da Igreja? Eles responderam: o direito divino se encontra na Sagrada Escritura, enquanto o humano se acha nas leis dos reis. Por força de qual direito, então, cada pessoa detém o que possui? Não é, talvez, por força do direito humano? De fato, graças ao direito divino, ao Senhor pertence toda a terra e o que nela contém [Sl 23,1]. Deus fez os ricos e os pobres com o mesmo limo, e a mesma terra os sustenta. Logo, é mediante o direito humano que se diz: esta vila, esta casa, este servo são meus. [...].'⁹

O segundo aspecto é que, na esfera temporal, cabia ao rei da Inglaterra estabelecer de que forma deveriam ser distribuídos bens temporais e possessões, inclusive os supérfluos, e o uso que os clérigos deveriam atribuir-lhes. Assim:

[...] qualquer um que deseje legar, oferecer ou dar algo que lhe pertença pode impor uma norma ou condição, desde que não esteja proibida pela lei superior. (...) Disso evidentemente se infere que os reis da Inglaterra e os seus súditos podiam estabelecer de qual modo deviam ser distribuídos quaisquer bens temporais e possessões, principalmente os supérfluos, e qual o uso que os clérigos tinham de lhes atribuir. E qual determinação, vontade, intenção, eles tinham o dever de respeitar, como se se tratasse de algo necessário à sua salvação, não obstante haver uma proibição, preceito ou decreto de alguém, o qual não deve ser considerado como superior aos reis na esfera temporal. [...]'¹⁰

⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 118.

¹⁰ IDEM, *Ibidem*, pp. 119-120

O terceiro aspecto é que os bens temporais, sobretudo os supérfluos, foram dados aos clérigos pelos reis, príncipes e outros leigos, para serem empregados em causas pias. Finalmente, o quarto aspecto é que “causas pias”, expressão generalizante, devem ser interpretadas de forma a promover vantagens ao bem comum. Assim:

[...] deve-se fazer uma interpretação mais equânime, humana, razoável e verossímil, como, de fato, ao se julgar as questões concernentes ao culto divino, ‘deve-se fazer uma interpretação benévola’, de acordo com o que está estipulado no *Livro Extra das Decretais*. Do mesmo modo que, ao se estabelecer quais ações são meritórias, deve-se fazer uma interpretação mais equânime e razoável, que não seja capciosa para ninguém, de acordo com o que está estipulado no *Digesto* e, igualmente, tudo que está dito de modo obscuro deve ser interpretado de maneira a assegurar a maior vantagem, particularmente ao bem comum, e a não redundar em prejuízo injusto a ninguém. [...].¹¹

Na França o imposto nasce no século XIV, da necessidade de pagar o resgate do rei João, o Bom – preso no contexto da Guerra dos Cem Anos (1294 – 1360). Na França predominava a ideia de que o rei devia viver por conta própria, das rendas que provinham de seus domínios, como qualquer senhor. Seguindo o costume feudal, o rei podia solicitar ajuda de seus súditos em casos bem específicos: resgate em caso de cativo e partida para as Cruzadas, entre outros. Porém, este sistema de arrecadação mostrava-se cada vez mais ineficiente uma vez que não cobria os gastos com a administração do reino, com a diplomacia e com as

¹¹ IDEM, *Ibidem*, p. 120.

guerras. Neste sentido, era comum que o rei recorresse aos representantes dos súditos para obter recursos financeiros necessários à sobrevivência do reino. Na metade do século XV, o imposto consolidou-se. Era o rei quem estipulava o montante a ser pago pela população. As fontes numéricas nos mostram que a população sofria uma carga tributária bastante pesada; não somente os camponeses – os que mais sofriam – mas também os senhores.

Em relação às cidades que integravam o Império, vamos atentar para as cidades que exerciam uma autonomia, lembrando que tal autonomia era de fato e não de direito. Em linhas gerais, eram as cidades que organizavam sua política fiscal, estabelecendo um imposto direto e indireto. O imposto direto recaía, diretamente, sobre os rendimentos pessoais dos indivíduos. Observamos que a cobrança do imposto direto, em algumas cidades refletia um caráter equitativo, ou seja, pessoas com grandes fortunas contribuía com uma parcela maior. Porém, o imposto indireto – cobrado sobre as variadas atividades econômicas e financeiras – recaía igualmente para os ricos e pobres.

Quanto ao Papado, no século XIV, organizou um rigoroso sistema de fiscalização pontifical. Nesse sistema todo o clero transferia ao papa grande parte de seus benefícios. Quando da morte de um clérigo, o papa apossava-se de seus bens e créditos e costumava manter vago o cargo, por meses e até anos, para garantir o recebimento de benefícios. Essa política fiscal termina com os Concílios reformadores de Constança (1414-1417) e Basiléia (1431-1449). O clero sob a administração de um monarca submetia-se às negociações com o próprio rei. Tais negociações, denominada Concordata, variavam entre os vários reinos.

Ao instalar-se em Avinhão, a Corte papal livrou-se do envolvimento com as complexas e antiquíssimas vendetas familiares da nobreza romana, tornando-se,

mais do que nunca, o centro administrativo e jurídico da Igreja. Assim, se os papas do início da Idade Média extraíam seu poder das relíquias dos apóstolos, os do período de Avinhão retiravam-no de sua sofisticada burocracia e de seu sistema de finanças papais.

No entanto, as reformas empreendidas por esta série de pontífices não deixaram de causar diversos problemas. Assim, se por um lado o centralismo decisório tendia a eliminar contendas locais e melhorar o padrão dos nomeados, por exemplo, quanto à eleição episcopal, por outro violou uma variedade de direitos existentes, criando muitas expectativas na disputa pelos cargos, as quais não eram passíveis de ser satisfeitas pelos papas. Num contexto em que a França, a Inglaterra e a Alemanha encontravam-se em conflito, o fato de boa parte da renda papal provir de provisões da Inglaterra e da Alemanha suscitou ressentimentos, e a sensação de que os recursos das igrejas inglesas e alemãs estavam sendo devorados pela França (sede e patrocinadora dos novos papas) – o que era uma ilusão, já que provavelmente mais da metade da renda do Papado de Avinhão provinha da própria França. A complexidade da administração papal acarretava novas necessidades e desenvolveu uma burocracia muito numerosa, o que comprometia as relações dos papas da cidade francesa com o clero e os governos dos países vizinhos. Ainda no Concílio de Viena (1311), reunido sob Clemente V, Guilherme Durand, bispo de Mende, propunha a reversão da tendência ao centralismo em favor de um maior fortalecimento das hierarquias locais e dos sínodos regionais. Nada resultou de suas propostas, e o descontentamento, naturalmente, cresceu.

As provisões papais, dessa forma aumentadas, eram, muitas vezes, esbanjadas. Clemente VI, definido como homem caridoso, que permaneceu em

Avinhão durante a peste – que dizimou a cidade, matando mais de 62 mil habitantes – para supervisionar o atendimento aos enfermos, os enterros e a assistência pastoral aos moribundos, era um anfitrião bastante pródigo, ao qual são atribuídas sentenças como “um papa deve fazer felizes os seus súditos”, e “os meus antecessores não sabiam ser papas”. Outra parte do dinheiro era empregada nas guerras intestinas italianas, já que os papas lutavam à distância para conservar seu patrimônio na Itália. Calculou-se que João XXII teria gasto em guerras 63% de seus rendimentos; estima-se que dois terços de toda renda auferida pelo Papado de Avinhão destinaram-se à manutenção de exércitos mercenários e ao suborno de aliados na política italiana.

Não podemos ignorar os desdobramentos da implantação de um sistema tributário em reinos em que ocorria a edificação do Estado Moderno. Os encargos cobrados aos indivíduos e sua aplicação diversificada irão modificar a economia de cada reino, provocando grandes dificuldades no setor monetário e militar.

O segundo elemento constituinte de um Estado Moderno é a preeminência de um **exército permanente** à disposição do monarca e sob seu comando. O costume feudal concedia o direito ao senhor feudal, mesmo ao rei, de convocar seus vassalos em caso de uma guerra. Para uma guerra feudal, que em geral durava quarenta dias, essa medida era satisfatória. Porém, cada senhor era chefe de seu “exército” e isso se tornava um obstáculo à formação de um exército homogêneo e coeso quando fosse o caso de uma guerra maior que envolvesse um reino. Quando havia urgência, o rei poderia dispor da população, convocando-a para o combate, mas isso era um trabalho monumental e o resultado era insatisfatório. O reino pioneiro na formação de um exército permanente foi a Inglaterra. Desde o século XII, a realeza estabeleceu medidas para o recrutamento e a formação de tropas, a compra

e a manutenção de armamentos. Os homens que compunham as tropas ou recebiam soldo ou eram mercenários. A Itália também se direcionou na tentativa de constituir um exército adotando o sistema da *condotta*, ou seja, era contratado um *condottiere*, quase sempre um estrangeiro, para formar um exército composto por mercenários. Esse tipo de exército mobilizava-se somente por dinheiro, sendo comum abandonarem a batalha no seu percurso. Além disso, causavam grandes sofrimentos às populações que os contratavam, pois além dos impostos pagos para contratar os mercenários, sofriam as pilhagens dos mesmos.

Mas foram os franceses que deram os passos decisivos para a formação de um exército permanente característico do Estado Moderno. Segundo P. Wolff são necessários alguns elementos para caracterizar um exército permanente, tais elementos são:

[...] Para que haja realmente exército permanente, são necessárias várias condições: existência de estruturas regulares, independentes da renovação dos efetivos; desejo do poder em manter em serviço elementos de tropas, mesmo em tempos de paz; presença de jovens que projetem realizar verdadeiras carreiras militares, com a disponibilidade e a perda da liberdade que tal vocação supunha; e, finalmente, instauração de rendas regulares, suficientes para manter esse exército. Por volta de 1450, todas essas condições existiam na França, e Carlos VII tomou as medidas essenciais: procurou fixar a gente de guerra nas guarnições fronteiriças; reivindicou unicamente para si, e à custa dos príncipes, o recrutamento; operou, entre os soldados disponíveis, uma triagem e os elementos foram agrupados em companhias de ordenança com organização e armamento uniformes [...].¹²

¹² WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* São Paulo: Editora Martins Fontes, 1988 p.48

Foi dessa forma que a França constituiu o principal instrumento de gestão de um Estado Moderno, lançando as bases do que seria no mundo atual as Forças Armadas e demais meios de coação.

Por fim, o último elemento é o **sistema monetário**. Temos um quadro bastante confuso, na Europa dos séculos XIV e XV, referente às moedas. Pode-se afirmar que o sistema monetário era basicamente metalista, ou seja, fundamentava-se em peças de diferentes metais. Esses metais não tinham lastro ou indicação de valor; traziam somente uma imagem simbólica como, por exemplo, um escudo. Essas moedas definiam-se por três critérios: peso, quilate e valor de conta. Tais critérios eram bastante variáveis de reino para reino. Vivia-se quase que numa “anarquia monetária” nos reinos europeus. Mas uma problemática adquiriu relevância e chamou a atenção de pensadores desse período: a questão da mudança da moeda.

O enfraquecimento da moeda era uma medida muito utilizada, principalmente, no caso de uma crise política ou militar. Vale lembrar que a insuficiência dos recursos, advindos dos impostos regulares, era um motivo tentador para a emissão de novas moedas. Na maioria dos reinos e cidades houve um movimento no sentido de manter a estabilidade monetária. Exemplo disso foi a Inglaterra que, tendo um sistema de impostos bastante desenvolvido, pôde manter estável a libra esterlina.

Mas o fato é que a complexidade e a instabilidade do sistema monetário europeu provocaram grandes prejuízos à economia. Dentro desse quadro, houve pensadores que se debruçaram sobre a problemática do sistema monetário. A princípio, a moeda era considerada propriedade do príncipe. Mas, a partir do século XIII, ocorre um esforço para alterar essa situação e introduzir e consolidar a ideia de

que o rei devia ser o possuidor da moeda, uma vez que essa pertencia à comunidade. Disso resultaria que o rei somente poderia mudar a moeda tendo em vista o bem-comum.

Neste sentido, paralelo ao restabelecimento de um sistema tributário, emergia uma Teoria Moderna Monetária:

[...] Ninguém fez mais para aprimorar essas noções do que Nicole Oresme, preceptor do futuro rei Carlos V da França, bispo de Lisieux em 1377, e que, a pedido de seu real aluno, traduziu várias obras de Aristóteles e redigiu um tratado *De l'origine, nature et mutation des monnaies*.

“Não se deve jamais, mudar as moedas se a necessidade não é urgente, ou se a utilidade não é evidente para toda a comunidade.” [...] ¹³

Um excelente exemplo de formação precoce de Estado Moderno foi a Inglaterra. Juntamente com os anglo-saxões e posteriormente sob o domínio dos normandos construíram um Estado, a partir do século IX, em que os reis Wesses legislavam. A Inglaterra foi um caso bastante peculiar comparado à França. Na Inglaterra o sistema feudal foi implantado pelo duque francês Guilherme, o Conquistador que invadiu a Inglaterra impondo o feudalismo de cima para baixo e de fora para dentro, ou seja, o feudalismo inglês era uma anomalia à medida que não emergiu de uma estrutura precedente, no caso o Império Romano, que já possuía em si mesmo as condições necessárias para a formação do sistema feudal.

Ao invadir o território inglês, o duque Guilherme formou cerca de cinco mil feudos. Sua tática consistia em nomear, em cada feudo, um vassalo real. Porém,

¹³ IDEM, *Ibidem*, p.52

criou um modelo diferenciado de todo o Continente: determinou que os vassalos daqueles também devessem fidelidade direta ao rei. Além disso, o rei possuía, em todas as regiões do reino, o maior número de terras do que o vassalo mais poderoso. Esse modelo fez desenvolver-se na Inglaterra um **feudalismo centralizado**.

Seu bisneto Henrique II (1154-1189) numa tentativa de fortalecer suas funções teocráticas entra em conflito com a Igreja. O arcebispo de Canterbury, Thomas Becket, líder desse conflito, é assassinado tornando-se um mártir, e o poder real passa a sofrer muitas acusações. O trono é sucedido por João Sem - Terra (1199-1216) filho de Henrique II. Durante seu reinado, a situação política fica mais tensa. O rei necessitando de recursos para manter a guerra contra os franceses confisca terras e castelos. No entanto, estes confiscos pertenciam à esfera do direito feudal, assim, em contrapartida, os vassalos reais podiam reivindicar a *diffidatio*. Devido às derrotas na guerra e sua crescente impopularidade, o rei é pressionado a assinar a Magna Carta em 1215. Esse documento reforçava os princípios feudais e esvaziava o poder teocrático do rei. Dentre todas as suas cláusulas, a mais significativa foi aquela que lançou as bases do Parlamentarismo Inglês, pois, criara o Conselho de Barões encarregado de fazer com que o rei cumprisse todas as determinações da Magna Carta. Daí em diante, vê-se que na Inglaterra o Parlamento, cada vez mais, funcionava com o intuito de fiscalizar e controlar o poder real.

O que nos mostra a história inglesa é que seus monarcas limitaram-se ao seu papel de suserano (rei no aspecto feudal), e devido a isso conseguiram passar por crises devastadoras e duradouras, podendo assim manter o Regime Monárquico.

Exemplo oposto ao da Inglaterra foi a constituição da Monarquia francesa,

sob o comando da Dinastia Capetíngia (987-1328). Seus reis exploraram intensamente as práticas feudais. Quando um vassalo se revoltava contra o rei, além de quebrar seu juramento, submetia-se às sanções divinas. Essa situação servia de exemplo aos seus próprios vassalos. Portanto, era desvantajoso qualquer tipo de contestação ao rei, pois isso favoreceria o fortalecimento do poder soberano (rei no aspecto teocrático).

Outro instrumento dos reis era servir-se do *consilium* – serviço prestado pelos vassalos. Com ele, os reis puderam organizar órgãos centrais da Monarquia em todas as regiões. É assim que se forma o Parlamento de Paris. No Parlamento, o rei, como suserano, era a instância superior a decidir sobre os problemas entre os senhores e vassalos. Foi esse o processo que resultou na unificação jurídica e na destruição das jurisdições feudais. No decorrer dos séculos, o poder do rei deixa de ser suserano para tornar-se soberano.

Enquanto a Inglaterra e a França caminhavam para uma centralização do poder – vale destacar que aquela em torno do Parlamento e essa ao redor do rei – e daí para a formação do Estado Moderno e a formação de uma Nação; Alemanha e Itália eram apenas realidades geográficas e não políticas, pois viviam, constantemente, sob as agressões do Império – no caso da Alemanha – e da Igreja na Itália.

E a maior parte das regiões européias do Ocidente constituía-se em diferentes reinos no início do século XIV. Não há dúvidas de que existia um processo de edificação dos Estados Modernos na Europa, porém, tal processo e todos os seus desdobramentos não eram explicitamente bem definidos nem compreendidos.

Esclarecendo os fundamentos de um Estado Moderno, vamos nos voltar para

a depressão que recai sobre a Europa Ocidental nos séculos XIV e XV. É difícil datar o momento inicial dessa depressão. Muitos historiadores tomam por marco o ano de 1348, da grande Peste Negra. No entanto, outros historiadores apontam que a depressão iniciou-se há muitos decênios anteriores a 1348. Isso porque se dá um grande desequilíbrio entre a oferta e a procura de trigo – base da alimentação – resultando numa população subalimentada. Isso é verificável, a partir de 1270, na Inglaterra. Depois vieram as fomes, sendo a mais conhecida a fome de 1315 – 1317, que provocou uma grande devastação na Europa Ocidental. Outro sintoma da depressão foram as falências de grandes companhias, pertencentes a importantes famílias. Tais falências iniciaram-se em 1298. Paradoxalmente, é neste cenário de desgraças que se tem na Europa Ocidental dois movimentos dependentes e interligados entre si: a emergência da edificação dos Estados Modernos e do processo de construção do sistema capitalista, o qual passará por uma crise já na primeira metade do século XIV.

Existem muitas explicações para a depressão do século XIV e XV, isto por ser um problema bastante complexo e atacar uma Europa com diversidade de regiões. A depressão que se abateu sobre a Europa teve como causas uma série de fatores que conjugados desencadearam-na. Não cabe nesse trabalho analisar metodicamente tais causas, apenas citaremos e faremos uma breve análise, com o intuito de não deixar em branco uma parte da história europeia que precederá o período que é objeto dessa pesquisa.

Partindo do estudo de P. Woff, as causas apontadas para a depressão na Europa foram: o aumento demográfico não acompanhado pelo aumento da produção, o que terá como consequência uma população subalimentada. Essa situação já é visível em 1270 na Inglaterra, mas será verificável praticamente por

todos os lugares. Desde o século XIV, as fomes multiplicavam-se pela Europa, alternando segundo as condições climáticas. Portanto, é uma população subnutrida que será atacada pela peste de 1348. Outro elemento desencadeador da depressão fora a Guerra dos Cem Anos, travada entre França e Inglaterra, sua participação na depressão deu-se, principalmente, no plano econômico e financeiro, em ambos os reinos, e na perda de muitas vidas. Ainda ligada à guerra, tem-se a incapacidade dos reinos de manterem-se na condução de uma guerra longa, recaindo o fardo mais pesado sobre os mais pobres, pois foram os que mais sofreram a alta dos preços, principalmente do trigo, durante o longo conflito. Seguido à depressão, ocorre a retomada do desenvolvimento entre finais do século XV e início do XVI.

É considerando o cenário acima descrito que analisaremos o surgimento e a importância do humanismo cívico no pensamento político medieval. Um estudo mais complexo sobre o humanismo cívico iria nos afastar da proposta desse estudo. Sendo assim, limitar-nos-emos às cidades italianas pelo fato de serem elas as mais determinadas em garantir sua soberania e seu autogoverno diante das constantes tentativas de dominação por parte do Império e do Papado. E dentre essas cidades teremos por foco a cidade de Florença, por ter sido ela uma liderança fundamental contra as investidas estrangeiras e por ser ela o principal centro de elaboração e difusão do ideal de liberdade, uma vez que foi nesta cidade que os grandes pensadores humanistas puderam desenvolver teorias políticas vitais às necessidades do momento vivido.

1. 2 – O pensamento político nos séculos XII e XIII

Pensar numa análise da política durante a Idade Média não seria possível sem recorrer aos movimentos intelectuais que foram determinantes na colocação de

temas sobre política a serem analisados pelos pensadores medievais. É importante ressaltar que tais temáticas interagiam com a sociedade medieval, a qual a partir do século XI inicia um processo de transformações. Este cenário de mudanças na estrutura da sociedade medieval exigiria uma base ideológica para sustentar imensas e profundas alterações que culminaram na sociedade moderna. Para tratar do pensamento político medieval, estudaremos a teoria de alguns pensadores medievais e o movimento humanista. Por ter um peso maior nesta pesquisa, o Humanismo será analisado de maneira mais detalhada, uma vez que, conforme dito no início desse trabalho, acreditamos que Nicolau Maquiavel dá continuidade ao movimento, na medida em que mantém os temas tratados pelos humanistas, às vezes corroborando as teses humanistas, porém, outras discordando e rompendo com a tradição humanista como a questão dos dois humores, que será desenvolvida mais adiante. É importante ressaltarmos que foram muitas as questões arroladas pelos pensadores medievais, no entanto as que iremos tratar pensamos serem as principais: a liberdade, a defesa do autogoverno republicano e a manutenção da paz. Porém daremos ênfase à liberdade uma vez que, segundo a teoria dos humores de Maquiavel o fim último das dissensões sociais é a garantia da liberdade, contrariando toda uma tradição de muitos séculos atrás.

Iniciaremos nosso estudo com um importante movimento que emergiu no século XIII e que forneceu um significativo capital intelectual para o florescimento do movimento humanista. Esboçaremos as principais ideias de tal movimento denominado Escolástica. A escolástica pode ser analisada por dois ângulos: o primeiro enquanto uma metodologia de aprendizagem praticada nas Universidades; o segundo, e o mais significativo, como um movimento cultural de caráter político, que possibilitaria o surgimento de importantes teorias sociopolíticas, assim

fornecendo elementos para a emergência do humanismo cívico.

[...]. Às portas do século XIII, um fato novo se produz na história das escolas: a emergência de uma instituição – a Universidade – na qual mestres eclesiásticos especialistas da cultura se associam para formar um corpo profissional segundo o modelo das corporações de ofício. Consagrado pelo papa, esse corpo é englobado pela Igreja a título de instituição autônoma que, subtraída à jurisdição dos bispos e senhores, está submetida unicamente ao poder pontifício e a seu controle doutrinário. Essa nova instituição desenvolve-se de início em Paris e em Oxford e não é separável da emergência da cultura – fortemente organizada e privilegiada de maneira exclusiva – que chamamos de escolástica. [...].

[...] Designa-se, pois, pelo termo escolástica, o magistério de um corpo profissional que se apóia sobre o estatuto sancionado pelo papa e que se compõem de mestres encarregados de comentar textos consagrados que têm autoridade. O trabalho do mestre é supervisionado pelo corpo institucional, que condena qualquer desvio. Esse mundo de textos constitui todo o universo da escolástica e sua fronteira é marcada pela interdição de outros livros. [...].¹⁴

Nessa perspectiva, podemos entender a cultura escolástica como uma metodologia de aprendizagem praticada nas Universidades. A Universidade de Paris se destacou por ser o centro difusor da escolástica por algumas regiões da Europa. Os estatutos da Universidade de Paris aprovados em 1215, pelo legado pontifício Roberto de Courson, organizaram conjuntamente a Universidade e a Escolástica. Ambas floresceram unidas, determinando a formação de uma

¹⁴ ESTEVÃO, J. C. *Escolástica*. IN: *Dicionário temático do Ocidente Medieval* /coordenação Jacques Le Goff e Jean Claude Schmitt; coordenador da tradução Hilário Franco Júnior. Bauru, SP: EDUSC: São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 367

instituição fechada e formada por mestres que tinham por metodologia de ensino a escolástica, sendo a Universidade o espaço obrigatório para a promoção da escolástica.

Uma característica constitutiva desse organismo fechado é o seu corporativismo: ambos são fechados e isolados da interferência externa. O conhecimento é privilégio da escolástica: ela é dona dos verdadeiros saberes. Para os escolásticos, o saber legítimo só pode ser encontrado nas Universidades, e não há outros mestres além dos escolásticos. Os mestres da escolástica, por meio de sua cultura fechada e especializada acabaram por restringir-se à tarefa específica do comentário, não houve preocupação em enriquecer suas bases textuais, mas sim, limitou-se a conservá-las e transmitir uma série fechada de textos.

[...] Mas a principal diferença entre os escolásticos e os retores que os antecederam consiste na espécie de conselho político que uns ou outros consideram mais adequado oferecer aos governantes. Está claro para os escolásticos que as artes retóricas têm importância apenas marginal na vida política, já que pouco mais oferecem do que um treinamento nas técnicas de “adorno verbal”. (...). Em vez disso¹⁵, tendem a concentrar a atenção no maquinário do governo. Apresentam-se menos como moralistas do que como analistas políticos, voltando suas esperanças menos para a virtude dos indivíduos do que para a eficiência das instituições, como meio mais apropriado para se alcançar o bem comum e um governo pacífico. [...].¹⁶

Na leitura que Skinner faz da escolástica podemos perceber que o

¹⁵ A cultura escolástica.

¹⁶ SKINNER, Quentin. Op., cit., p. 80

movimento escolástico não se limitou a um método de ensino restrito à Universidade, pelo contrário, a escolástica foi um movimento intelectual que se lançou para a compreensão das problemáticas de seu tempo, principalmente quanto às questões políticas. Os fundamentos da escolástica são as obras filosóficas de Aristóteles¹⁷, tendo como base essas obras, os escolásticos irão questionar a tradição política cristã, a qual se apoiava na teoria de Santo Agostinho¹⁸. Porém, na concepção aristotélica, a *pólis* é uma criação humana e seus fins são atender as necessidades humanas.

A cultura escolástica chega à Itália, ainda no século XIII, por meio de um dos pensadores mais importantes do período: Marsílio de Pádua. É ele quem vai contribuir para a difusão do pensamento de Aristóteles. A consequência disso é que os pensadores italianos terão como questões centrais de seus debates a independência política e o autogoverno republicano, principalmente no Norte da Itália que, como já vimos, sofria as investidas imperialistas tanto do Império como do Papa. Os escolásticos também apontam para a vulnerabilidade do sistema republicano, para eles a causa está na existência das facções e discórdias civis que perturbam a paz colocando em risco a liberdade. Para esses pensadores, o maior valor para as cidades deve ser a manutenção da *pax et concordia*.

Os escolásticos também alterariam a visão que se tinha da história de Roma, para eles o apogeu de Roma não ocorre no Império, mas sim na República. Esta nova visão da história romana e a conscientização de novos temas políticos, propostos pelos pensadores escolásticos, irá transcender o movimento escolástico fornecendo os alicerces para o surgimento de um importante movimento político, (nos séculos XIV e XV) que foi o Humanismo Cívico.

¹⁷ As obras de Aristóteles ingressaram na Europa por meio do Califado de Córdoba, nos inícios do século XII.

¹⁸ Santo Agostinho representa a sociedade dos homens como uma ordem imposta por Deus. Os homens, decaídos, teriam a vida terrestre como remédio para seus pecados.

Não podemos compreender a escolástica partindo de uma única visão, ela foi um método de ensino praticado nas Universidades, principalmente em Paris¹⁹. Mas também, serviu de esteio, principalmente no Norte da Itália, para a formulação de teorias que pudessem legitimar e sustentar a liberdade destes povos. Apresentaremos a seguir as ideias dos mais significativos representantes da escolástica.

Começaremos nossa análise com o pensador e teólogo Santo Tomás de Aquino (1225-1274) que viveu e participou dos debates em diferentes questionamentos que eclodiu no século XIII. Esse período foi muito importante para a Igreja Católica, pois, foi nessa fase que ela adquiriu supremacia sobre a sociedade medieval, principalmente no campo das ideias. O grande e o mais importante pensador da escolástica foi Santo Tomás de Aquino.

Tomás de Aquino desenvolve todas as suas teorias à luz da filosofia de Aristóteles. Isso ocorre devido a diversos fatores, mas o mais relevante foi que o Ocidente consegue recuperar as obras de Aristóteles, na passagem do século XII para o XIII. Com as obras em mãos, iniciou-se a tradução. O resultado foi que os textos de Aristóteles substituem a Bíblia no que diz respeito ao princípio de autoridade. Esse cenário irá gerar o seguinte quadro: de um lado, a Ordem de São Francisco, liderada por São Boaventura que aliada à Igreja defendia a tradição de Santo Agostinho; por outro lado, a Ordem dos Dominicanos, liderada por Santo Tomás de Aquino que defendiam uma possível conciliação entre a filosofia de Aristóteles e as verdades da fé cristã. Além dessa divisão, ocorreu outra quanto à interpretação da filosofia de Aristóteles: de um lado os seguidores de Avicena²⁰, do

¹⁹ A escolástica foi uma tentativa de conciliação entre a concepção aristotélica de vida cívica e o cristianismo de Santo Agostinho.

²⁰ Famoso filósofo e médico que viveu na Pérsia (930-1037).

outro os de Averróis²¹.

Neste momento nos restringiremos às ideias políticas de Tomás Aquino, uma vez que são objetos desse trabalho. É preciso salientar que a ética tomista, ou filosofia moral, tem por objeto as ações humanas, mas não qualquer ação e sim as ações livres e racionais. Da mesma forma, a **razão** é o fundamento da doutrina social e política de Tomás.

Para Tomás de Aquino a organização social é inerente a própria natureza humana. Tomás estabelece o princípio de que um governo justo e legítimo deve ter por objetivo o bem coletivo. Sua teoria sociopolítica perpassa pela condenação da tirania e da corrupção dos governantes. Em sua obra *Do governo dos príncipes*, ao tratar da natureza humana, Tomás de Aquino enfatiza uma das principais, senão a principal, característica do ser humano: o homem é naturalmente um ser social e político, ou seja, por sua natureza ele necessita organizar-se em sociedade; também estabelece uma lei geral afirmando que o homem tem uma **atividade apetitiva** que é o desejo de buscar o que lhe convém; esta busca pelo que lhe é conveniente é determinada pela razão. Porém, o homem não foi preparado como os animais com garras, pelos e outros meios para sua sobrevivência. Mas, o ser humano foi dotado da razão para que pudesse preparar-se para sobreviver na natureza, mas solitário o ser humano não conseguiria enfrentar a natureza daí a necessidade de viver em sociedade, pois é na sociedade que o ser humano realizou-se como um ser racional. Para Tomás de Aquino a vida em sociedade tem um elemento importante que é a aquisição de conhecimento por via da razão, e o convívio social é o suporte para atingir conhecimentos, uma vez que cada indivíduo irá dedicar-se às diferentes atividades e assim acumulando conhecimento. Ainda na

²¹ Filósofo árabe, que foi um dos mais importantes intérprete da filosofia de Aristóteles.

mesma obra, Tomás de Aquino analisa qual é a melhor forma de governo, nesse aspecto ele é taxativo: a melhor forma é o governo de um só. Justifica sua escolha tomando como exemplo as coisas naturais que são perfeitamente ordenadas devido à condução da natureza; também coloca que o universo é conduzido por um só Deus. Assim, é racional que a multidão de homens seja governada por um só. Cita outro argumento, tendo em vista a experiência dos homens: as cidades que não são governadas por um só são marcadas pelas dissensões onde não há paz; ao contrário das que são governadas por um só, predominando a paz e a justiça. O governo de um só promoveria a ordem e impediria a ocorrência de conflitos.

No entanto, Tomás de Aquino alerta para o problema do governante abandonar a busca do bem coletivo em prol de interesses particulares. O resultado seria o surgimento da tirania, que é o governo mais injusto de todos. Cita o governo oligárquico e a democracia, sendo essa a que está mais próxima da justiça.

A grandeza de um governo seria medida pela qualidade do fim último alcançado. Segundo Tomás estes fins são: virtude, riqueza e liberdade. Desta forma, a virtude é o princípio da aristocracia, a riqueza ao da oligarquia e a liberdade à democracia.²² Apesar desses fins, Tomás de Aquino é favorável à realeza, pois somente com um governo único se evitaria a guerra civil e a ameaça à paz da comunidade.

No entanto, Tomás de Aquino mantém o princípio de que a autoridade última deve permanecer nas mãos do povo, o que deverá controlar ou até mesmo destituir aqueles governantes que romperem com os limites que lhe foram confiados.

Outro importante pensador que se debruçou sobre as questões políticas de sua época e que se tornou um dos mais importantes pensadores da sociedade

²² É certo que Tomás de Aquino traz a problemática do desdobramento de tais regimes em suas antíteses, destacando que a consequência é o abandono do bem-comum.

medieval foi Dante Alighieri. Dante nasceu em Florença por volta de maio ou junho de 1265, sua família pertencia à baixa nobreza florentina. Pouco se sabe sobre sua vida, o que temos são suposições de seus biógrafos que obtiveram informações mais precisas nas obras de Dante. Segundo alguns biógrafos é possível que tenha estudado na Universidade de Bologna, onde provavelmente esteve em 1285.

A Itália, no tempo de Dante, sofria as investidas do papa e do Império, conforme visto acima. Apesar disso, as cidades italianas possuíam autonomia e seguiam suas leis e costumes. Em 1300, Dante é eleito membro do Colégio dos Priores. Neste cargo permaneceu dois meses exercendo o Colegiado – com mais cinco membros – do Poder Executivo de Florença. Com a ascensão da família Neri, Dante é expulso da cidade por dois anos, devido a uma série de acusações. Em 1321, ao retornar de uma embaixada de Veneza, Dante adoece e é vencido pela malária. Morre em Ravena dia 13 do mesmo ano. Foi sepultado na Igreja de São Francisco.

Dado uma breve explanação sobre a vida de Dante Alighieri, vamos analisar algumas ideias de Dante contidas em sua obra *De La Monarquia*²³, provavelmente redigida entre 1309-1313. A filosofia política de Dante vai de encontro aos novos temas que caracterizam o pensamento medieval: o desejo por uma Europa unificada e as relações entre o poder temporal e o espiritual. Na sua obra, Dante retorna ao conceito de Império Universal²⁴, apontando como justificativa a necessidade do bem estar mundial, que diante do cenário de guerras e intranquilidade o Imperador seria, para nosso autor, o ponto de equilíbrio. Em Dante o conceito de Império não é de um governante só e num determinado Estado. É sim o exercício da política por todos os homens. Esta ideia de Império é central no

²³ ALIGHIERI, Dante. *De La Monarquia*. (Trad. Ernesto Palácio) Buenos Aires: Editorial Losada. 1941

²⁴ Esse conceito de império universal tem origem com Carlos Magno, que visava a reconstruir o antigo Império romano.

pensamento de Dante. À ideia de Império, Dante dá um tratamento filosófico, aplicando os problemas da lógica, da ética e da ontologia de Aristóteles²⁵. É válido destacar que Dante é fortemente influenciado pelo dogma e pela teologia cristã.

O que nos importa neste momento é a doutrina de governo estabelecida por Dante em sua obra. O fato constatado em *A Monarquia* é que Dante é um universalista.

[...] Hay que buscar, pues, el fin universal da la sociedad del género humano, porque si cada sociedad tiene su fin, el conjunto de todas las sociedades há de tener también su fin único y común. El fin del género humano em total es distinto de los fines de los elementos y sociedades menores que lo forman, puesto que la sociedad del género humano existe, y en el universo no hay nada ocioso, nada que no tenga su razón de ser. Ha de haber, pues, uma operación propia de toda la humanidad, que no pueda ser realizada ni por el hombre aislado ni por uma agrupación parcial, sino solamente por la humanidad misma em su conjunto. [...].²⁶

Vemos que Dante opera uma sistematização na qual o gênero humano deve agir, por meio de seu intelecto, e com o objetivo de alcançar um fim único na vida presente. Fim que só é possível atingir com a união de todo gênero humano. Ou seja, sacrificar cada um dos agrupamentos em prol de um fim maior e universal. Este fim é a liberdade pela qual podemos desfrutar da paz universal. E esse fim só será alcançado numa Monarquia, que promoveria o bem estar do mundo.

A Monarquia de Dante não deve ser entendida como um grupo homogêneo

²⁵ O uso das obras de Aristóteles era praticamente obrigatório pelos pensadores medievalistas.

²⁶ AZEVEDO, Juan Llambias. IN: ALIGHIERI, Dante. *De La Monarquia*. (Trad. Ernesto Palácio) Buenos Aires: Editorial Losada. 1941. p. 12.

de pessoas submetidas a um monarca. Cada grupo – família, aldeias, cidades e reinos – possuem sua autonomia, seus costumes, seu direito. No entanto, o que Dante propõe é que para atingir determinados fins é preciso a submissão ao monarca; e este fim é a felicidade obtida por meio da paz. Aceitar um governo único e universal é por fim às facções e desordens, é depositar no imperador toda a esperança de trazer a paz, pois, o imperador é pensado por Dante como a única força unificadora capaz de eliminar as desordens.

Como o objetivo de Dante é demonstrar que a Monarquia é necessária, ele justifica essa necessidade por diversos aspectos, que não nos cabe discutir aqui. O que nos importa é que sendo o fim desejável a paz universal entre o gênero humano, Dante irá apontar os conflitos de interesses como causa da destruição da paz. É nesse momento que entra o direito, o qual traz na sua essência o bem comum e sua função é conservar a sociedade. O gênero humano necessita da liberdade para atingir a perfeição, portanto é necessário alguém que esteja a serviço de todos. Esse indivíduo é o monarca universal.

É evidente que a teoria de uma Monarquia Universal não se aplicaria de fato; pensemos na Itália que estava organizada em estados independentes, muitas com seu autogoverno republicano. Enfrentavam as investidas imperialistas, mas não abririam mão de sua liberdade e de seu governo. Por outro lado, é compreensível a preocupação de Dante ao compor sua obra; ele está respondendo às questões que lhe apresentam. O *Regnum Italicum* estava sob o julgo papal²⁷, enquanto que Henrique VII marchava sobre a Itália. Disso decorre a doutrina de uma Monarquia Universal – seria Henrique VII a esperança para salvar a Itália. Porém, o fato é que a Itália cairia no poder do imperador, perdendo sua liberdade.

²⁷ Dante não aprovava o exercício do poder temporal pelo papa.

Outro importante pensador foi Marsílio de Pádua que nasceu em torno de 1285 em Pádua, na Itália. Filho de Bonmatteo, notário da Universidade de Pádua, teve formação em Direito, Filosofia e Medicina. Além de sua obra principal *O Defensor da Paz*, é autor de outros trabalhos como: *Defensor Menor*, *De Translatione Imperii* e *Sobre a jurisdição do Imperador em questões matrimoniais*. Acusado de herético e excomungado pelo papa João XXII em virtude das teses defendidas no *Defensor da Paz*, refugiou-se na Corte do Imperador Luís da Baviera, a quem serviu como conselheiro político até a morte, provavelmente em 1343.

O pensador paduano produziu seus escritos na Corte imperial de Munique, onde Luís da Baviera acolheu muitos opositores e perseguidos do papa João XXII, destacando-se entre tais pensadores, Marsílio de Pádua.

Para compreendermos o pensamento de Marsílio de Pádua, é necessário considerarmos os acontecimentos de sua época. O reino da Itália encontrava-se marcado pelas discórdias e disputas, resultando em divisões, guerras, desgraças e intranquilidade. Dentro de um quadro mais amplo, predominava a querela entre os sucessivos pontífices João XXII (1316-1334), Bento XII (1334-1342) e Clemente VI (1342-1352) e o imperador Luís da Baviera (1314-1347). Tal querela iniciou-se quando o papa João XXII atribuiu-se o direito de nomear, controlar e julgar o imperador.

Em linhas gerais o conflito foi desencadeado quando da morte do imperador Henrique VII (1313), o papa João XII nomeia o rei de Nápoles, Roberto, ao trono imperial. Em 1322, Luís da Baviera vence Roberto e assume o trono. Diante dessa atitude, João XXII excomunga Luís, acusando-o de heresia e de usurpador de direitos alheios. Quando, em julho de 1324, declara Luís da Baviera deposto.

É nesse contexto que Marsílio de Pádua redigiu sua obra *O Defensor da*

*Paz*²⁸, visando a provar que o poder imperial não provém do papa, como também, que o imperador não está submetido a ele. É necessário acrescentar que há no pensamento do paduano uma preocupação central – a defesa e a manutenção da paz como pré-requisito para o bem-estar da comunidade dos cidadãos.

Para a Filosofia Política, a obra do paduano é de fundamental importância na medida em que, revisando o pensamento aristotélico, rompe com teses tradicionais tais como o Agostinismo e o Tomismo.

A questão central no pensamento de Marsílio é a busca pela paz. Dentre uma série de eventos que contribuem para o não estabelecimento da paz, o que Marsílio aponta como a principal ameaça à paz é a “causa particular de discórdia”, cuja natureza é a opinião errônea que alguns bispos de Roma possuem a respeito da *plenitudo potestatis* conferida por Cristo aos seus apóstolos e no perverso desejo de governar que os mesmos se atribuem.

Pensadores que precederam Marsílio refletiram sobre o tema paz²⁹. No entanto, o paduano tratou-a em sentido diverso: uma paz civil, entendida como uma organização racional das partes da cidade, de modo que cada uma delas realize bem sua função, conforme sua razão e instituição, garantindo a finalidade de uma cidade que é proporcionar aos seus cidadãos o viver bem. Marsílio adota o conceito aristotélico de cidadão:

²⁸ A obra “O Defensor da Paz” é dividida em três partes: na *prima dictio*, o autor desenvolve a sua teoria de comunidade civil perfeita, na *secunda dictio*, é feita uma reflexão e crítica ao abuso de poder pela parte do clero, e por fim na *tertia dictio*, a menor parte do livro, onde o autor retoma algumas de suas teses e faz algumas conclusões.

²⁹ No *De Civitate Dei*, Santo Agostinho formulou a definição geral de paz, reconhecida por toda a tradição cristã ocidental: “*pax omnium rerum tranquillitas ordinis*” (a paz é a tranquilidade da ordem de todas as coisas). Na *Suma Teológica*, Santo Tomás de Aquino sustenta que a paz do homem consigo mesmo é compreendida como a concórdia dos homens entre si. Em Dante Alighieri a paz se afirma, no seu *De Monarchia*, como condição necessária e sinal distintivo da vida perfeita, em beatitude da qual as formas sociais finalizadas são a expressão.

[...] considero cidadão aquela pessoa que, na comunidade civil, participa do governo ou da função deliberativa ou da judicativa, conforme seu posto. [...].³⁰

Partindo do princípio aristotélico³¹, Marsílio concebe a paz com base em concepções puramente naturais: a paz corresponde à ausência de conflitos, a um estado terreno perfeito; sendo o instrumento, para o alcance da paz, o interior da sociedade civil (a cidade – *civitas*). A paz não é obra da caridade, mas sim o resultado de interesses recíprocos de natureza biológica e econômica. Neste sentido, Marsílio destitui a ordem moral como pressuposto para a busca pela paz.

Em linhas gerais, devemos atentar ao fato de que Marsílio concebe a paz tendo em vista somente a paz civil, a qual é fruto das relações harmoniosas entre os indivíduos na *civitas*; como também constitui uma relação de circularidade com a *lex*, da qual é, ao mesmo tempo, origem e consequência.

Com relação à *civitas*, o pensador paduano rompe com a tradição agostiniana³² ao caracterizá-la como uma sociedade inteiramente natural, que existe somente para a realização de seus próprios fins. Além disso, é na cidade que existem os instrumentos para a conquista da paz, sendo o principal deles a boa organização das partes, que a compõem, e a realização de suas funções. Portanto, como as partes integrantes de ser vivo devem estar em função de sua saúde, da mesma forma as partes integrantes da cidade deverão estar organizadas com o propósito de propiciar a tranquilidade aos seus habitantes.

³⁰ PÁDUA, Marsílio de. *O Defensor da Paz*. Petrópolis: Editora Vozes. 1997. p. 131

³¹ Na concepção aristotélica a ideia de paz está vinculada somente a princípios naturais, ao equilíbrio da comunidade política.

³² Em Santo Agostinho, o conceito de *civitas* relaciona-se à distinção entre duas cidades: a de Deus e a dos Homens. Tal distinção tem apenas um caráter místico. Em seu pensamento, há uma única e só república de todos os cristãos: “*omnium enim christianorum una respublica est*”. Por reivindicarem uma mesma fé, todos os cristãos formam uma única sociedade espiritual.

[...]. a tranquilidade reside na boa organização da cidade, de acordo com a qual cada uma de suas partes desempenhe totalmente as tarefas que lhe são peculiares, conforme a razão e o motivo graças aos quais foram instituídos.[...].³³

A cidade também deve igualmente se compor de partes determinadas, se for previamente planejada, para que possa estar organizada. Marsílio distingue seis partes constituintes da cidade, onde cada uma exerce sua função de maneira harmoniosa. São elas: a agricultura (incluindo a pecuária, caça e pesca) – necessária à produção de alimentos; o artesanato – fabrico de utensílios e desenvolvimento tecnológico; o judicial – responsável em regular a justiça com vistas ao bem comum; o exército – encarregado pela defesa da cidade; os financistas – responsável pela riqueza e pelo comércio; e por fim o sacerdócio – grupo que prepara e julga os homens para a vida espiritual.

Com base na tradição aristotélica³⁴, Marsílio de Pádua atribui à *civitas* uma dimensão, exclusivamente, terrestre, é um todo perfeitamente natural: sua causa é a tendência natural dos homens à sociabilidade, a origem da cidade está na vontade racional, e seu objetivo é a felicidade e o bem-estar da comunidade.

No entanto, para que haja paz e tranquilidade é necessária a existência de uma lei ou norma que regule todos esses grupos. Caso não haja essa lei para regular os conflitos sociais, a cidade promoveria sua própria destruição.

[...] Todavia, entre os homens assim reunidos ocorreram rixas e contendas que, se por acaso não estivessem reguladas por uma norma de justiça, teriam sido a

³³ PÁUDA, Marsílio de. Op., cit., p. 77.

³⁴ “Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política”. (ARISTÓTELES, *Política: L.I, cap.I, 125 a, p.12*).

causa de guerras e da separação dos seres humanos e finalmente ocorreria então a própria destruição da cidade. Assim foi necessário estabelecer uma norma que determinasse o que é justo e se instituir um guardião ou executor da justiça no intuito de facilitar a convivência social. [...] ³⁵

Tendo em vista sua época, Marsílio de Pádua distingue a lei divina da lei civil (*lex*), essa de origem inteiramente natural.

[...] No entanto, a lei considerada propriamente é um preceito coercitivo permitindo ou proibindo fazer determinadas ações e com a capacidade de infligir um castigo aos seus transgressores. A Lei Divina é um preceito coercitivo estabelecido imediatamente por Deus, sem nenhuma participação humana, com o propósito de levar as criaturas humanas a alcançar o fim último da vida futura e capaz de infligir um castigo aos seus transgressores apenas na outra vida, não nesta. Ao contrário, a lei humana é um preceito coercitivo, procedente de modo imediato da vontade ou da decisão humana, com o propósito de se alcançar um objetivo neste mundo, cujos infratores são castigados aqui na terra somente. [...] ³⁶

Há quatro concepções de lei em Marsílio. Porém, nos interessa destacar a quarta, que diz respeito à lei civil – uma ordem referente ao justo e injusto, e ainda aos seus contrários. A lei civil é analisada sob dois aspectos: a) a *lex* determina o que é justo ou injusto, útil ou inútil; b) a *lex* detém um poder coercitivo, pois atribui neste mundo o castigo ou a recompensa.

Refletindo sobre o que foi analisado acima, é possível concluirmos que para o

³⁵ PÁDUA Marsílio de. Op., cit., p. 85.

³⁶ PÁDUA, Marsílio de. Op., cit., p.87.

pensador paduano o fim último da *civitas* é a manutenção da paz e do bem comum. No entanto, esses dois elementos dependem do viver e do viver bem entre o *populus*³⁷, e o viver bem, para o pensador, pressupõe a existência da *lex*, a qual regulará os atos humanos e garantirá que cada parte da *civitas* cumpra a sua função, conforme exposto anteriormente. Na sociedade perfeita do pensador paduano não há lugar para os desejos e paixões pessoais que colocariam em risco tal sociedade. Marsílio sabe disso, como também sabe que se cada parte não cumprir o que lhe é peculiar a sociedade perfeita entraria em desequilíbrio e causaria discórdias entre seus cidadãos. Por isso a necessidade das leis, Marsílio atribui às leis um valor imensurável, pois somente a legislação impedirá que existam transgressores capazes de destruir a comunidade civil proposta por Marsílio de Pádua.

Sendo a lei civil vital para o alcance da paz e do bem-comum, Marsílio aponta para a necessidade da *lex* fundar-se apenas, e tão somente, no consenso geral dos cidadãos (*consensus*). Nesse sentido o legislador deve ser o *populus*,

[...] o legislador ou a causa eficiente primeira e específica da lei é o povo ou o conjunto dos cidadãos ou sua parte preponderante, por meio de sua escolha ou vontade externada verbalmente no seio de sua assembleia geral, prescrevendo ou determinando que algo deve ser feito ou não, quanto aos atos civis, sob pena de castigos ou punição temporal.[...].³⁸

³⁷ No texto do Paduano, a palavra *populus* significa o conjunto dos cidadãos da *civitas*. Sendo cidadãos todos os nativos, adultos e do sexo masculino que vivem em uma determinada sociedade.

³⁸ PÁDUA, Marsílio de. Op., cit., p. 130.

Desta forma, a lei só pode ser pensada como lei ao adquirir o caráter coercitivo, proveniente do *consensus*. Esboça-se, neste ponto do pensamento de Marsílio, a noção de monopólio da violência e de soberania do poder civil. Acreditamos que tais ideias puderam desdobrar-se em noções que contribuíram, mais tarde, no conceito de Estado Moderno delineado por Marx Weber em sua obra *Ciência e Política – Duas Vocações*.

Devemos ainda destacar o pensamento de Marsílio quanto ao príncipe ou governante. Atentando sempre para a importância da vontade do conjunto dos cidadãos (*universitas civium*) salienta que o poder do príncipe provém do *consensus*. A capacidade coercitiva, que permite ao príncipe, como ordenador de todas as partes da *civitas* e de todas as funções sociais, ser o guardião, defensor e executor da lei (*lex*), trata-se, no entanto, de uma delegação de poder. É o "povo", ou seja, o conjunto dos cidadãos (*universitas civium*), que elege o governante, lhe delega seu poder coercitivo. O governante ou príncipe é, portanto, aquele que representa em si toda a *universitas civium* e é daí que deriva seu poder pleno sobre a *civitas*. Tal príncipe deve ter a prudência e a virtude moral, em especial a justiça.

Até este momento, esboçamos o pensamento de três grandes teóricos da política medieval. Cada um num determinado momento e lugar propuseram-se a refletir sobre questões que vinham à tona e instigavam uma análise profunda por parte de desses pensadores, os quais queriam entender os problemas de sua época e propor soluções para tais problemáticas.

Dentre tantos questionamentos que se apresentavam diante de nossos pensadores, alguns eram de maior relevância, tanto que foram tratados pelos três autores entre outros. Isso porque a realidade em que viviam exigia respostas para as circunstâncias dadas. Porém, o que é relevante para nosso trabalho é o fato de

que alguns temas permanecerem, ao longo dos tempos, vivos no pensamento político.

Percebemos na análise feita no pensamento político dos três autores o predomínio de dois temas centrais: a manutenção da paz e o perigo das dissensões e guerras civis. Tomás de Aquino defende que a melhor forma de governo é a realaleza, a qual seria a única capaz de garantir a paz impedindo os conflitos civis. Aponta uma lei natural ao ser humano que é a **atividade apetitiva**, que seria o desejo de buscar interesses pessoais, ora, no nosso entender, Nicolau Maquiavel irá revolucionar essa lei com o desenvolvimento da Teoria dos Humores, a qual será a base para a conquista da liberdade. Iremos analisar mais profundamente essa questão no capítulo específico.

Dante Alighieri segue alguns traços do pensamento de Tomás de Aquino. Também é favorável ao governo de um só uma Monarquia Universal Unificadora, a qual deveria por fim às desordens civis e facções garantindo a liberdade e a paz universal. Novamente os conflitos sociais são colocados como a causa que provoca o fim da paz e da liberdade. Interessante apontarmos que Maquiavel também desejava a unificação da Itália, não determinou qual poder deveria unificar, mas suas obras falam por si. O poder unificador para Maquiavel poderia ser um príncipe ou até mesmo a própria Igreja, a qual Maquiavel faz muitas críticas, pois, ela não se impõe como poder unificador, mas também não permite a instalação de outro poder; pelo contrário a Igreja jogou a Itália em constantes guerras, o que resultou numa fragilização das cidades italianas.

Marsílio também coloca as mesmas questões, mas sua preocupação é a *civitas* e que cada parte exerça sua função, dessa forma a paz civil é garantida. A questão da desordem e dos conflitos civis está ligada a *plenitudo potestatis* do papa.

A crítica vai para a Igreja, ela é a causadora das desordens, pois, não cumpre sua função como parte da *civitas*, desta forma gerando desequilíbrio e desordens, impedindo a manutenção da paz na *civitas*. Também aborda o tema da lei, entendida como originária e consequência da *civitas*. Aqui podemos traçar um pequeno paralelo com Maquiavel, que também propõe que a lei possibilita a fundação da cidade, através do fundador; no entanto a legislação também é fruto dos conflitos sociais. Bem deixaremos esse tema para um capítulo em particular.

1.3 – O Humanismo

A palavra humanismo foi criada por Georg Voigt em 1859. O conceito de humanismo não pressupõe a presença da cultura antiga, ele deriva de *humanitas* de *humanitas litterae*. Porém, existem diversas interpretações sobre o movimento Humanista. Tais interpretações acabam concebendo vários conceitos ao movimento.

Mas não podemos ignorar o fato de que, quando usado, o termo humanismo indica uma preocupação em afirmar a centralidade, o valor e a dignidade dos homens. Assim, demonstra uma preocupação central pela vida e pela posição do ser humano no mundo. Ao permitir uma série de interpretações e significados, a palavra humanismo provoca muitos equívocos na construção de um conceito para o Humanismo.

Um primeiro significado procede da filosofia humanista. Aqui, o conceito de humanismo é bastante amplo, pois, refere-se à essência humana. Uma segunda interpretação, mais restrita e precisa, aparece em termos históricos. O Humanismo é definido como um grande movimento cultural que transformou, radicalmente, a civilização Ocidental. O Humanismo surge na Itália e nela restringe-se até o século XVI, quando eclode por toda a Europa sob a denominação de Renascimento.

O Humanismo Renascentista se desenvolve e se estende, aproximadamente, entre a segunda metade do século XIV até o final do século XVI. Durante esse período, a Europa sofria profundas transformações em um ritmo bastante acelerado. Isso resultou em mudanças radicais em vários níveis, mas principalmente no aspecto político e ideológico.

No decorrer do século XIII ao XVI, o humanismo promoverá um novo olhar sobre o homem e sobre o mundo, no qual os homens terão o papel principal, mas sempre com um olhar na sua concretude, e não de maneira mística. Os antigos tornam-se um modelo para os humanistas, um modelo a ser seguido em todos os aspectos, mas principalmente, e é isso que nos interessa, no aspecto político e civil. Tanto na arte quanto na produção intelectual, os humanistas irão compreender o mundo e os homens na sua materialidade, ou seja, na sua relação direta com o concreto e na afirmação do homem.

Um exemplo da prática de um novo olhar sobre o mundo e os indivíduos nos foi dado por Tomás de Aquino (1228 – 1274). Tomás propõe a separação entre fé e a razão, afirmando que a base para todo o conhecimento são os sentidos; o corpo é o instrumento da alma. Tomás de Aquino concorda que o último objetivo do homem é a vida após a morte; porém, afirma que os indivíduos devem ter objetivos a alcançar na vida terrena. Todas estas novas visões em relação ao mundo e ao indivíduo caracterizam o nascimento do humanismo.

É válido ressaltar a relação entre o humanismo e o modelo clássico. Um primeiro elemento clássico adotado pelo humanismo é a centralidade do ser humano no universo concreto. Em segundo lugar, isso já no século XII, serão os autores gregos que fornecerão uma base teórica para a nova maneira de ver o mundo, uma vez que o desenvolvimento das sociedades e o processo de urbanização irão impor

novas mentalidades. Os antigos não serão o motor para o humanismo, mas sim, um meio para a formação de uma estrutura que suporte as novas exigências mentais e materiais. A ascensão da nova classe burguesa foi um fator relevante para todas essas mudanças, pois, seu modelo, tomando por base a economia, é o da racionalização. Portanto, a burguesia necessitava de uma ideologia que fosse o esteio de sua maneira de viver, pensar e trabalhar.

Comumente coloca-se a questão se o humanismo promoveu ou não uma ruptura com a Idade Média pelo fato de o movimento ter retornado ao princípio, ou seja, ao modelo greco-romano. Defenderemos a proposta de que houve rupturas, mas também continuidades. Talvez mais continuidades e apropriações de elementos da Idade Média do que rompimentos, pois no período medieval ocorreram importantes produções artísticas e intelectuais. E são essas produções que os humanistas utilizam como ponto de partida para suas produções. O uso do modelo greco-romano – o retorno ao princípio – não irá romper com a Idade Média uma vez que o período medieval também se apropriou de elementos da antiguidade clássica.

1.4 – Uma vida civil e ativa: a centralidade da ação humana

Até este momento, esboçamos as linhas gerais do que foi o Humanismo Renascentista. Nossa preocupação foi tentar conceituá-lo artística e intelectualmente, como também delinear os principais elementos constitutivos desse movimento que além de ser a expressão de uma época de transformações radicais por toda a Europa; pôde oferecer uma herança cultural e teórica para a ascensão e consolidação de uma nova ordem na sociedade emergente da Baixa Idade Média, conforme tratamos no início desse capítulo.

Neste contexto de constantes ameaças externas às cidades italianas, homens

mobilizados pelo desejo de liberdade formularam uma série de teorias para construir uma base legal que sustentasse o autogoverno e as repúblicas italianas. Esses homens forneceriam os alicerces do humanismo cívico e legaram para os pensadores políticos um capital teórico para a elaboração de uma Teoria Política Moderna.

O termo “humanismo cívico” foi cunhado pelo historiador alemão Hans Baron, em 1925. Baron não poderia ter imaginado que tal expressão traria consigo um ideário político. O termo tornou-se bastante conhecido pelos historiadores de língua inglesa, depois de 1955, quando Baron tornou-se cidadão americano. Em sua grande obra *The Crisis of de Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in na Age of Classiscism and Tyranny*, publicada em 1955, Baron analisa, especialmente, o Renascimento Florentino. É nesse estudo que Baron qualifica os intelectuais e educadores como humanistas cívicos. O termo humanismo cívico acabou atrelado a H. Baron, porém sofreu críticas de alguns pensadores, conforme veremos adiante. A questão central do humanismo cívico, segundo Baron, é que se desenvolvia em Florença, na metade do século XV, uma significativa participação dos cidadãos no governo e nos assuntos da cidade republicana, disso decorreria a formação de um indivíduo virtuoso, próspero e livre. Acreditamos que, apesar de algumas controvérsias, é intrínseco ao humanismo cívico a participação política dos indivíduos e a luta pela liberdade.

James Hankins³⁹ coloca em questão a validade do termo humanismo cívico, pelo fato de a sua prática estar limitada a uma República Renascentista. Nesse aspecto, Baron já demonstra que o Humanismo Cívico é um fenômeno peculiar às circunstâncias de Florença. Por outro lado, Hankins exalta que Baron identificou o

³⁹ Renaissance Civic Humanism: Reappraisals and Reflections (edited by James Hankins) Cambridge University Press, New York, 2003.

humanismo cívico como uma mudança de valor entre a sociedade medieval em que valorizava-se a vida contemplativa; e a sociedade renascentista marcada pela exaltação de uma vida civil e ativa. E são justamente esses valores: civilidade⁴⁰, atitude e liberdade que estariam no centro do pensamento político humanista; inclusive de pensadores não tidos como humanistas, como é o caso de Nicolau Maquiavel, o qual analisaremos mais adiante.

Uma nova realidade se configurava por toda a Europa na Baixa Idade Média – ascensão econômica da burguesia, renascimento e incremento do comércio, ativação do processo de urbanização e a formação das Monarquias Nacionais. Porém, o Norte da Itália iria traçar sua história de uma maneira bem peculiar. E foram nas cidades italianas que emergiram as novas ideias humanistas, pois, era necessária uma base ideológica e legal para dar legitimidade aos anseios políticos das cidades italianas.

O Norte da Itália, já na metade do século XII, perdera seu caráter feudal e instituiu novas formas de organização política e social. Como resultado, as cidades italianas estimuladas pelo desejo de liberdade tornam-se repúblicas independentes, nas quais o poder era exercido pelos consules eleitos anualmente. No entanto, a liberdade das cidades italianas era constantemente ameaçada pelas investidas dos imperadores do Sacro Império Romano-Germânico e também dos pontífices.

Dentro deste quadro de ameaças externas, a concepção de liberdade dos italianos trazia em si duas ideias: primeiro, liberdade era entendida como soberania; segundo, como o direito de conservar o governo republicano independente. Havia entre os italianos uma consciência cívica claramente expressada nas proclamações

⁴⁰ Irei conceituar, nesse momento, civilidade como *vivere civile*, tal qual os pré-humanistas entendiam, ou seja, atuação do indivíduo nos negócios da cidade.

oficiais. Um bom exemplo disso foram as *pratiche*, que eram uma espécie de assembleias, convocadas pelo governo, para que a população pudesse opinar sobre um determinado assunto. O importante, a saber, é que as *pratiche* serviram de palco para as manifestações das ideias dos humanistas cívicos, principalmente, quanto à questão da liberdade.

Porém, os italianos tiveram de enfrentar o problema da legitimidade dessa liberdade. Os imperadores tinham como base legal o Código Justiniano, o qual enunciava que o *princeps* era o *dominus mundi*. Partindo disso, os juristas associavam a figura do *princeps* a do imperador. Quanto aos papas, fundamentavam suas investidas para governar *in temporalibus* no Código de Direito Canônico e na elaboração de Bulas para ampliar a legitimidade da *plenitudo potestatis*. Para garantir a legitimidade da *libertas*, juristas e intelectuais deram início a uma empreitada ideológica visando à reinterpretação das leis e a anulação da legitimidade do poder sobre a Itália, por parte dos imperadores e dos pontífices. No entanto, durante o século XIII a maioria das cidades italianas assistia ao fim das repúblicas e a ascensão de déspotas. Mas permaneceu o desejo pela independência política e pelo governo republicano.

Assim, era urgente a formulação de novas teorias políticas que justificassem a sustentação de um regime republicano no Norte da Itália. Até então, a tomada de decisões dos homens públicos era pautada na concepção escolástica e consuetudinária o que limitava a tomada de decisões, uma vez que o cidadão deveria agir de modo a manter a tradição e a hierarquia. Desta forma, os atos políticos e a ação dos cidadãos diante das contingências ficavam numa posição desfavorável. Daí a emergência de uma teoria política para combater as crenças em valores universais, os quais limitavam a tomada de decisões políticas frente aos

acontecimentos políticos.

O humanismo cívico florentino emergiu na metade do século XV, trazendo consigo a defesa da participação cívica e da liberdade republicana; esses elementos foram propostos por Baron, o qual recebeu algumas críticas, mas não deixou de ser referência quanto ao tema humanismo cívico. Segundo John M. Najem⁴¹ há três pontos importantes a serem criticados no pensamento de Baron: a origem, a originalidade e a exatidão do humanismo cívico, enquanto representante da política republicana florentina no século XV. Quanto à primeira questão Baron afirma que a origem do humanismo civil florentino está na longa guerra com Milão⁴²; quanto à originalidade Baron defende que as ideias de liberdade e participação civil romperam com o clássico humanismo apolítico, e promoveram a emergência de um *ethos* civil nas cidades-estados medievais, que era intocado – o humanismo clássico – por focar na história e na cultura romana o que, tardiamente, será a principal marca do humanismo; quanto à exatidão, Baron aponta a necessidade de defender a liberdade, igualdade e a participação civil no governo; o que seria um reflexo do que já ocorria nas instituições republicanas.

Alguns críticos de Baron têm indicado que todas as ideias de liberdade, legislação, busca do bem-coletivo podem ser encontradas nas teorias de governos comunaes do século XIII e XIV. Outros críticos apontam para uma assertiva vital do humanismo cívico: que esse humanismo não era peculiar da República Florentina, porém, é fato que os círculos dos pensadores humanistas predominavam no Norte da Itália.

⁴¹ NAJENY, John M. IN: *Civic humanism and Florentine politics* IN: Renaissance Civic Humanism: Reappraisals and Reflections (edited by James Hankins) Cambridge University Press, New York, 2003, p. 75-104.

⁴² Segundo Baron, esta crise teve início em 1400 quando o governante de Milão – Giangaleazzo Visconti – cuja família era bastante poderosa e influente, havia um interesse do Visconti em tornar Milão hegemônica na Itália por meio do estabelecimento de um Estado Monárquico no norte e no centro da Itália. Nesse mesmo momento, de expansionismo de Milão, ocorre um rompimento diplomático e militar entre Florença e Veneza. Disso decorreu que os florentinos sentiram-se isolados e suscetíveis às ameaças externas.

Apesar de todas as divergências um aspecto é inegável na obra de Hans Baron: uma visão que combinou as ideias civis de participação política com a educação humanista e um programa moral começado por Petrarca⁴³.

Ainda segundo Najem, pode-se apontar uma série de verdades sobre o humanismo cívico florentino, uma delas é que no século XIII e XIV, o humanismo cívico era uma ideologia que comportava cultura, educação, história e moral; e estava a serviço de uma hegemonia de famílias elitistas em Florença, que subordinavam a política aos seus interesses, relegando ao descaso o restante da sociedade florentina.

[...] Civic humanism was not merely Professional rhetoric from the chancery. It was a whole complex of attitudes, assumptions, and values that , to be sure, did not simply mirror the “realites” of Florentine politics and social relations from the late fourteenth century through the middle of the next century and beyond.⁴⁴[...].

Um importante estudioso de Maquiavel também deu sua contribuição para o entendimento do movimento humanista: J. G. A. Pocock. Em sua obra *The Machiavellian Moment – Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition* enfatiza que:

[...] The term “civic humanism” has become inseparably attached to Baron’s thesis, and scholars who wish to challenge the latter are disposed to challenge also either the utility of the term or the importance of the phenomena it denotes. In

⁴³ Petrarca propunha a volta aos modelos clássicos de educação, assinalando que o diálogo humano promovia a realização plena da natureza humana. Também acreditava que a filosofia moral era vital para o desenvolvimento da virtude.

⁴⁴ NAJEMY, John M. Op., cit., p.104.

addition to attacks upon Baron's chronology, it is argued, first, that humanists 'concern with the *vita active* did not significantly arise from their *crisis de conscience* as republican citizens; second, that the citizen of the Italian commune did not need the language of the humanists in order to articulate his civic consciousness. Since in the remainder of this book it is proposed to use the term "civic humanism" to denote a certain formulation of republican consciousness and its problems, we have reached a suitable point at which to indicate what will be implicitly claimed whenever the phrase is used, and to what historical postulates its use may commit the writer and reader. This can conveniently be done by placing alongside Baron's certain other interpretations of the character of humanist political consciousness.[...]⁴⁵

Pocock segue analisando vários outros estudiosos do tema humanismo cívico. Não iremos percorrer todas as análises, pois, o objetivo neste momento é entender, sucintamente,⁴⁶ somente o que Pocock tem a dizer sobre o movimento do humanismo cívico no decorrer de sua obra. Afirma que houve um movimento denominado humanismo cívico e que os humanistas estavam próximos dos retóricos, pois, a retórica é cívica e ativa. Essa associação expressa que tanto o retórico quanto o cidadão humanista estão inclinados a agir e a tomar decisões, seja particularmente ou em conjunto. Um outro aspecto relevante da obra de Pocock é que:

⁴⁵ POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment – Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton University Press: New Jersey, 2003. p. 58.

⁴⁶ Um estudo mais complexo da obra de Pocock desviaria da proposta dessa pesquisa.

[...] the humanist rhetoricians were converting the intellectual life into a conversation between men time. [...].⁴⁷

Essa conversação iniciou-se quando da aproximação entre o “humanista filológico” e o “humanista político”, ambos buscavam estabelecer uma conversa entre um momento do passado com o presente. Vários foram os pensadores que “conversaram” com o passado; Salutati, Bruni, Maquiavel entre outros; e disso extraíram conhecimentos relevantes para seus estudos. Portanto, a conversação com o mundo antigo é um conceito vital para o humanismo. Isto porque a conversa com a antiguidade leva ao conhecimento e também está vinculada à conversa entre os cidadãos, a qual resulta em decisões políticas e em leis.

O quadro que nos apresentam esses teóricos é de que o humanismo cívico poderia ser uma ideologia a serviço da elite florentina, a qual se sobrepunha aos demais grupos sociais. No entanto, o humanismo cívico também se apresenta como um movimento político, no qual os cidadãos devem ter uma vida cívica e ativa. Nosso posicionamento quanto ao conceito de humanismo cívico é de que foi um movimento de caráter político e caracterizado pela participação dos cidadãos nos negócios da cidade. Também é importante destacar que a questão da liberdade está presente no debate político e ideológico desde o século XIII, principalmente nas cidades italianas que, como já vimos, sofria as investidas do Império e da Igreja. O tema liberdade foi permanente em todos os movimentos que se preocuparam com a política na Baixa Idade Média. É evidente que tivemos vários pontos de vista quanto à questão da liberdade, mas, alguns aspectos foram permanentes no entendimento de liberdade: liberdade entendida como autogoverno e liberdade republicana. Esses

⁴⁷ POCOCK, J. G. Op., cit., p. 60.

dois aspectos estiveram presentes nos movimentos intelectuais e políticos por toda a Baixa Idade Media e ainda seguiram entrando na modernidade, tendo em Maquiavel a ponte para essa continuidade.

Quentin Skinner estudioso de Maquiavel também debruçou-se sobre o movimento do humanismo cívico na obra por ele organizada – *Machiavelli and Republicanism*. O foco da obra não é a questão do humanismo, mas há momentos em que o entendimento do movimento torna-se importante para a compreensão de diversas questões levantadas pelo autor.

Conforme analisado acima, no início do século XII as cidades italianas pertencentes ao *Regnum Italicum* já haviam implantado formas republicanas de governo. Porém sofriam com as tentativas imperialistas da França, do Império e da Igreja. Esse momento mostraria aos italianos a necessidade de encontrar uma ideologia para sustentar o autogoverno das cidades italianas.

Segundo Skinner, as cidades italianas retomam a Teoria Política e Moral de Aristóteles⁴⁸, passando a adotar a teoria da *pólis* como teoria constitucional das cidades italianas. O autor aponta que a formulação de uma ideologia de autogoverno republicano ocorreu no esteio do emergente movimento intelectual: o pré-humanismo, que conforme visto anteriormente foi também um movimento intelectual de caráter político e que buscou compreender as questões políticas de seu tempo.

Uma das questões centrais a ser tratada pelos humanistas cívicos foi a da política que era tida como uma atividade nobre praticada pelos homens. Os humanistas também abordaram a questão da *civitas*, que segundo um de seus mais importantes representantes, Leonardo Bruni, é entendida:

⁴⁸ Essa teoria entende a política como parte das “ciências práticas”, àqueles que agem visando à felicidade e o bem-estar das pessoas. Para Aristóteles, a *pólis* era uma organização social superior a outra qualquer e era a produtora dos regimes políticos. Era na *pólis* que conviviam agrupamentos humanos bastante variados, contraditórios e inconstantes. Nesse cenário, o mundo político refletia essa situação. Essa teoria aristotélica passa a ser difundida nas cidades italianas a partir do século XIII.

[...] The civitas is much more than a source of protection and a supplier of material needs, it is the humane community where the citizens have in common laws, magistracies and religious and public ceremonies. In a true city the relationships between citizens are relationships of friendship and solidarity.[...].⁴⁹

O termo *civitas* foi, provavelmente, usado pela primeira vez nos escritos de Egidius Romanus. Em seu entendimento, *civitas* era a comunidade política constituída naturalmente pelos homens, ou seja, *civitas* era natural ao ser humano. Já com os humanistas, *civitas* comportaria, intrinsecamente, leis, justiça, liberdade, autogoverno, concórdia e virtude. Com os humanistas cívicos *civitas* e *vivere civile* serão bastante analisados e colocados como elementos essenciais à sobrevivência da cidade.

Foi Florença quem primeiro, no final do século XIV, formulou um pensamento político e social. Segundo Skinner, isso ocorreu porque os florentinos preservavam duas tradições: *dictatores* medievais e o humanismo cívico. Esse já estava sendo esboçado, no século XIII e XIV, pelos escolásticos e pelos pensadores pré-humanistas.

Os humanistas cívicos tinham preocupação primordial pela vida ativa dos cidadãos nos assuntos públicos da cidade, ou seja, a vida prática e a liberdade. Em função disso, atacam os escolásticos contra a defesa da vida contemplativa. No entanto, tais ataques são importantes para consolidar os valores e as atitudes do movimento humanista. Muitas vezes, os humanistas agiam com certa prepotência em relação aos pensadores medievais que os precederam, como nos relata Skinner:

⁴⁹ SKINNER, Quentin. *Machiavelli and Republicanism*. New York: Cambridge University Press, 1990. p.147.

[...] É bem típico dos humanistas, aliás, que não se limitassem a constatar que chegava ao fim o período das trevas, mas, além disso, se vissem como os principais agentes dessa esplêndida transformação do mundo. Para exprimir essa confiança, servia-se de duas metáforas, ambas fadadas a moldar, em definitivo, nossa maneira de pensar o Quatrocentos e sua importância. Uma enfatizava a idéia de um novo nascimento, de um retorno à vida, de um Renascimento ou Renascença no estudo das artes e das letras. (...). Outra metáfora diletta dos humanistas é a da aurora que se enxerga, pondo fim às trevas e marcando a volta da luz. [...].⁵⁰

Em concordância com o historiador Quentin Skinner, vamos finalizar este capítulo, com ênfase no Humanismo, descrevendo um pouco da análise de Skinner quanto à apropriação e progressão entre a teoria retórica, a teoria escolástica e o movimento humanista. Segundo Skinner, o estudo da retórica nas Universidades da Itália resultou numa ideologia política, a qual se tornou bastante influente. Neste primeiro momento, a retórica teria um objetivo prático:

[...] quem a estudava aprendia a escrever cartas oficiais e outros documentos análogos com o máximo de clareza e de força persuasiva. [...].⁵¹

No início do século XII, em Bolonha, um importante professor de retórica – Adalberto de Samaria (S/d) – entendia que a elaboração de cartas era passível de formulações de regras, assim começou a elaborar e intitular-se um instrutor da *Ars Dictaminis*. Em conseqüência, apareceriam os *dictatores*, os quais ensinaram como suas regras deveriam ser utilizadas.

⁵⁰C.f. *As fundações*, IN: SKINNER, Quentin. Op., cit., p.132.

⁵¹Idem. *Ibidem*. p.50.

Em meados do século XII, os *dictatores* – que até então se limitavam ao ensino de regras retóricas aos seus alunos – passaram a se preocupar em incluir nos seus modelos – ou *formulae* – assuntos sobre política e sociedade das cidades-estados italianas. Já no século XIII, observamos que os *dictatores* utilizavam seus modelos para veicular suas opiniões sobre os problemas sociais e políticos. Ainda no século XIII, há uma progressão da *Ars Dictaminis* – formulação de modelos de regras de retórica – para a *Ars Arengendi*: capacidade de fazer discursos formais. Disso resultou que os *dictatores* passaram a anexar às suas regras os modelos de discurso.

A combinação entre *Ars Dictaminis* e a *Ars Arengendi* resultou na ampliação dos debates públicos, devido à contribuição dos *dictatores* os quais passam a ter sua imagem associada às questões públicas e políticas. Dessas evoluções metodológicas surgiram, ainda no século XII, os livros de Conselhos. Primeiramente, com Boncompagno da Signa (1165-1240), sua obra *Cerco de Ancona* dirige-se aos cidadãos da República. É uma obra de caráter propagandística. Num segundo momento, os *dictatores* redigiram livros de Conselho dirigidos aos *podestàs* e a outros magistrados urbanos. Um grande exemplo foi a obra de João de Viterbo (S/d) – *Do Governo das cidades* – escrita por volta de 1240.

Disso tudo, resultou uma grande mudança no papel dos *dictatores*, que deixavam de ser instrutores das artes retóricas para apresentarem-se como conselheiros políticos naturais para as cidades e seus dirigentes.

Apesar das fórmulas retóricas da *Ars Dictaminis* terem resultado em livros de conselhos e em temas políticos; os *dictatores* não deixaram de avaliar a estrutura governamental a partir do ponto de vista das artes retóricas.

Já na metade do século XIII, ocorreu uma importante transformação, trazida da França, na teoria retórica, que se tornaria conscientemente humanista e assim rompeu e transformou as convenções predominantes na *Ars Dictaminis*. O resultado dessa transformação é que o ensino deixou de limitar-se às regras e passou a comportar também o estudo e a imitação dos clássicos enquanto modelos de estilo literário.

O centro de ensino de retórica à maneira humanista foi Orléans, na França. Um grande número de *dictatores* italianos foi educado na França e retornavam à Itália para difundir os novos métodos de ensino. Este novo método humanista de ensinar, por meio dos autores clássicos, logo se consolidou por toda a Itália. No início do século XIV, temos nas Universidades italianas uma alteração no estudo dos autores clássicos, os quais deixaram de ser tratados somente do ponto de vista estilístico passando também a serem compreendidos como mestres de uma literatura séria, digna de ser estudada pelo seu valor literário.

Coluccio Salutati (1331-1406) considera esses estudiosos como pré-humanistas, pois criaram uma cultura literária. E são estes pré-humanistas que exerceriam influência no desenvolvimento do pensamento político humanista cívico. Primeiro porque suas obras já eram de caráter político. Depois, porque as novas influências dos clássicos possibilitaram o incremento e a consolidação da *Ars Dictaminis* e da teoria retórica humanista, tornando-as mais sofisticadas e com um conteúdo explicitamente propagandístico e político.

A filosofia moral e política de Aristóteles defende que fora o homem o responsável pela fundação e manutenção da *pólis*, cujo uso era destinado aos homens na vida terrestre. Nesse sentido, a filosofia aristotélica coloca em descrédito a tradição cristã – baseada principalmente na filosofia de Santo Agostinho.

Aristóteles também defende que a arte de viver bem na *pólis* é um ideal auto suficiente.

O humanismo cívico florentino promoveu inovações muito significativas no pensamento político tradicional, que tinha na escolástica sua principal aliada. É certo que não podemos negligenciar os pensadores que antecederam ao movimento humanista, sejam os escolásticos ou os retóricos, esses movimentos desenvolveram teses relacionadas a vários temas que foram apropriados pelos humanistas, os quais trabalharam os mesmos temas sob outra ótica, sob novas circunstâncias que pediam a elaboração de uma nova ideologia civil para atender às novas necessidades. No entanto, a principal questão tratada pelos humanistas foi a defesa da liberdade republicana e a questão das ameaças a essa liberdade e também a preservação da virtude pública. Para estas questões prioritárias, os humanistas defendem que a liberdade republicana seria garantida por meio de instituições e leis adequadas e também pelo reforço ao orgulho cívico.

Esgotar o entendimento sobre o significado e importância do humanismo cívico seria uma tarefa impossível, pois, existem muitos trabalhos sobre o tema. Mas podemos propor algo que compreenda o humanismo cívico no sentido de esclarecer nosso trabalho sobre a teoria dos humores de Nicolau Maquiavel. Obviamente, essa compreensão levará em conta as análises acima expostas.

O humanismo cívico foi um movimento de oradores, poetas, filósofos humanistas comprometidos com a política e, não necessariamente, com o regime republicano. Para um historiador, um humanista cívico é um pensador que se preocupava em formar um espírito cívico na cidade. O cívico estava diretamente vinculado ao patriotismo e à participação na sociedade. O humanista cívico seria um indivíduo comprometido com o corpo coletivo da sociedade.

Outra questão principal a ser tratada pelos pensadores preocupados com a liberdade foi a criação de uma teoria do conhecimento que oferecesse legitimidade à liberdade das cidades italianas, pois, é ela quem estava constantemente ameaçada, seja pela coerção ou pela permanência e aceitação de valores e crenças universais. Neste momento, nos propomos a demonstrar a formação de algumas Teorias do conhecimento por alguns pensadores italianos, principalmente os florentinos. Para isso vamos trabalhar com as ideias de alguns humanistas cívicos. Os critérios de escolha dos pensadores foi justamente a sua contribuição para ultrapassar as limitações impostas pelo pensamento político tradicional. Creio ser importante esclarecer que os pensadores aqui analisados já foram objetos de muitos outros pesquisadores do pensamento político italiano. No entanto, acreditamos que esses pensadores ainda devam ser objetos de análise por sua indubitável contribuição à formação do pensamento político moderno.

Dentre todas as cidades-estados italianas, Florença destacou-se pelo constante empenho em proteger sua liberdade e sua República. Provavelmente o primeiro humanista cívico florentino tenha sido Francesco Petrarca (1304-1374), pois buscou na Antiguidade Clássica uma fonte de estudos que contribuísse para a formação de uma nova visão de sua época. Além disso, apontou a necessidade de restituir a antiga virtude na Itália e também no mundo inteiro. Buscou nos “*studia humanitatis*” os modelos clássicos da educação necessária à formação de homens virtuosos, com isso Petrarca daria o primeiro passo para o desenvolvimento de uma Teoria humanista da ação. Acreditava na importância do diálogo humano; e assim como Aristóteles, afirmava que o uso da faculdade da fala é que define o caráter político do homem. Segundo Garin, há em Petrarca duas características fundamentais do humanismo cívico: o valor conferido aos textos do passado e a

afirmação do caráter social da humanidade.⁵² Petrarca não era um homem engajado politicamente e também tinha referências teóricas cristãs, pois não via qualquer problema em levar uma vida contemplativa que entendia como a realização perfeita de um diálogo transtemporal entre os homens. Mas por outro lado, acreditava que a conquista da virtude se daria com uma vida intensamente voltada para os negócios públicos. Há em Petrarca um rompimento marcante com o pensamento tradicional: é não dar importância à profecia apocalíptica, como fazia Dante Alighieri.

O Humanismo Cívico buscou elaborar uma imagem humana da antiga virtude e uma imagem social da vida do homem no tempo. Esse foi o elemento que deu sentido ao humanismo cívico: a prática de uma virtude cívica, a dedicação à *vita civile*, tomando a antiguidade por modelo. Nesse sentido, os humanistas florentinos não sentiam a necessidade de atribuir à República uma dimensão profética, pois pertenciam já a uma República e podiam descrevê-la de maneira realista, pois ela estava lá bem diante de seus olhos.

Vamos analisar alguns dos pensadores políticos florentinos dos quatrocentos, que elaboraram importantes teorias em defesa da liberdade e do governo republicano. Começemos por Coluccio Salutati, que exerceu um papel importante na constituição do movimento humanista. Foi Chanceler desde 1375 a 1406, sua participação nos movimentos políticos da República Florentina foi de grande importância. O cargo de Chanceler tornar-se-ia um ponto de passagem para todos os humanistas que queriam participar ativamente da vida da cidade.

Em sua obra *Invettiva contro Antonio Loschi da Vicenza*, Salutati nos permite compreender a passagem da problemática medieval para a renascentista. Dando continuidade a alguns temas desenvolvidos por Petrarca, Salutati retoma a questão

⁵² E. Garin. *L'Umanesimo Italiano*, Laterza, 1989. p.27.

da *virtù*, insistindo na importância de sua redefinição, uma vez que as transformações na sociedade medieval passavam a exigir uma nova teoria quanto à ação humana na *pólis*. Mesmo tomado por valores cristãos, ele produz uma teoria através da reflexão com ênfase em sua prática política. Suas cartas e obras são consideradas o núcleo do qual se desenvolveu o humanismo cívico. Em Salutati aparece grande parte dos problemas característicos do movimento: a defesa da liberdade e da *vita civile*, a condenação da tirania, o amor pelos clássicos, a associação da retórica à política. Há no pensamento de Salutati um tema central que é a paz. Ele atribui um grande peso à preservação da paz, portanto é favorável a um governo monárquico em casos de discórdias internas e guerra. O pensamento de Salutati marca a passagem das teorias políticas medievais para o humanismo cívico. Porém, percebemos a manutenção de alguns elementos da escolástica: por exemplo, a relação existente entre a forma de governo e a preservação da paz. Tanto para os escolásticos como para Salutati, as dissensões sociais são a causa da eliminação da paz; para solucionar esse impasse seria necessário o governo de um só, o qual eliminaria os conflitos e manteria a paz.

Outro humanista cívico foi Leonardo Bruni (1369-1444), o qual irá ocupar um lugar especial em nossa análise por ser considerado um dos mais importantes humanistas. Discípulo direto de Coluccio Salutati teve um lugar de destaque no humanismo dos quatrocentos, é ele quem tratará de temas essenciais ao pensamento político renascentista como a questão da liberdade, a exaltação da *virtù* romana e a teoria da circularidade da história. Sua obra mais importante é *Laudatio Florentinae Urbis*, na qual vincula liberdade ao exercício da cidadania e analisa a formação de Florença, que teria por fundamento a identidade entre liberdade e igualdade. Porém, essa noção já estava presente no ideário político florentino; Bruni

fortalece essa ideia e aponta a liberdade como gênese da República. Dedicou-se à reflexão sobre a política florentina, fazendo dela o eixo dos debates humanistas. Também se preocupou com o tema da *virtù*, seguindo uma via mais política, associou a *virtù* às ações praticadas na *pólis*.

Bruni deu especial importância ao tema liberdade⁵³ que foi vinculado à organização política interna das cidades. Esta liberdade para organizar as cidades era apresentada em dois aspectos: o primeiro deles, liberdade enquanto proteção contra as ameaças de tirania; de outro, liberdade como um sistema de leis que impedisse a tomada do poder pelas famílias mais influentes e poderosas. Para que a proposta de Bruni funcionasse efetivamente, era necessária a existência de uma legislação que coibisse a tomada do poder pelas famílias mais ricas e que garantisse de fato a igualdade entre os cidadãos. Segundo Bruni, a organização política de Florença poderia garantir essa igualdade quando fizesse da *virtù* e não da riqueza o pré-requisito para o acesso aos cargos públicos. Assim, a liberdade adquiria o sentido de igualdade perante a lei, pois é a lei que garantiria a postulação aos cargos públicos segundo a capacidade de cada cidadão.

A partir de 1428 quando Florença passa por um período de guerra, Bruni ao analisar a situação de Florença atribui a difícil situação dos florentinos à perda da *virtù* por parte dos cidadãos. Bruni aponta que a causa de todas as dificuldades enfrentadas por Florença devia-se ao fato das poderosas e ricas famílias florentinas terem tomado o poder, passando a discutir entre si os rumos da República Florentina. Dessa forma, o resultado era que o cidadão florentino não passava de um mero expectador da realidade política florentina.

⁵³ Não só Bruni, mas o conceito de liberdade foi central nas análises da maioria dos humanistas cívicos, basta uma análise detalhada dos textos da época.

Nesse cenário da República Florentina, a questão da *virtù* é muito significativa. É um momento em que *virtù* era entendida como capacidade de participação nos assuntos públicos, opondo-se ao direito da nobreza de sangue. Mas, o mais importante desse entendimento da *virtù* é que ele trazia consigo um grande desejo de igualdade e de participação política. Mas já no fim da primeira metade do século XV, a prática da *virtù* tornara-se um ideal, o efetivo exercício da política não estava mais nas mãos de uma elite que mantinha vivo o desejo de liberdade; o poder agora pertencia a uma oligarquia cuja força provinha de negócios vinculados a uma economia capitalista, em que os interesses em jogo eram estritamente particulares e não em benefício da coletividade.

Porém, a relação estabelecida entre liberdade e *virtù* levou os humanistas a conclusões bastante interessantes. Ainda com Bruni em sua obra *Oratio*, defende que para um Estado tornar-se uma potência econômica ele deve ter uma constituição livre. Numa cidade onde há liberdade há condições para o nascimento e desenvolvimento de uma economia em potencial, pois, o cidadão encontra oportunidades para desenvolver suas aptidões.

Leonardo Bruni no início de sua carreira literária enganou-se quanto ao poder em Florença, pois acreditava que Florença vivia uma plena Era democrática, mas há muito tempo não o era. Predominava sim uma constituição oligárquica desejosa por atender aos seus interesses. Apesar do engano, Bruni promoveu a difusão de ideias inovadoras e resgatou do passado um ideal muito rico de liberdade. Ideal que condicionou muitos a lutarem pela participação de todos nos assuntos da cidade.

Outro importante humanista foi Leon Batista Alberti (1409-1472). Em uma de suas obras *Della Famiglia* aponta que o papel dos homens na terra é servir aos outros, portanto a ação humana é o grande valor da humanidade:

[...] Ora esse valor provém do fato de que o homem é capaz de atingir a “*virtù*” e, assim, de se opor à “*fortuna*”. Se para um cristão o destino pertence a Deus, o que implica que a ideia de “*fortuna*” não tem a menor importância, para um humanista, consciente do valor da “*virtù*”, somente a ideia de “*fortuna*” pode dar consistência à teoria da ação. [...] ⁵⁴

Alberti acreditava no valor e na força da *virtù*, a qual a *fortuna* só poderia vencer pela incapacidade da *virtù*. Sua convicção na força da ação humana tem por pressuposto uma dignidade e força capazes de superar os obstáculos, desde que o homem conseguisse ter perfeito domínio sobre si mesmo e entregar-se por inteiro aos interesses da *pólis*. Para Alberti, o cidadão deve ser altruísta e praticar o civismo, pois o que há de mais importante é a construção das instituições políticas.

Apesar das posições inovadoras desses pensadores, quando descrevem as virtudes de um cidadão republicano não entram, necessariamente, em contradição com as virtudes que deveriam ser cultivadas por um cristão. Portanto, voltamos a afirmar que houve rompimentos com o pensamento medieval, mas também verificamos as continuidades de muitas ideias medievais.

Os humanistas florentinos do início do século XV mantêm o tradicional debate sobre os perigos para a liberdade. Porém, chegam a conclusões diferentes quanto à importância dada ao faccionismo. Para esses teóricos a ameaça à liberdade não são as discórdias civis, pois essas tendem a resolver-se por si mesmas à medida que se equilibram todos os negócios da cidade, mas sim entregar a defesa de suas liberdades aos mercenários. A solução que propõem é restabelecer aos cidadãos a disposição para armarem-se e lutarem pela liberdade.

⁵⁴ BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Editora Loyola, 2005. p. 34

Os humanistas dos quatrocentos ao discutirem os perigos para a liberdade republicana apontam problemas distintos da tradição teórica. Porém, mantêm os elementos tradicionais da concepção de liberdade política, sendo eles: liberdade enquanto soberania e autogoverno, liberdade enquanto garantia à participação ativa no governo para todo cidadão e liberdade enquanto preferência pelo governo republicano. No século XVI, a defesa da liberdade política e da República permanece central nas análises dos pensadores políticos florentinos. E um dos principais representantes do pensamento florentino, Nicolau Maquiavel propõe-se a analisar e responder problemas de seu tempo e nesse processo acreditamos que houve uma ligação com a tradição e, ao mesmo tempo, um rompimento.

O tema liberdade também foi central no pensamento de Nicolau Maquiavel, tal qual nos pensadores que o antecederam, conforme visto até agora. Mas Maquiavel rompe com a tradição à medida que essa considera as dissensões sociais como fonte de desordens, enquanto Maquiavel vê nas dissensões a fonte de promoção da liberdade. Ora, esse elemento é novo no debate político; ao perceber que existe uma tensão entre o povo – que não quer perder sua liberdade – e a elite – desejosa por aumentar cada vez mais seu poder – nos mostra que um conflito estaria sempre em eminência, pois os humores dos dois grupos também estavam sempre emergentes. Portanto, a preocupação com os “ânimos” dos indivíduos passa a ser objeto de análise em Maquiavel. O interessante é que Maquiavel atribui um valor positivo às dissensões que ocorrem em consequência dos humores. Para ele os conflitos sociais resultam em liberdade.⁵⁵ A questão da paz vem atrelada no debate sobre a liberdade, pois, onde a liberdade está garantida, a concórdia é predominante.

⁵⁵ Analisaremos num capítulo a parte esta questão dos humores e da liberdade no pensamento de Nicolau Maquiavel como também entrelaçando com os autores estudados até aqui.

Todo esse quadro traçado acima ficaria sem sentido senão refletirmos sobre o vínculo existente entre os assuntos abordados. É evidente que há uma, em qualquer tempo e espaço, “reciprocidade” entre movimentos de produção intelectual e seu contexto histórico. Sugerimos o termo “reciprocidade”, pois a produção intelectual, de um determinado momento, ao mesmo tempo em que reflete esse momento ela interage com o mesmo e o transforma, senão totalmente, mas em parte. Nessa pesquisa, apresentamos uma Europa em constante transformação com o desenvolvimento das Monarquias Nacionais e a ascensão do sistema econômico capitalista, trazendo consigo a nova classe social burguesa, a qual necessitava de ideais e valores para que se constituísse uma nova mentalidade necessária aos interesses burgueses. Foi nesse cenário que vimos o nascimento de movimentos intelectuais e artísticos, não necessariamente vinculados aos ideais burgueses, mas certamente acompanhando as transformações operadas na Europa.

Nessa pesquisa, o olhar esteve voltado para a Itália, pois em meio à centralização do poder, resultante da formação das Monarquias Nacionais, a Itália estava numa situação singular. Conforme vimos acima, não havia uma Itália unificada, mas sim um território fragmentado em cidades-estados independentes entre si, muitas das quais sob a forma de um governo republicano. No entanto, todas sofrendo as investidas das principais potências européias.⁵⁶ Essa singularidade italiana contribuiu para o desenvolvimento de movimentos intelectuais preocupados em compreender e oferecer um suporte ideológico⁵⁷ para que as cidades italianas pudessem garantir sua soberania.

O movimento Humanista e, principalmente, o Humanismo Cívico foram a expressão do cenário que se configurava na Europa na Baixa Idade Média. Mas, tais

⁵⁶ As cidades italianas sofriam com as tentativas imperialistas da França, do Império Germânico e do Papado.

⁵⁷ Entendemos esse termo, aqui utilizado, como um conjunto variado de ideias propostas pelos pensadores tratados nesse trabalho.

movimentos tiveram maior relevância na Itália, pois era nela que estava preservada a cultura greco-romana, eram os comerciantes italianos que abasteciam o mercado europeu, as poderosas famílias italianas importavam-se com os artistas e intelectuais por meio da prática do mecenato. Enfim, a Itália era o berço de uma nova sociedade em ascensão – a sociedade moderna.⁵⁸

A modernidade emergente tinha uma base econômica de sustentação, para esta sociedade o que interessava era a materialidade e não o espiritual. Assim, os humanistas compreenderam a necessidade de entender o indivíduo na sua concretude e de alçar a racionalidade para o topo da sociedade. Ao tomarem a razão e o mundo material como elementos centrais da sociedade em ascensão, os humanistas apontavam algumas das características que marcavam sua realidade, ou seja, a formação da sociedade moderna.

No esteio dos humanistas, temos os humanistas cívicos que estavam bastante preocupados com os problemas políticos que se apresentavam aos seus olhos. Foi na Itália que os humanistas cívicos puderam desenvolver suas teses, pois era numa Itália esfacelada e sempre alvo das ameaças externas que os problemas emergiam; por isso a luta para garantir a liberdade foi o principal tema tratado pelos humanistas cívicos, conforme visto acima. Mas esses pensadores tinham um desejo maior: que todas as pessoas pudessem participar da política visando ao bem da coletividade. Os humanistas cívicos promoveram o desenvolvimento de um verdadeiro movimento político, o qual foi uma resposta à realidade que se apresentava naquele momento, em especial à situação na Itália. Ao promover um movimento político, esses pensadores assumiram um compromisso com a luta pela liberdade e fizeram com que as pessoas entendessem a importância do exercício de

⁵⁸ Restringindo ao aspecto dos movimentos artísticos e intelectuais.

uma vida cívica e ativa, tendo por fim último a manutenção da liberdade e o bem-comum.

Capítulo 2 – Maquiavel e o pensamento político medieval

2.1 – O nascimento do escritor

A ascensão de Maquiavel ao cenário político ocorreu em 1498, quando foi designado Secretário da Segunda Chancelaria⁵⁹, com a função de tratar das questões de Estado. Maquiavel tornou-se um membro do Estado florentino imprescindível nas missões externas e, conseqüentemente, na tentativa de retirar Florença do alvo das ambições imperialistas das potências européias como a França, o Papado e o Império.

Maquiavel logo se tornou um embaixador itinerante, custando-lhe muitas viagens, longos períodos distante de sua família e de sua pátria. A ele era atribuída uma série de missões diplomáticas para observar as manobras dos jogos políticos na Europa e também solucionar problemas com Florença no contexto dessas manobras.

Participando de diversas missões Maquiavel apreendeu muitas lições. No âmbito pessoal percebeu o quanto era admirado e querido por seus amigos. Profissionalmente, tornou-se um funcionário da República Florentina inigualável na sua competência, intelecto, inteligência e diplomacia. Outro ganho, e talvez o maior dentre todos, foi o desenvolvimento da habilidade para a observação e análise política. Isso lhe valeu apontar os erros e acertos de governantes e povos. Mas, seu aprendizado mais precioso foi: a noção de como se tornara vulnerável sua cidade.

⁵⁹ É intrigante a ascensão de Maquiavel a um cargo público que fora nomeado. Há muitas explicações, mas o fato é que Maquiavel mantinha ótimos contatos e era um homem bastante agradável e esperto. No entanto, foi de grande importância o fato de que ele e seu pai participavam de uma Confraria, na qual estabeleceram contatos importantes com membros da elite florentina, inclusive com a família Médici. Através de um amigo de seu pai – Bartolomeo Scala – que serviu ao primeiro governo dos Médicis, levou Maquiavel para trabalhar com ele no *Palazzo Vecchio* e possibilitou sua entrada no círculo íntimo dos Médicis. Outras pessoas foram de extrema relevância para a ascensão política de Maquiavel: o advogado Agostino Vespucci, o jovem tabelião Ugolino de Martelli, o Secretário Marcello Virgílio Adriani e o mais importante foi o genro de Piero Médici – Alamanno Salviati.

Em 1500, Maquiavel tinha apenas trinta e um anos e estava há dois anos servindo como funcionário público. Foi incontestável sua habilidade no exercício da diplomacia. Porém, sendo um homem inteligente e ótimo observador, comumente, tecia suas análises sobre política. É certo que seu cargo lhe colocava numa posição especial de observador ocular e vivenciando cada experiência. Tudo isso deu-lhe fontes para tornar-se um dos grandes pensadores da humanidade. Entre 1507 a 1510, Maquiavel obteve importantes vitórias políticas, mas amargou algumas derrotas e encarou problemas bastante perigosos. Mas, já em 1507 era reconhecido como um grande analista e teórico da política na Itália.

A partir de 1510, os Estados italianos tornaram-se muito vulneráveis às investidas das potências européias. Após uma série de ameaças e negociações no início de 1512, a República Florentina enfrentou uma grande reviravolta política, o primeiro gonfaloneiro Piero Soderini abandonou o governo, por pressão espanhola, e partiu para o exílio em Siena. Em setembro de 1512, os Médicis, apoiado pelo Papa Júlio II, retornaram do exílio e assumiram novamente o poder em Florença. Toda a estrutura governamental que sustentara a *Signoria* e o próprio cargo de Maquiavel foi totalmente desmantelada. O novo governo passaria a ser encabeçado por um Parlamento composto por cidadãos ricos e aliados aos Médicis – o cardeal Giovanni de Médici e Giuliano de Médici. Essas mudanças fizeram de Maquiavel um “fantasma” no novo governo, seus serviços eram ignorados. No entanto, em resposta a uma de suas cartas enviadas a Giovanni – em sete de novembro de 1512 – Maquiavel foi dispensado de todas as suas funções. Nicolau Maquiavel permanecera em seu cargo durante quinze anos, quando a República Florentina foi derrubada e o governo dos Médicis reinstalado. Para piorar sua situação, Maquiavel teve seu nome envolvido, casualmente, numa conspiração contra os Médicis, por

isso foi preso.

Ao sair da prisão, Maquiavel refletiu sobre as perspectivas de seu futuro. Sem trabalho, com pouco dinheiro, com sua família para sustentar e perto de completar quarenta anos de idade; tudo isso lhe parecia trágico. Ora, servira à sua pátria por quinze anos, muitas vezes abdicando de sua vida pessoal; e agora era vítima da desconfiança do governo florentino. Nesse momento, Maquiavel percebia que sua vida saltará, vertiginosamente, para a mais profunda escuridão. Porém, por um curto período, encontrou consolo nos poucos amigos que tinha entre os quais estavam Biagio Buonaccorsi, Filipo Casavecchia (o primeiro a ler *O Príncipe*), Tommaso del Bene – um antigo funcionário da Chancelaria – e Donato del Corno – um comerciante. No entanto, para evitar agressões de grupos oponentes e refletir sobre tudo que lhe ocorreu, Maquiavel parte para seu sítio, para um auto-exílio e isolamento social.

Essa mudança radical em seu estilo de vida foi difícil, afinal Nicolau participou de importantes decisões políticas, não só na Itália; mas também na Europa. Frequentou cortes reais e esteve perto de importantes lideranças. E agora o que lhe sobrara eram as questões domésticas, o contato com pessoas humildes, trabalhadores comuns. Como poderia adaptar-se a essa situação tão adversa àquela que vivera anteriormente?

Maquiavel criou uma rotina de vida. De um lado, dedicava-se aos afazeres domésticos e ao contato com as pessoas da região. Por outro lado, Maquiavel dedicava-se às leituras de autores antigos. Mas, não era uma simples leitura, Maquiavel dialogava com as “cortes antigas”. E foi desses “encontros” somado à sua experiência que Maquiavel comporia um estudo chamado *De principatibus*.

Há indícios, em suas cartas, de que Maquiavel dedicou-se intensamente à

leitura de obras da Antiguidade Clássica como: Virgílio, Ovídio, Tibulo e Tito Lívio. Também apreciava Dante, Petrarca e Boccaccio, mas seu escritor preferido foi Lucrécio, especialmente a obra *De Natura Rerum*.

É tentador interrogar como um homem da relevância de Maquiavel pôde adaptar-se a uma vida tão restritiva. A resposta está no fato de que não havia outra forma, ele somente podia aceitar sua *fortuna* e misturar-se com àquelas pessoas humildes. E o mais interessante é que Maquiavel se nutriu dessas conversas corriqueiras, e conseguiu retirar-lhes um capital intelectual para suas reflexões mais substanciais, o que o levaria a construção de alicerces teóricos sob os quais ele escreveria grandes obras-primas.

Uma das fontes essenciais de comunicação mais importante para Maquiavel foi seu amigo Francesco Vettori. Durante três anos, trocaram correspondências, onde as discussões sobre política eram bastante detalhadas e interessantes. Essa troca de cartas com Vettori foi essencial para manter Maquiavel informado sobre as manobras dos líderes da Europa, mas também propiciou a Maquiavel a manutenção da política em sua vida, durante o auto-exílio. Somado a isso, essas cartas alimentaram as análises políticas de Maquiavel e serviram como fonte de inspiração e, mais do que isso, como esteio para a produção de sua grande obra: *O Príncipe*.

Durante todo o ano de 1513, Vettori e Maquiavel discutiram as manobras dos poderes políticos na Europa. Estas correspondências foram vitais para promover o florescimento de um grande Teórico da Política. Maquiavel somando suas próprias experiências no jogo político com o que ocorria na Europa – durante seu exílio – pôde fazer suas análises, sempre com eficiência e realismo,

Maquiavel tentava fazer com que sua obra chegasse às mãos dos Médicis. Mas, a imagem de Maquiavel foi totalmente destruída por ser acusado e condenado

por traição. Portanto, os Médicis não estavam interessados no talento e habilidades de Maquiavel. Mas em dezembro de 1514, Vettori escreve a Maquiavel perguntando-lhe se poderia recomendar ao papa uma solução para a delicada situação da Europa. Rapidamente Maquiavel iniciou a composição de uma longa e detalhada análise da situação, aconselhando o papa a formar uma aliança com os franceses. Com isso, Maquiavel acreditava poder voltar à vida pública, mas isso não aconteceu. Essa catástrofe pessoal o levou a não mais querer se envolver em questões públicas e intelectuais. Seu desânimo aumentou quando a tentativa de publicar *O Príncipe* foi frustrada, e mais triste fica nosso grande escritor florentino quando, em 1517, Lorenzo di Piero Médici (para o qual Maquiavel dedica sua obra) somente passa os olhos na obra.

A ideia de escrever o deixa empolgado, começa seu novo trabalho, uma coleção de poemas e sonetos que inclui *L'Asino* marcada por uma auto-ironia de Maquiavel. Em seguida, escreve uma novela *Belfagor arcidiavolo*, que foi publicada em 1517, dez anos após a morte de Maquiavel.

Para Maquiavel, escrever era uma forma de ele apaziguar dentro de si todo o sofrimento que viveu, portanto a escrita era um estímulo para evitar a dor. Mas, Maquiavel também foi estimulado por um grupo de amigos com os quais passava muito tempo ao longo do dia. Era um grupo de homens com ideias semelhantes, que se reuniam nos Jardins Rucellai, localizado nos limites de Florença. Os Jardins foram criados por Bernardo Rucellai no fim dos anos 1490. Os Jardins tornaram-se um lugar de meditação e da prática filosófica. Foram projetados para receber as reuniões da Escola Neo-platônica, organizada por Marsilius Ficinus. Dessa forma, os Jardins tornavam-se um local de lazer e de encontros de jovens intelectuais. Os Jardins foram construídos seguindo o estilo clássico, obedecendo aos padrões

humanistas. Era importante que os Jardins traduzissem o conceito clássico de *otium*, uma vida tranquila. Todas essas características dos Jardins Rucellai estavam intimamente ligadas com as exigências culturais. Somente assim, os Jardins puderam ser reconhecidos como uma finalidade social.

Bernardo descendia de uma família de humanistas, por isso criou um lugar para que pensadores, poetas, escritores pudessem livremente discutir e debater. Bernardo morreu em 1514. Maquiavel esteve junto com importantes pensadores nos Jardins, o que foi vital para que ele continuasse a escrever e, assim, nos legar grandes obras-primas.

O grupo era formado praticamente por jovens ricos e pertencentes a famílias nobres, que sustentavam posições humanistas e liberais. Estes jovens homens é quem conduziram a política em Florença. Com o tempo Maquiavel torna-se professor dos jovens nos Jardins. Maquiavel sabia que esses homens ficavam impressionados e se deixavam influenciar por suas ideias políticas. Maquiavel se orgulhava por estar participando na educação desses jovens, os quais tinham um grande potencial para o exercício da política.

Estimulado pelos amigos, Maquiavel termina *Os Discursos*, e ainda escreverá *A arte da guerra*. Maquiavel produziu outras obras como a peça cômica *A Mandrágora*, *História de Florença* – encomendada pelo cardeal Giulio de Médici, a peça *Clizia*, que ele escreveu para sua amante Barbara. Bem esses são os principais escritos de Maquiavel, mas ele escreveu muito mais, porque descobriu dentro de si um talento inato, e pela *Fortuna* que desta vez pregou boa sorte a Maquiavel, proporcionou-lhe um convívio com aqueles jovens de Rucellai, os quais foram ouvintes bastante atentos e interessados nas criações literárias de Maquiavel. No entanto, Maquiavel tinha uma causa muito maior, não era somente produzir e ser

reconhecido no meio intelectual, a de contribuir na formação do “governante ideal”. Maquiavel sabia dos talentos e do potencial daqueles jovens, tanto que era para eles que Nicolau colocava suas obras à prova. Não havia em qualquer lugar da Europa o Príncipe idealizado por Maquiavel; mas este “Príncipe” poderia muito bem estar ali nos debates e discussões com os jovens dos Jardins de Rucellai. O convívio com os jovens intelectuais de Rucellai foi importante para que Maquiavel apreendesse conceitos históricos e políticos que serviriam de estrutura para suas análises políticas e, por conseguinte, para escrever suas obras-primas. É importante destacar que, mesmo no exílio, Maquiavel esteve atento aos acontecimentos que assolavam Florença e toda a Península Itálica.

Nicolau Maquiavel é um pensador muito estudado, havendo vários trabalhos que comportam diversas análises de suas obras e de sua vida. Portanto, este pequeno estudo sobre o nascimento do autor e, juntamente, do analista político não pretende esgotar todas as discussões a esse respeito; mesmo porque seria um trabalho que não cabe a esta pesquisa. Mas, nos propomos a discutir algumas posições diferenciadas para podermos ter uma visão um pouco mais abrangente de quem foi Maquiavel enquanto escritor e analista político.

Neste momento trataremos da concepção histórica de Maquiavel, a qual nos leva a analisar a questão da circularidade histórica no pensamento de nosso escritor. Bem para tratar desse tema será necessário voltarmos à teoria cíclica de Políbio. A adesão de Maquiavel à teoria do escritor grego é apenas parcial, pois, se também afirma que o tempo é cíclico; por outro lado, não atribui à circularidade a função de previsão do movimento histórico. Desta forma, a teoria dos ciclos deixa de ser instrumento de compreensão da realidade.

Em Políbio a teoria dos ciclos é uma teoria científica que descreve,

rigorosamente, as diversas etapas que as constituições humanas devem percorrer. Assim, essa teoria permite previsões sobre a realidade da humanidade. Com Maquiavel, a teoria dos ciclos mostra a descrição de mudanças que se sucedem numa sociedade política que em geral sofre quando procura opor ao temor da aniquilação coletiva uma organização política, que se abandonada à própria sorte, evoluiria como diz Políbio.⁶⁰ No entanto, é muito claro em Maquiavel que nenhuma sociedade política é largada a si mesma, seja externamente, pois poderá obter apoio de Estados vizinhos; seja internamente, pois para o florentino sempre nascerá em seu seio um grande homem virtuoso que restauraria a *virtù*.

A princípio é possível acreditar que Maquiavel compartilha com Políbio quanto à classificação dos regimes políticos e a ideia de que regimes puros se degeneram em formas imperfeitas:

[...] Portanto, para discorrer sobre as ordenações da cidade de Roma e os acontecimentos que a levaram à perfeição, direi o que dizem alguns que escreveram sobre as repúblicas, ou seja, que há nelas um dos três estados, chamados principado, *optimates* e popular; e que aqueles que ordenam uma cidade devem voltar-se para um deles, segundo o que lhes pareça mais apropriado. Outros – mais sábios, segundo a opinião de muitos – são de opinião que existem seis formas de governo, das quais três são péssimas e três são boas em si mesmas, mais fáceis de corromperem-se, que também elas vêm a ser perniciosas. Os bons são os três acima citados; os ruins são outros três que desses três decorrem; e cada um destes se assemelha àquele que lhe está próximo, e facilmente passam de um ao outro: porque o principado facilmente se torna tirânico; os *optimates* com facilidade se

⁶⁰ Para Políbio a Teoria Cíclica tem por finalidade descobrir o processo teórico de degeneração e regeneração dos Estados. Sendo um instrumento importante para a descrição das diferentes etapas que as constituições políticas necessariamente percorrem, o que permite a previsão de tal percurso.

tornam governo de poucos; o popular sem dificuldade se torna licencioso. De tal modo que, se um ordenador de república ordena um desses três estados numa cidade, o ordena por pouco tempo, pois nada poderá impedir que revele para o seu contrário, pela semelhança que têm neste caso a virtude e o vício. [...] ⁶¹

Num primeiro momento nos parece muito claro que Maquiavel aceita plenamente a teoria de Políbio, na medida em que confirma que se um governante adotar alguma das três formas boas de governo, não conseguirá mantê-la por muito tempo, pois esta forma irá precipitar-se na sua forma contrária, tal a semelhança entre as duas. Porém, se avaliarmos atentamente o que diz Maquiavel, concluiremos que ele parece dar pouca importância à circularidade e às classificações do governo em boas e más.

Maquiavel questiona se é possível que um Estado tenha força para iniciar um novo ciclo, quando atingir o estágio de degeneração; conforme propõe Políbio. Maquiavel acredita que o provável é quando o Estado atinge a etapa degenerativa ele se tornaria súdito de outro Estado. Dessa forma, não ocorreria o retorno ao ponto de partida dentro do próprio Estado; mas sim uma transferência de domínio de um Estado sobre o outro. Portanto, se um Estado, conforme apresenta Maquiavel, não reinicia um novo ciclo, como afirmava Políbio, a teoria da circularidade deixa de ser útil à explicação da sucessão histórica e a sua capacidade de prever os acontecimentos.

[...] mas raras vezes retornam aos mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e

⁶¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. (Trad. Martins Fontes). São Paulo: Martins Fontes. 2007. p. 14

continuar em pé. [...] acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela [...].⁶²

Maquiavel utilizará para suas análises a civilização Romana, pois, à idealiza como modelo de sociedade próspera e virtuosa. Importante destacar que a valorização do mundo antigo, no que diz respeito à política, já era uma prática dos pensadores florentinos desde os Quatrocentos. O que verificamos nas obras de Maquiavel é uma reflexão sobre o passado, o que implicava a confrontação entre o antigo e o moderno. Nesse processo, o mundo antigo representa o auge do processo histórico; analisando o passado Maquiavel apreende lições que possam solucionar os problemas presentes. Tanto n'*O Príncipe* como nos *Discursos*, resolve o problema político por meio de regras e demonstra que esses problemas podem ser enfrentados com os exemplos do passado. Por exemplo, o Império Romano emerge como um modelo para Maquiavel, um ponto central das reflexões para a compreensão do presente em Florença dos Quinhentos. Nesse contexto, não podemos deixar de lado a República Romana que também é um paradigma para as reflexões de Maquiavel, no entanto, um paradigma marcado pela sua *virtù*.

O que podemos concluir sobre o pensamento de Maquiavel, quanto ao que foi analisado até o momento, é que a História deve ensinar aos homens como comportarem-se politicamente, de que maneira as instituições, a organização das leis e normas devem funcionar, para que possamos construir um Estado glorioso.

É possível também abordar a questão do modelo antigo em Maquiavel pelo ponto de vista da imitação. Essa imitação não deve se restringir, puramente, a uma cópia ou restauração dos modelos antigos. Segundo o que sugere em algumas

⁶²MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 3. p.17.

passagens dos *Discursos*, o modelo antigo não apresenta de imediato seu significado, é preciso decifrá-lo para que nasça uma nova disposição no sujeito histórico: o desejo de agir, ou seja, imitar.

A imitação teria por função oferecer um conhecimento prático, que pudesse levar os sujeitos históricos a adotarem procedimentos adequados na direção do Estado. É importante ressaltar que Maquiavel faz uma ressalva restritiva: a imitação dos antigos deve limitar-se aos grandes homens, os que foram excelentes. Outra observação interessante quanto à imitação dos antigos é que esta só deve ser feita quando o tempo presente está em declínio, caso contrário não se deve louvar o passado quando se está diante de um governo glorioso.

A admiração pelo passado é um dos fundamentos da imitação, no entanto tal admiração exige que se identifique no tempo presente a existência ou não de elementos que orientaram os Estados antigos, principalmente o romano. Ou seja, é preciso haver discernimento para verificar se os males apresentados no tempo atual são passíveis de cura com os “remédios” utilizados na Antiguidade.

Para Maquiavel o retorno ao antigo implica numa reflexão sobre o que foi identificado como Antiguidade. Assim, a ação de imitar não é mais a única coisa a fazer: é necessário confrontar, antes de tudo, o conjunto das circunstâncias e finalidades passadas com as do presente. Portanto, imitar não restringe-se em reproduzir a ação passada; mas sim, aplicar sensatamente ao presente e ao futuro a lição tirada do passado.

É interessante o trabalho de Ames⁶³ quanto à questão do método de análise no pensamento de Nicolau Maquiavel, ele propõe que o autor florentino tem a seu favor um cabedal de regras já pré-estabelecidas quanto às questões políticas,

⁶³ AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: EUNIOESTE, 2002.

portanto é partindo dessas regras que Maquiavel chega à análise dos fatos. Isso significa dizer que Maquiavel não possui um método indutivo na política, mas que somente nos demonstra as lições retiradas da Antiguidade e do presente utilizando-se de tais regras. Porém, é necessário destacar, que outros estudiosos de Maquiavel defendem que ele retirava da experiência concreta normas gerais que dirigiriam as ações políticas. Mas para Ames:

[...] Os acontecimentos históricos não são a origem das regras, mas apenas a provocação à sua imaginação para explicá-los. Quer dizer, os exemplos históricos, referidos em profusão, considerados em si mesmos, não explicam nada, não oferecem a sua própria iluminação. Precisam ser interpretados para adquirirem sentido e este sentido não é extraído dos próprios exemplos, mas aplicado a eles pelo uso de regras preexistentes aos mesmos. [...]. São as regras que regulam a vida política que servem para entender os acontecimentos e não estes o ponto de partida para a formulação daquelas. Isto é, em si mesmos os acontecimentos históricos não possuem qualquer importância. Eles só têm importância na medida em que acrescentam ou diminuem, confirmam ou negam a plausibilidade da “regra geral”.⁶⁴

A constatação que se chega é de que Maquiavel entende que a vida política é comandada por princípios e leis e que o dirigente que compreendera as regras do jogo e segui-la terá êxito em seu governo. Isso caracteriza a *necessità*, que é um conceito central no pensamento de Maquiavel, que impõe ao comandante obedecer às regras gerais em suas ações políticas. Este método está bastante evidente nas

⁶⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 40-41.

principais obras de Maquiavel *O Príncipe e os Discursos*, diversas passagens nessas obras demonstram a aplicação de regras gerais para a compreensão dos acontecimentos passados e presentes e, em decorrência desse processo, um aprendizado para governantes e povos. Para exemplificar o que foi dito até o momento citaremos uma passagem do *Discursos*. A regra geral nesta passagem é que os homens devem adequar-se ao seu tempo e agir de acordo com as circunstâncias que se lhe apresentam.

[...] Já considerei em várias oportunidades que a causa da boa e da má fortuna dos homens reside na capacidade de adequar seu proceder aos tempos, [...]. terá a fortuna próspera quem, como disse, ajusta seu proceder aos tempos[...]”⁶⁵

Ao contrário de Ames, Nedel⁶⁶ atribui a Maquiavel a elaboração de um modelo teórico partindo da *verità effettuale della cosa*. Confrontando a experiência com a realidade, investiga objetivamente a ação sobre as coisas e os acontecimentos históricos do passado e do presente, para poder apreender as características dos homens e das sociedades. As regras que Maquiavel deduz são retiradas da “indução sociológica fundada na experiência histórica”⁶⁷

Maquiavel faz análises descritivas e empíricas, não está preocupado com o bom ou com o mau, pois seu foco não é o ponto de vista moral. Não atenta para o juízo moral, mas para o juízo político, pois é um cientista político e sua preocupação é a vida política. O autor florentino é, acima de tudo, um realista que aponta meios para a obtenção de determinados fins. No entanto, sua racionalidade não garante a moralidade nem dos meios nem dos fins.

⁶⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. III, 9. p. 351.

⁶⁶ NEDEL, José. *Maquiavel – Conceção Antropológica e Ética*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

⁶⁷ SAMPAIO, Nelson de Souza. *Ideologia e ciência política*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1960. p.46.

Como um político realista vivenciou o poder na prática, daí jamais cogitou que o poder poderia ser divino. Não acreditava na origem divina do Estado nem dos reis, para ele tudo isso era fantasia.

Para finalizar nossa análise quanto a este ponto de vista em relação à metodologia de Maquiavel, não podemos esquecer que as regras gerais nascem da própria experiência histórica dos homens, os quais ao longo de suas vivências podem alterá-las ou mantê-las dependendo das circunstâncias e das necessidades que se apresentam. Esta proposta de que Maquiavel se pauta nas regras pré-existentes não deixa de ser verdadeira, pois, quando analisamos várias passagens de suas obras fica claro o uso de tais regras por Nicolau. Mas, tal proposta pode ser questionada quando pensamos nas circunstâncias nas quais as regras já estabelecidas não são aplicáveis, daí a necessidade de criação de uma nova regra, pois, o ser humano está sempre em constantes mudanças. Podemos exemplificar, temos em Maquiavel quanto à questão das discórdias civis; até então tais discórdias eram tidas como prejudiciais à sociedade, essa era a regra. Maquiavel rompe com essa regra existente e propõe uma nova norma ao conceder um valor positivo aos tumultos que poderiam levar a conquista da liberdade.

Também é inegável, em nosso posicionamento, que Nicolau Maquiavel, com suas obras, lançou as bases para a nova Ciência Política Moderna. Dessa forma, acreditamos que Nicolau Maquiavel não fundamentou suas obras somente em regras já existentes, mas que também contribuiu para a proposição de novas regras, cujo fundamento esteve na experiência histórica que tanto observou como na sua experiência política que pôde lhe proporcionar a participação no funcionamento do jogo político. Pensamos que não podemos negar a Nicolau Maquiavel a singularidade de suas obras e a contribuição para o desdobramento de seu

pensamento que lançou as bases para a Ciência Política Moderna.

2.2 – O legado do pensamento político medieval

Nessa parte de nosso trabalho, pretendemos propor uma pequena análise do fluxo de ideias resgatando uma época e transcendendo seu contexto textual e histórico, à medida que ideias remetem às circunstâncias reais e interagem em outros contextos. Sabendo da importância e urgência de retomar o estudo sobre a produção intelectual trataremos do percurso dos principais movimentos políticos da Baixa Idade Média na figura de alguns de seus representantes, nos restringindo aos temas que entendemos ser os mais relevantes para nosso trabalho. Este percurso será uma tentativa de promover um diálogo entre Nicolau Maquiavel e alguns pensadores medievais como Santo Tomás de Aquino, Marsílio de Pádua e Leonardo Bruni; com o intuito de demonstrar que na obra de pensamento de Maquiavel há regiões de similitudes com os debates de seus predecessores e são nessas regiões que procuraremos promover comparações. No entanto, também demonstraremos que Nicolau Maquiavel promoveu uma importante clivagem com a tradição do pensamento político medieval. Esta proposta justificasse pelo fato de Maquiavel ter tido uma formação humanista e durante sua formação viveu num ambiente marcado pelo movimento humanista e por acreditarmos que o fluxo de ideias no tempo promova algumas continuidades e também rupturas de tais ideias. Porém, o argumento mais relevante é o fato de os pensadores medievais, tanto quanto Maquiavel, viveram sob os auspícios da Cristandade, assim o predomínio de uma religião comum legitimava e instruía a vida política, propondo prioridades morais e ideais políticos; como também aprovando instituições e leis e fornecendo diferentes temas políticos.

É interessante verificar que Maquiavel adota alguns elementos da metodologia humanista para escrever suas obras. Analisaremos a obra *O Príncipe*, a qual pertence a uma tradição já consolidada no pensamento político do final dos Quatrocentos: é um gênero literário do Espelho do príncipe. Nessa obra Maquiavel endossa os valores humanistas: honra, glória e fama. Tais valores deveriam ser alcançados pelos príncipes por meio da *virtù*. Aliás, a *virtù* é um elemento vital para a grandeza de um príncipe, por isso a necessidade de preservá-la. Tanto Maquiavel quanto os humanistas compreendem a *virtù* como uma qualidade indispensável que permite ao príncipe vencer as vicissitudes impostas pela Fortuna, e assim atingir a honra, glória e fama. Porém, Maquiavel vai mais além na questão da *virtù*, para ele a virtude é um conjunto de qualidades, sejam boas ou más, cuja aquisição o príncipe possa achar necessário aplicar com o intuito de manter seu estado e realizar grandes feitos; deve tornar-se um homem de disposição flexível para ser capaz de variar sua conduta do bem ao mal e do mal ao bem.⁶⁸ Ainda n' *O Príncipe*, Maquiavel endossa outros valores legados pelo humanismo como: a conduta do príncipe deve ser *onesta* e *utile*; o príncipe deve ter por modelo alguma figura histórica que tenha recebido louvor e honra; deve manter sempre em mente os seus feitos e atos. Um aspecto de oposição aos humanistas é que esses eram favoráveis ao governo de um só; enquanto Maquiavel era defensor da República, essa defesa está bastante clara nos *Discursos*. No entanto, Maquiavel vê a necessidade de um só governante no caso de corrupção política.

⁶⁸ Para Maquiavel a virtude de um homem está no fato dele conseguir vencer a Fortuna. Mas para isso, esse homem deve ser capaz de se aproveitar das circunstâncias e buscar caminhos – sejam bons ou maus – para obter como fim último o bem da coletividade.

[...] Como os homens trilham quase sempre caminhos abertos por outros e pautam suas ações pelas imitações, embora não possa seguir em tudo os caminhos dos outros nem igualar a *virtù* daqueles que imita, um homem prudente deve sempre seguir os caminhos abertos pelos grandes homens e espelhar-se nos que foram excelentes. [...].

[...] Quanto aos que, pela própria *virtù* e não pela fortuna, se tornaram príncipes, digo que os mais importantes foram Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu etc. [...]. Consideremos, porém, Ciro e os demais conquistadores ou fundadores de reinos: acharemos todos admiráveis e, se observarmos suas ações e modos peculiares de proceder, não nos parecerão discrepantes dos de Moisés, que teve tão grande preceptor. Examinando suas ações e suas vidas, veremos que não receberam da *fortuna* mais do que a ocasião, que lhes deu a matéria para introduzirem a forma que lhes aprouvesse. E sem ocasião a *virtù* de seu ânimo se teria perdido, assim como, sem a *virtù*, a ocasião teria vindo em vão. [...].⁶⁹

[...] Sei que vão dizer que seria muito louvável que um príncipe, dentre todas as qualidades possuísse as consideradas boas. Não sendo isto, porém, inteiramente possível, devido às próprias condições humanas que não o permitem, ele necessita ser suficientemente prudente para evitar a infâmia daqueles vícios que lhe tirariam o poder e guardar-se, na medida do possível, daqueles que lhe fariam perdê-lo; se não o conseguir, entretanto, poderá, sem grande preocupação, deixar estar.

Também não deverá importar-se de incorrer na infâmia dos vícios sem os quais lhe seria difícil conservar o poder porque, considerando tudo muito bem, encontrar-se-á alguma coisa que parecerá *virtù* e, sendo praticada, levaria à ruína; enquanto uma outra que parecerá vício, quem a praticar poderá alcançar segurança

⁶⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 5. pp. 23-24.

e bem-estar.[...].⁷⁰

Já nos *Discursos*, Maquiavel expõe suas ideias de maneira tipicamente humanista: contínua leitura das maiores autoridades clássicas, comentário de um texto antigo, estudo da Roma Republicana, a importância de verificar os exemplos antigos como meio para entender os problemas presentes e a defesa incondicional da liberdade. Na obra *História de Florença* também presenciamos o legado humanista na maneira como a obra é composta: a escolha dos materiais e sua organização deve oferecer ao leitor lições morais, a reflexão sobre o passado deve ser útil, seleção de partes dignas a serem lembradas para que possam comunicar lições proveitosas, focar nos melhores exemplos do passado para que possamos enumerar seus mais nobres e gloriosos feitos. Porém, no livro V, Maquiavel promove uma ruptura com o humanismo – recusa a imitação dos antigos, conclamando que os espíritos evitem e se livrem da imitação, pois, o passado nos fornece modelos, mas seus remédios muito provavelmente não podem ser aplicados ao presente, pois, são outras as circunstâncias.

[...] Depois que Roma expulsou os reis, deixou de estar exposta aos perigos de que falamos acima, ou seja, da sucessão de um rei fraco ou mau. Porque aos cônsules foi dado o poder supremo, não por herança, fraudes ou ambição violenta, mas por sufrágio livre; e eram sempre excelentes homens: Roma, valendo-se de tempos em tempos da *virtù* e da *fortuna* deles, pôde atingir o máximo da grandeza num número de anos igual aos que estivera sob os reis. Assim se vê que a sucessão de dois príncipes virtuosos – como foram Filipe da Macedônia e Alexandre

⁷⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martins Fontes (Trad. Maria Júlia Goldwasser) pp. 23- 24 e 74.

Magno – é suficiente para a conquista do mundo. Mais ainda deve realizar uma República, que pode eleger não só dois, mas infinitos príncipes virtuosíssimos em sucessão, o que deve ocorrer sempre em toda República bem ordenada. [...].⁷¹

Na Baixa Idade Média, a partir do século XIII, a tradição era transformar e desenvolver uma completa e compacta forma literária – o Espelho do príncipe, o qual sobreviveu até o século XIX. Esse gênero de literatura – também chamado de Livros de Conselho – originou-se da fusão dos estudos retóricos com comentários diretos sobre assuntos cívicos. Disso resultou o desenvolvimento de dois estilos literários que tratavam do pensamento social e político de maneira distinta: a crônica da cidade, que se preocupavam com as histórias da cidade e o Espelho do príncipe que eram livros de aconselhamentos dirigidos ao *podestà* e aos demais magistrados das cidades. Os humanistas colocam no centro de seus debates o tema do sujeito do príncipe. Na Itália dos quatrocentos verificamos que há um contexto político que possibilita a conexão entre os eventos da política e o despertar, novamente, pelo tema príncipe por parte dos humanistas, ou seja, o trabalho dos humanistas era conduzido pelas condições políticas sobre as quais a literatura a respeito do príncipe era construída. Esta relação dos humanistas com a política de seu tempo pode ser considerada como um antecedente do realismo de Maquiavel.

Uma importante herança humanista foi que esse movimento introduz na metodologia literária o uso de exemplos históricos para buscar suas argumentações, ao invés de trabalharem por deduções teóricas abstratas. Este método de usar exemplos históricos é permanente nas obras de Maquiavel. Os humanistas também concentraram-se em analisar as características pessoais do príncipe, tanto que se preocuparam em catalogar as virtudes do príncipe. Nesse sentido, verificamos uma

⁷¹MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L.I, 20. p. 79.

conexão com os humanistas quando Maquiavel aponta na obra *O Príncipe* que a personalidade do príncipe é o fator determinante na política.

[...] Um príncipe deverá, portanto, não se preocupar com a fama de cruel se desejar manter seus súditos unidos e obedientes. Dando os pouquíssimos exemplos necessários, será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam evoluir as desordens [...]. Dentre todos os príncipes, particularmente ao príncipe novo é impossível escapar à fama de cruel, por serem os novos Estados repletos de perigos.

Contudo, o príncipe deve ser ponderado em seu pensamento e ação, não ter medo de si mesmo e proceder de forma equilibrada, com prudência e humanidade, para que a excessiva confiança não o torne incauto, nem a exagerada desconfiança o faça intolerável. [...].⁷²

Até o presente momento procuramos enunciar um pouco do que foi o legado humanista no pensamento de Maquiavel, principalmente em sua obra *O Príncipe* uma vez que foi nela que encontramos mais conexões. Agora iremos analisar as regiões de similitudes do pensamento político medieval, restringindo a análise aos autores acima citados, com o pensamento político de Maquiavel, o qual prestou uma imensa contribuição ao manter no debate intelectual moderno temas centrais da organização política tratados na Baixa Idade Média.

O tema liberdade foi permanente no debate político da Baixa Idade Média. A liberdade foi tratada por todos os movimentos políticos e por grande parte de seus pensadores. Uma das explicações para esta preocupação com a liberdade é o fato

⁷² MAQUIAVEL, Nicolau *O Príncipe*. Cap. XVIII. p. 79- 80.

de a Itália sofrer constantes investidas estrangeiras visando à dominação. Maquiavel também enfatizará o tema liberdade que está diretamente vinculado à sua teoria dos humores, que propõe que as dissensões sociais levam à manutenção da liberdade. É com essa teoria que Maquiavel rompe com a tradição do pensamento político medieval ao atribuir um valor positivo aos conflitos sociais; ao contrário do que se defendia até então, que os conflitos eram a causa do fim da paz, da liberdade e da República. Evidentemente que uma abordagem sobre a liberdade trará consigo a discussão de outros temas à ela inerentes.

É possível apontar algumas semelhanças entre as ideias de Maquiavel e Tomás de Aquino. Há uma bastante interessante em que Tomás de Aquino toma por lei geral que o homem possui uma atividade apetitiva, também denominada de sedição, que seria o desejo de buscar o que é conveniente a cada indivíduo, e por isso muitas vezes ocorreriam conflitos provocando tumultos na sociedade. Porém, Tomás de Aquino não reconhece essa situação como algo positivo, pelo contrário, tais tumultos colocariam em risco a paz na sociedade⁷³. Enquanto em Maquiavel temos os humores, um estado de ânimo que também impulsiona os indivíduos a buscar algo, só que neste caso o impulso é para os conflitos que resultariam na conquista da liberdade e na manutenção da paz.

[...] A seditious man is one Who incites others to sedition, and since sedition denotes a kind of discord it follows that a seditious man is one Who creates discord, not of any kind, but between the parts of a multitude. And the sin sedition is not only in him who sows discord, but also in those who dissent from one another

⁷³ BIGONGIARI, Dino (Editor) *The Political Ideas of St. Thomas Aquinas*. New York: Hafner Press. 1981. p. 93.

inordinateky. [...].⁷⁴

[...] Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda república há dois humores diferentes, o do povo e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma; porque dos Tarquínios aos Gracos, durante mais de trezentos anos, os tumultos de Roma raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue.[...].⁷⁵

Outra semelhança é quanto ao governo, que para Tomás de Aquino tem sua grandeza medida pela qualidade dos fins alcançados. Na obra *O Príncipe* a necessidade de o príncipe se empenhar em obter fins grandiosos para seu principado é bastante enfatizada por Maquiavel. Ainda na questão do governo Tomás e Maquiavel diferem, mas não totalmente. Tomás de Aquino defende o governo de um só, pois somente esse é capaz de eliminar as dissensões sociais e garantir a paz social. Sabemos que Nicolau Maquiavel valorizava o sistema republicano e que conferiu às dissensões sociais um valor positivo, ou seja, a paz seria fruto dos conflitos sociais, pois deles advêm às leis e a promoção da liberdade. Mas não descarta a possibilidade do governo de um só, principalmente no momento da fundação de uma cidade.

As semelhanças entre os dois pensadores seguem ao tratarem de temas que entendem ser vitais para o bom funcionamento de uma comunidade política. É

⁷⁴ IDEM. *Ibidem*, p.93

⁷⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 4. p. 21-22.

condenável para ambos que um governante sobreponha interesses privados ao bem coletivo, o que levaria à tirania que é uma forma de governo condenada por Tomás e por Maquiavel. Outra questão tratada por esses pensadores é a corrupção do corpo político e social; considerada um mal capaz de arrasar com as estruturas de uma comunidade. Pensamos que há dois temas fundamentais quando se trata de comunidade política: sistema democrático e participação do povo nos negócios públicos. Esses temas são colocados em debate por nossos pensadores. É interessante verificar certa contradição em Tomás de Aquino, pois considera a realeza a melhor forma de governo – visando à manutenção da paz – mas cede ao fato da democracia ser o sistema mais justo de governo e que, mesmo numa realeza, é o povo quem deve ter a autoridade última. Para Maquiavel, a democracia também é um sistema de governo justo, no entanto ele é a favor de um sistema misto que contemple os principais grupos sociais de uma comunidade.⁷⁶ Quanto ao povo, Maquiavel também defende sua participação nos negócios públicos e vê nele o meio para alcançar uma sociedade mais justa, pois o povo não é ambicioso⁷⁷, ele somente deseja garantir sua liberdade.

Para finalizar, tanto Tomás quanto Maquiavel almejam os mesmos fins para os quais uma comunidade política deve dirigir-se: virtude, riqueza/grandeza e liberdade, sendo essa o bem mais precioso que uma comunidade precisa preservar.

Com relação a Marsílio de Pádua há muitos temas tratados em comum com Maquiavel. Num primeiro momento, devemos observar que, apesar de viverem em épocas distintas, ambos eram cidadãos de uma Itália marcada pela desordem e fragmentação, portanto os questionamentos levantados por esses pensadores não eram tão diferentes; os caminhos a percorrer poderiam ser variados, mas os

⁷⁶ Nicolau Maquiavel toma por paradigma de suas teorias o modelo da República Romana.

⁷⁷ Isso se o povo não estiver corrompido.

problemas a serem corrigidos mantiveram-se ao longo dos tempos.

É interessante observarmos o tratamento dado, por nossos pensadores, quanto à questão da paz. A preocupação central em Marsílio é a paz na *civitas* – que se dará se cada parte da *civitas* exercer sua função⁷⁸. Mas também aponta para a necessidade de ausência de conflitos, os quais seriam provocados pela Igreja na tentativa de exercer o poder temporal, desequilibrando a *civitas* que deve ter por fim último a manutenção da paz e o bem da coletividade. No caso de Maquiavel, também há a preocupação com a paz, que seria a garantia para a manutenção da liberdade e do bem coletivo. Mas a paz de Maquiavel estaria, diretamente, vinculada ao bom funcionamento das instituições políticas, essas devem ser saudáveis para Nicolau Maquiavel. Temos ainda o tema da perfeição do sistema de governo nos dois pensadores. Em Marsílio de Pádua a perfeição deve ser plena na *civitas* – todos devem cumprir suas funções – para garantia da paz e do bem comum. Qualquer desequilíbrio colocaria em risco a estabilidade da *civitas*. E tal desequilíbrio teria como a principal ameaça à paz a “causa particular de discórdia”, cuja natureza é a opinião errônea que alguns bispos de Roma possuem a respeito da *plenitudo potestatis* conferida por Cristo aos seus apóstolos e no perverso desejo de governar que os mesmos se atribuem. Maquiavel também almeja uma sociedade perfeita – tanto que adota como paradigma a República Romana como modelo de perfeição. No entanto, para ele essa perfeição é passível de desequilíbrios como é o caso da positividade atribuída aos tumultos. Além disso, Maquiavel não descarta a questão da corrupção: se as instituições políticas não estão corrompidas, numa

⁷⁸ A cidade também deve igualmente se compor de partes determinadas, se for previamente planejada, para que possa estar organizada. Marsílio distingue seis partes constituintes da cidade, onde cada uma exerce sua função de maneira harmoniosa. São elas: a agricultura (incluindo a pecuária, caça e pesca) – necessária à produção de alimentos; o artesanato – fabrico de utensílios e desenvolvimento tecnológico; o judicial – responsável em regular a justiça com vistas ao bem comum; o exército – encarregado pela defesa da cidade; os financistas – responsável pela riqueza e pelo comércio; e por fim o sacerdócio – grupo que prepara e julga os homens para a vida espiritual.

sociedade corrompida, seria possível salvar tal sociedade por meio da canalização legal dos tumultos e estabelecer novas instituições políticas novas e leis; que para Maquiavel deveriam funcionar como um “governante” tirânico para educar e modelar o povo.

O tema das leis é um elemento importante nos dois pensadores. Em ambos as leis servem para garantir a paz e o bem da coletividade – no caso específico de Maquiavel também garantir a liberdade. Mas as leis, tanto para Marsílio quanto para Maquiavel, se relacionam com a paz de maneira circular; pois, a paz é a causa e consequência das leis. Outro aspecto interessante é que para Marsílio a lei deve ser estabelecida através do consenso geral dos cidadãos⁷⁹, portanto o legislador deveria ser o *populus*. Em Maquiavel isso não é a regra. Ele defende que na fundação de uma sociedade é somente o legislador que deve elaborar as leis e também propõe – tendo a República Romana como modelo – a existência de representantes políticos como é o caso do Senado e dos Tribunais romanos.

Pensamos que essa diferença possa explicar o fato de Marsílio acreditar na natureza à sociabilidade do ser humano. E talvez, por isso, depositar nos indivíduos a tendência à coletividade. Enquanto que Maquiavel é incisivo: a natureza humana é má, portanto as pessoas estariam preocupadas com os interesses privados. Disso resultaria a necessidade de um legislador para elaborar as leis, às quais teriam a finalidade de moldar os indivíduos e obrigá-los a prezar pelo bem da coletividade.

[...] o legislador ou a causa eficiente primeira e específica da lei é o povo ou o conjunto dos cidadãos ou sua parte preponderante, por meio de sua escolha ou

⁷⁹ [...] considero cidadão aquela pessoa que, na comunidade civil, participa do governo ou da função deliberativa ou da judicativa, conforme seu posto. [...]. PÁDUA, Marsílio de. *O Defensor da Paz*. Petrópolis: Editora Vozes. 1997. p. 131.

vontade externada verbalmente no seio de sua assembleia geral, prescrevendo ou determinando que algo deve ser feito ou não, quanto aos atos civis, sob pena de castigos ou punição temporal.[...].⁸⁰

[...] Todavia, entre os homens assim reunidos ocorreram rixas e contendas que, se por acaso não estivessem reguladas por uma norma de justiça, teriam sido a causa de guerras e da separação dos seres humanos e finalmente ocorreria então a própria destruição da cidade. Assim foi necessário estabelecer uma norma que determinasse o que é justo e se instituir um guardião ou executor da justiça no intuito de facilitar a convivência social. [...] ⁸¹

Há uma questão singular em Marsílio, mas que não o afasta totalmente de Maquiavel, que é o problema da *plenitudo potestatis*. Marsílio aponta o exercício do poder temporal pelos papas como causa da instabilidade da *civitas*, prejudicando a paz e a liberdade uma vez que a *civitas* é dividida em partes e cada parte deve exercer sua função, assim mantendo uma relação harmoniosa entre os indivíduos. Maquiavel não aborda essa divisão da *civitas*, o seu tempo é o das cidades italianas organizadas em Repúblicas como também no poder concentrado nas mãos de famílias poderosas, como ocorreu em Florença com os Médicis. Mas, Maquiavel reflete sobre o papel da Igreja na política da Europa e a acusa de ser a causadora das desordens que tanto desagregavam a Itália. Vemos que tanto Marsílio quanto Maquiavel, cada qual no seu contexto, possuem um entendimento negativo do papel que a Igreja exerce na sociedade, mas esta negatividade é mais forte em Marsílio, pois Maquiavel ainda enxerga a possibilidade de a Igreja tomar as rédeas na Itália e

⁸⁰ PÁDUA, Marsílio de. Op., cit., p. 130.

⁸¹ Idem. *Ibidem*. p. 85.

promover a unificação, uma vez que há em Maquiavel a preocupação em unificar a Itália, enquanto Marsílio não aponta qualquer possibilidade da Igreja interferir na política.

[...] Na verdade, não compete ao bispo de Roma ou a um outro prelado ou a um padre ou ainda a qualquer ministro espiritual, nessa condição, exercer o cargo governamental coercivo sobre as pessoas, não importa qual seja sua dignidade ou estado, e sobre as comunidades ou grupos.[...].

Considerando, pois, que esta peste nociva, profunda inimiga da paz e da felicidade humana, pode infectar mais ainda com um mal que possui a mesma origem corrompida aos demais reinos cristãos do mundo inteiro, julgamos que é importantíssimo extirpá-la. [...].⁸²

[...] E a razão de a Itália não estar nas mesmas condições e de não ter também uma só república ou um só príncipe para governá-la é somente a Igreja: porque, tendo ela aqui estabelecido sede e governo temporal, não teve força nem *virtù* suficiente para ocupar a tirania da Itália e tornar-se seu príncipe, enquanto, por outro lado, não foi bastante fraca para, por medo de perder o domínio das suas coisas temporais, convocar a ajuda de algum poderoso que a defendesse contra aquele que se tivesse tornado poderoso demais na Itália [...]. Portanto, não tendo sido poderosa para ocupar a Itália nem tendo permitido que outro a ocupasse, a Igreja impediu que ela fosse governada por um só príncipe [...].⁸³

⁸² Idem. *Ibidem.* pp. 203-204.

⁸³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L I, 13. pp.55-56.

Nosso último pensador a ser tratado nesse estudo é Leonardo Bruni que, conforme vimos anteriormente foi um dos principais representantes do Humanismo Cívico. Apesar de já termos analisado este movimento, iremos ressaltar suas principais características na tentativa de demonstrar algumas similaridades e também as rupturas com o pensamento de Maquiavel.

O modelo do qual os humanistas partem para realizar suas análises é a Antiguidade clássica, o que era uma regra entre os pensadores e em Maquiavel não foi diferente, pois também se apropriou da Antiguidade para compor seu pensamento político. A questão é que Maquiavel acusa seus predecessores de propor uma imitação do passado, o que para ele é inadmissível uma vez que o passado serve apenas para fornecer lições a serem apreendidas para a compreensão do presente.

Os temas centrais do pensamento humanista cívico, em que alguns deles são mantidos no pensamento de Maquiavel, foram: a preocupação com a vida ativa dos cidadãos nos assuntos públicos da cidade, a defesa da liberdade republicana, estabelecimento de instituições e leis adequadas que permitam a preservação da *civitas*, a qual comporta lei, justiça, concórdia, virtude, autogoverno republicano e liberdade.

Maquiavel, provavelmente, foi um republicano e defensor da liberdade, a qual deveria ser guardada pelo povo. Para os humanistas a defesa da liberdade republicana está na ausência de conflitos e na manutenção da paz ou concórdia. Para Maquiavel a defesa da liberdade está justamente na existência de conflitos, e aqui temos uma importante ruptura com os humanistas. Compreendemos que, para Maquiavel, a participação ativa dos cidadãos na política ocorre justamente por meio de dissensões sociais, as quais promovem a criação de instituições, das leis e a

garantia da liberdade. Importante destacar que essas dissensões sociais não poderiam ocorrer livremente, devendo ser canalizadas por instrumentos legais. Trataremos a questão da liberdade e das dissensões em Maquiavel de maneira mais apurada no próximo capítulo.

Ao analisarmos algumas ideias de Leonardo Bruni e compararmos com o pensamento de Nicolau Maquiavel percebemos um profundo rompimento entre ambos e, em parte, com a tradição humanista. Na *Laudatio Florentinae Urbis* temos um rompimento à medida que Bruni está bastante inserido na tradição aristotélica e comprometido com o Cristianismo, enquanto Maquiavel está mais vinculado à modernidade que é muito forte em seu pensamento. Parece-nos que o humanismo de Maquiavel conta a promessa da modernidade. Mas, não podemos ignorar que Maquiavel é a ponte para a modernidade, que levou consigo temas centrais da Baixa Idade Média.

Esta questão da modernidade em Maquiavel pode ser exemplificada pela inauguração do método realista de encarar a política. Nosso autor florentino inaugurou esse método ao tornar-se o primeiro observador, rigorosamente, desapaixonado dos problemas políticos. Este método possibilita aprender com as lições da história, que é por meio de um processo de lutas constantes e permanentes que o povo conquista seus direitos. Poderíamos dizer que Maquiavel foi o precursor da teoria da luta de classes, mas essa discussão não será objeto de nossos estudos. Há no pensamento político de Maquiavel um elemento central e peculiar que é a questão da necessidade. Esse elemento se inscreve dentro do exercício pleno do governo pelo governante. Segundo o autor florentino o governante deve reconhecer a força das circunstâncias e compreender a necessidade de harmonizar seu próprio comportamento a tais circunstâncias. Um

príncipe virtuoso deve sempre adaptar sua maneira de proceder à natureza dos tempos. Porém, Maquiavel apresenta alguns traços de idealismo como o espírito nacionalista – obsessão pela ideia de unificação da Itália, culto pela democracia e a defesa da doutrina da legitimidade dos fins do Estado.

[...] Os homens prudentes fazem-se alvo dos méritos em todas as suas ações, ainda que a necessidade os obrigue a realizar tais ações de qualquer maneira. Essa prudência foi bem usada pelo senado romano, quando deliberou que os militares recebessem soldo do dinheiro público, sendo então costume que eles provessem as suas próprias despesas. Mas o senado, percebendo que daquele modo não se poderia guerrear por longo tempo e que, por isso, não seria possível sitiar cidades nem conduzir os exércitos para longe, e considerando ser necessário fazer ambas as coisas, deliberou que se pagasse tal soldo, mas o fez de tal modo que lhe couberam os méritos daquilo que era obrigado a fazer pela necessidade. [...].⁸⁴

Para Bruni, a origem de Florença foi a de uma colônia da República Romana, daí essa colônia já nascer republicana e por isso já era herdeira da virtude republicana. Maquiavel discorda de Bruni, afirmando que a origem de Florença está subordinada ao Império Romano. Seguindo a tradição humanista, Bruni proclama que Florença possui uma harmonia interna que não há em outras cidades. Maquiavel ataca esse pensamento, afirmando que os humanistas pressupunham uma harmonia imaginária em Florença. Para o pensador florentino o que há em Florença são muitas facções, mortes, exílios e destruição de famílias. Colocando de lado qualquer indício de harmonia, Maquiavel contrasta os prejuízos da existência de

⁸⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 51. pp. 148-149.

facções em Florença com os benefícios das dissensões sociais em Roma, a qual se torna uma República livre e poderosa devido à existência dos humores. Para Maquiavel, não há harmonia em repúblicas ou cidades, mas sim a existência de dissensões sociais que podem promover bons efeitos e a cooperação entre todos. Esta é a verdade efetiva em Maquiavel.⁸⁵

[...] In the second part of the *Laudatio*, preceding the praise of Florence's virtues, Bruni seeks to establish that Florence had its origin as a colony from Rome. He uses this fact to proclaim that Florence thereby inherits dominion over the entire world by "a certain hereditary right" (*iure quodam hereditario*). But, Bruni insists, Florence was a republican colony before the time of empire, and therefore its inheritance is from republican virtue. [...].⁸⁶

⁸⁵ Do ponto de vista de Maquiavel o Renascimento não era diferente da Escolástica, pois ambos estariam inseridos na tradição aristotélica e comprometidos com o cristianismo. Quando Maquiavel propõe a *verità effettuale della cosa* ele marca sua separação dos políticos anteriores, na medida em que Maquiavel acusa tais pensadores de idealizarem cidades e repúblicas que nunca existiram. Maquiavel se propõe a analisar o que se vive de fato. Não podemos esquecer o realismo de Maquiavel.

⁸⁶ MANSFIELD, Harvey C. *Bruni and Machiavelli on civic humanism*. IN: *Renaissance Civic Humanism: Reappraisals and Reflections*. Edited by James Hankins. New York: Cambridge University Press. 2003. pp. 230-231.

Capítulo 3 – A Teoria dos humores de Nicolau Maquiavel

3.1 Os dois humores e os tumultos

No século XIV, vendo que as Repúblicas italianas sucumbiam ao poder dos *Signori*, os teóricos humanistas preocupam-se em explicar as causas da vulnerabilidade da República. Dentre tantas causas apontadas, esses teóricos concordam com a tese da *pax et concordia* como valores vitais na vida política. Resulta disso que os tumultos ou as intrínsecas inimizades são apontados como os principais perigos para a liberdade republicana. Pensadores, como o jurista Bartolo de Saxoferrato (1314-1357) e Marsílio de Pádua (1275-1342), preocupados com a manutenção da paz atentam para o perigo das facções e discórdias civis entre os próprios cidadãos. No século XV, os humanistas mantêm o tradicional debate sobre os perigos para a liberdade, porém chegam a conclusões diferentes quanto à importância dada ao faccionismo. Para esses teóricos a ameaça à liberdade não são as discórdias civis, pois essas tendem a resolver-se por si mesmas à medida que se equilibram todos os negócios da cidade, mas o perigo está em entregar a defesa de suas liberdades aos mercenários. A solução que propõem é restabelecer nos cidadãos a disposição para armarem-se e lutarem pela liberdade.

A tradição intelectual observou a questão dos conflitos civis circunscrevendo-os à sua negatividade. Nicolau Maquiavel herda o debate sobre os problemas dos tumultos para a sociedade. No entanto, adota uma postura heterodoxa ao defender a discórdia civil como um importante elemento constitutivo de uma República virtuosa. Com seu olhar realista sobre a experiência histórica dos homens, o autor florentino faz frente à tradição intelectual ao defender os conflitos civis e atribuir-lhes um valor positivo – os tumultos e dissensões sociais servem para retirar dos indivíduos os interesses pessoais e, conseqüentemente, garantir que somente os

projetos destinados ao bem coletivo se convertam em leis. Este olhar inovador demonstra o julgamento de Maquiavel sobre:

[...] a percepção fundamental do político: que “toda legislação que favoreça a liberdade decorre do “choque” entre as classes e, por isso, o conflito de classes não é o solvente, mas o cimento de uma República. [...].⁸⁷

Nicolau Maquiavel foi um defensor do regime republicano, pois via que nas Repúblicas os indivíduos possuíam um vínculo mais forte com suas raízes, o que os levava a lutar com mais vigor contra ameaças externas e internas. E o seu modelo de análise foi a República Romana que, segundo Maquiavel, atingiu a perfeição, pois soube equilibrar as três formas de governo: a Monarquia representada pelos Cônsules, a Aristocracia constituída no Senado e o Estado Popular composto pelos Tribunos da Plebe. A perfeição da República Romana também foi garantida pela abertura dada à ocorrência dos humores, o que possibilitou a fundação da liberdade romana. Exemplo significativo dessa tese de Maquiavel é que a origem dos Tribunos romanos decorreu das desordens civis, entre a plebe e o Senado, ocorridas em Roma. Ora, os Tribunos foram os responsáveis por garantir a participação do povo no governo. Neste momento, Maquiavel promove uma ruptura com a tradição intelectual predominante a qual pensa a sociedade numa perspectiva de concórdia. Para compreensão dessa questão partiremos da própria tese de Maquiavel de que existe uma oposição irreduzível entre os humores dos grandes e do povo, os humores são os desejos de dominar/não ser dominado. Partindo da constatação de que o enfrentamento dos dois desejos é permanente e não podem ser satisfeitos em

⁸⁷ SKINNER, Quentin, Op. cit., p. 202.

conjunto, Maquiavel chega à conclusão alarmante, para seus contemporâneos, de que a liberdade nasce justamente dessa desunião.

[...] Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo [...]⁸⁸

[...] Não quero deixar de falar dos tumultos que houve em Roma desde a morte dos Tarquínios até a criação dos tribunos; depois, quero dizer algumas coisas contra a opinião de muitos, segundo a qual Roma foi uma república tumultuária [...]. Direi que quem condena os tumultos entre nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que de tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda República há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles[...].⁸⁹

[...] permaneceram somente acesos somente aqueles humores que naturalmente costumam existir nas cidades, entre os poderosos e o povo; porque o povo, desejando viver sob as leis, e os poderosos querendo exercê-las, não é possível que se entendam. [...].⁹⁰

⁸⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Cap. IX. p. 43.

⁸⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 4. pp. 21-22.

⁹⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. (Trad. Nelson Canabarro). São Paulo: Musa Editora, 1998. Cap. II, 2. p. 98

Podemos constatar que a teoria dos humores foi contemplada nas três grandes obras de Maquiavel e que, portanto parece-nos ser uma preocupação central em seu pensamento, uma vez que os humores garantem a liberdade e a grandeza das Repúblicas ou cidades. No entanto, a teoria de Maquiavel vai mais além quanto aos desejos dos indivíduos. Se distinguirmos os humores entre os grandes e o povo chegaremos à origem de um conflito que é político. Mas anterior a esse, existe um desejo natural do ser humano que é o de levar vantagem sobre o próximo, o que seria a obtenção de riquezas e honrarias. Essa dimensão do desejo conduz os homens a uma concorrência que também acaba por envolver as forças políticas. A outra dimensão do desejo é o político que produz uma relação dissimétrica entre duas ordens de cidadãos: os grandes e o povo. No primeiro caso temos o conflito humano, no segundo o conflito político, o qual nos possibilita compreender as diferenças entre grandes e povo enquanto cidadãos.

Dentro desse quadro da existência de um humor natural e homogêneo e de um humor político e heterogêneo propomos que Maquiavel aceitou uma base política para as “classes sociais” e acreditou que o “conflito de classes” poderia ser benéfico à República⁹¹.

É certo que Maquiavel concede certa relevância ao aspecto da mutabilidade cíclica no processo de estruturação das sociedades. Mas é verdadeiro também que, em sua obra de pensamento, há indicações sinalizando que para Maquiavel a força motriz desse processo seja a “luta de classes”. A centralidade do tema a luta entre dois humores no pensamento maquiaveliano conduz à reformulação do conceito de *popolo* pelo autor. Heller sublinha essa inovação:

⁹¹ Nicolau Maquiavel sugere a mutabilidade dos conflitos de classes e os duradouros benefícios que geram tais conflitos. Argumenta que não há a continuidade de uma determinada classe, mas sim a oposição entre classes importantes de uma República.

[...] O *popolo* florentino tradicional englobava, em princípio, todos os habitantes da cidade; mas, na prática, referia-se aos mais ilustres e capazes, aqueles que participavam na direção dos assuntos públicos. Em Maquiavel essa noção do povo foi invertida. O verdadeiro estrato dirigente (aquilo que até então tinha sido designado por 'povo') era agora incluído na categoria dos 'ilustres', em vez de ser na do povo, e dentro delas os nobres e os burgueses constituíam ainda dois grupos separados; o povo era agora o estrato social inferior, os pobres e desfavorecidos. [...].⁹²

Na sua própria experiência de italiano e florentino, Maquiavel conclui que os conflitos indicam que a política de classes é uma característica imutável da vida política republicana, cujos efeitos revitalizavam uma República bem ordenada. Brudney⁹³ acredita que Maquiavel tenha pensado em uma divisão de classes enraizada na vida econômica, porém, tem consciência de que o autor florentino não promoveu um profundo exame da economia da sociedade romana nem florentina. Mas, tal divisão poderia estar fundamentada na propriedade.

[...] A outra razão é que as Repúblicas nas quais se manteve a vida política e incorrupta não suportam que nenhum de seus cidadãos se apresente nem viva como gentil-homem; aliás, mantêm a igualdade entre seus cidadãos, sendo grandes inimigos dos senhores e gentis-homens que existem naquela província [...]. E, para esclarecer o que é chamado de gentil-homem, digo que gentis-homens são chamados os que vivem ociosos das rendas de suas grandes posses, sem cuidado

⁹²HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença. S/d. p. 270.

⁹³ BRUDNEY, Kent M. *Machiavelli on Social Class and Class Conflict*. Political Theory, Vol. 12, No.4 (Nov., 1984), pp. 507-519.

algum com o cultivo ou com qualquer outro trabalho necessário à sobrevivência.

[...] ⁹⁴

Temos no trecho acima que, numa sociedade em que haja senhores encastelados não seria possível a instalação de uma República, nem tampouco a predominância da igualdade entre os cidadãos. A existência de senhores possuidores de grandes propriedades de terras foi um elemento que gerou desigualdade social e por sua vez conflitos sociais que promoveram a criação de leis.

Em sua análise dos *Discursos*, Heller afirma que Maquiavel, ao tratar de conflitos civis, amplia o conceito de povo e transforma o conceito de “luta de estratos sociais” em “luta de classes”. Segundo a autora, isso significa que:

[...] a base de estratificação social de Maquiavel é o sistema econômico da sociedade burguesa e não a estrutura política da *pólis*. [...] ⁹⁵

Essa dimensão econômica na obra de pensamento de Maquiavel também é observada por Lefort em seu livro *As formas da História*. No capítulo *Maquiavel: a dimensão econômica do político* demonstra que Maquiavel não “desdenha a economia”, notadamente, quando relata a rebelião dos *Ciampi*, em *História de Florença*, e nos documentos: *Quadro das coisas da Alemanha* e *Quadro das coisas da França*.

⁹⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos* L.I, 55. p.161.

⁹⁵ HELLER, Agnes, Op. cit., p. 270.

[...] Impossível qualquer engano à leitura deste documento: Maquiavel é um burguês florentino que, como seus concidadãos, mostra-se muito atento ao funcionamento econômico e financeiro do Estado e sabe muito bem avaliar os “benefícios e perdas”. [...].⁹⁶

É sabido que a questão do poder é o foco de reflexão na obra de Maquiavel, porém o autor florentino estabelece uma relação entre poder e divisão social, em que essa se expressa no conflito econômico. Analisando os *Discursos*, Lefort diz:

[...]. Quem duvidasse do pensamento de nosso autor deveria considerar o que a seus olhos está fundamentalmente em jogo nos tumultos da República romana – estes famosos tumultos de onde nascem todas as boas leis: o que está em jogo é a reforma agrária. [...].

É verdade que não descobrimos nos *Discursos* uma verdadeira análise do sistema de propriedade em Roma, das mudanças sobrevindas na repartição da terra [...]. Não podemos, porém, ignorar que sua obra traz em germe uma concepção moderna da economia, pois relaciona a formação das classes e do poder à luta pela apropriação dos bens. A opressão de que fala implica o que chamamos de exploração. Nenhuma referência – é verdade – a uma finalidade do corpo social, nenhuma imagem de uma hierarquia de funções fundada sobre a divisão do trabalho, nenhuma teoria das necessidades naturais ou sociais. Mas uma consciência aguda do conflito entre detentores da riqueza e “pés-de-chinelo.” [...].⁹⁷

⁹⁶ LEFORT, Claude,. Op. cit., p.143.

⁹⁷ LEFORT, Claude. *Le Travail Machiavel*. Saint Amand: Éditions Gallimard, 1986. pp. 150-152.

Um exemplo bastante significativo da dimensão econômica fundada na propriedade, no pensamento de Maquiavel, foi o fato dos Gracos trazerem à tona a Lei Agrária. Maquiavel destaca que os homens podem desejar tudo, mas nem sempre conquistam tudo. Disso decorre o tédio e a pouca satisfação com o que se possui daí chegam às inimizades e às guerras. Exemplo disso é a plebe romana que não contente com a instituição dos Tribunos, passou a lutar, por ambição, pelos cargos e patrimônio da nobreza. Disso gerou os conflitos da lei agrária, o qual levou à ruína a República Romana, pois neste momento os interesses em jogo não eram os da coletividade, mas sim os interesses privados.

Um dos artigos da lei determinava que nenhum cidadão podia ter mais do que umas jeiras⁹⁸ de terra. Mas, toda a nobreza possuía uma extensão maior do que o permitido. Nesse caso deveriam abrir mão de parte de suas terras para a plebe. Além disso, os nobres eram privados de obter terras conquistadas aos inimigos, pois tais terras – segundo a lei agrária – deveriam ser divididas entre a plebe. Ora, fechavam-se as portas para o enriquecimento da nobreza. Esta situação gerou o ódio entre a plebe e o Senado e a formação de facções, o que provocou uma guerra civil e muito derramamento de sangue. Era o início da ruína da República Romana.

[...] embora o conflito da lei agrária tenha demorado trezentos anos para acarretar a servidão de Roma, isso teria ocorrido muito mais cedo caso a plebe, seja com essa lei, seja com outros desejos seus não tivesse refreado a ambição dos nobres. Vê-se também por aí como os homens estimam mais o patrimônio que as honras. Porque a nobreza romana sempre cedeu à plebe sem excessivos tumultos quando o assunto eram honras, mas, quando tratou do patrimônio, foi tão grande a

⁹⁸ Medida agrária, que varia conforme o país, de 19 a 36 hectares. Em Roma, cada jeira tinha cerca de 2500 m².

sua obstinação na defesa desse que a plebe, para saciar seu apetite, recorreu aos meios extraordinários. [...]⁹⁹

A questão da Lei Agrária nos mostra que é possível considerar um conflito de classe enraizado na propriedade privada, e que num ato de estabelecer a igualdade econômica, por meio da expropriação, promoveram-se efeitos nocivos à República Romana: a formação de facções que levou ao fim a República. Mas é importante observar que Maquiavel não condena a ambição da plebe, pois sem ela a ruína teria ocorrido muito antes.

A questão da existência dos humores, no pensamento de Maquiavel, é um elemento natural, pois, para o autor florentino está presente nas “coisas humanas”.¹⁰⁰ Tais humores consistem nas inimizades entre povo e nobres; sendo a causa dessas inimizades o fato desses quererem mandar e os outros não quererem obedecer.¹⁰¹ Maquiavel formula a Teoria dos Humores à luz da experiência histórica romana para compreender e explicar o que acontece em Florença.

Maquiavel defende as discórdias civis frente ao pensamento tradicional, o qual via nas discórdias a causa da perturbação da paz¹⁰². Além disso, alguns

⁹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 37. p. 116.

¹⁰⁰ [...] Como demonstram todos aqueles que discorrem sobre a vida e todos os exemplos de que estão cheias todas as histórias, quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião; [...]. que os homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade; mas, onde são muitas as possibilidades de escolha e se pode usar da licença, tudo se enche de confusão e desordem.[...].

(Idem. *Ibidem*, L.I, 3.p.20).

¹⁰¹ [...] Pois, em todas as cidades, existem esses dois humores diversos que nascem da seguinte razão: o povo não quer ser comandado nem oprimido pelos grandes, enquanto os grandes desejam comandar e oprimir o povo [...] (NICOLAU, Maquiavel. *O Príncipe*. Cap.IX. p.43).

¹⁰² [...] E, para voltar ao primeiro assunto, creio ser necessário seguir a ordenação romana, e não a das outras repúblicas; porque não acredito ser possível encontrar um meio-termo entre uma e outra, e as inimizades que surgissem entre o povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas um inconveniente necessário para se chegar à grandeza romana. [...]. (MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 6. p.32.).

[...] So a third difference between Bruni and Machiavelli concerns internal discords. In his *Florentine Histories* Machiavelli plains that Bruni's history is inadequate on this point, which Machiavelli takes for his theme. In the *Laudatio* Bruni maintains that Florence's virtue shone in its harmony.[...] (HANKINS, James. Op., cit., p.237).

pensadores concordavam com o fato de que a liberdade pode ser conservada com a prática da *virtù*, e essa seria promovida por meio da participação dos cidadãos nos negócios políticos.¹⁰³ Do ponto de vista maquiaveliano, os tumultos da Roma Antiga eram expressão da participação política, ou seja, expressavam a *virtù* cívica.¹⁰⁴

Em sua obra *História de Florença*, Maquiavel condena as discórdias civis tanto na Roma Antiga como em Florença, pois tais inimizades trouxeram desunião e perturbação. No entanto, ressalta que em Roma tais cisões promoveram alguns resultados positivos.

[...] As graves e naturais inimizades que existem entre as pessoas do povo e os nobres [...] são os motivos de todos os males que surgem nas cidades, porque desta diversidade de humores nutrem-se todas as outras coisas que perturbam as repúblicas. Foi isso que manteve Roma desunida [...] manteve Florença dividida; diversos foram os efeitos resultantes numa e noutra cidade, as inimizades que no início surgiram em Roma entre o povo e os nobres definiram-se discutindo, e em

¹⁰³ [...] Mas, enquanto forem encorajados “a praticar feitos generosos e dignos de louvor para benefício e exaltação de seu país”, isso não apenas impedirá suas ambições de se tornar destrutivas, como também contribuirá para se elevar a liberdade e grandeza de sua cidade.

Com esses argumentos sobre a promoção da *virtù*, a defesa humanista da liberdade republicana completa um círculo. Pois todos esses pensadores afirmam que um dos méritos distintivos da forma republicana de governo está em capacitar homens da mais alta *virtù* a perseguir as metas de honra, glória e fama enquanto servem a sua comunidade. As relações entre *virtù* e liberdade, assim, aparecem se reforçando mutuamente: entende-se que as oportunidades oferecidas aos talentosos, sob uma constituição livre, encorajam o desenvolvimento da *virtù*; e da *virtù* dessa forma engendrada, por sua vez, afirma-se que desempenha um papel vital para conservar a liberdade da constituição. A perspectiva otimista que daqui se extrai é que a vida de uma República integralmente virtuosa poderia, a rigor, não ter fim. Como declara Maquiavel: “Tenha uma República a fortuna de dispor com frequência de homens que por seu exemplo deem vida nova a suas leis, não apenas as preservando da decadência e da ruína, mas lhes restaurando o antigo vigor, e uma tal República haverá de durar para sempre”. [...]

(SKINNER, Quentin. Op., cit., p.200).

¹⁰⁴ [...] Portanto, deve-se censurar o governo romano com mais comedimento; e considerar que tantos bons efeitos oriundos daquela república só podiam ser causados por ótimas razões. E se os tumultos foram razão para a criação dos tribunos, merecem sumos louvores, porque, além de concederem a parte que cabia ao povo na administração, tais tribunos foram constituídos para guardar a liberdade romana. [...]. (MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L.I, 4.p.23).

Florença, combatendo [...].¹⁰⁵

No Livro III da referida obra, Maquiavel narra a diversidade de cisões ocorridas em Florença desde 1353, quando do início das inimizades entre a família dos *Albizzi* e a dos *Ricci*;¹⁰⁶ até a morte de Ladislau, rei de Nápoles. A cidade de Florença permaneceu em quietude de 1400 a 1433.

O olhar de Maquiavel sobre esse período de incessantes discórdias civis em Florença é um olhar crítico e de desagrado. Esta postura negativa em relação a tais conflitos se justifica por algumas razões que compõem o pensamento de Maquiavel quanto ao valor positivo concedido aos tumultos que encontramos nos *Discursos*.

Em primeiro lugar, as discórdias civis que ocorreram em Florença não foram

¹⁰⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Cap.III, 1 p. 143.

¹⁰⁶ [...] Mas a má sorte da nossa cidade e a sua não boa organização fizeram com que entre a família dos *Albizzi* e a dos *Ricci* nascesse inimizade. Coisa que dividiu a cidade. [...]. Após a vitória de Carlos I criou-se o magistrado do partido guelfo e a este se deu grande autoridade sobre os gibelinos. Mas esta autoridade o tempo, os diversos incidentes e novas divisões, tinham se colocado de tal maneira no esquecimento que muitos descendentes de gibelinos já ocupavam importantes magistraturas. Então *Uguccione de 'Ricci*, chefe desta família, agiu para modificar a lei contra os gibelinos, [...]. Onde *Uguccione* se propunha, com a renovação desta lei, privar os *Albizzi* das magistraturas, pois dispunha que fosse condenado qualquer descendente de gibelino que exercesse a magistratura. [...]. Viveu-se, portanto, com tais atribulações de 1366 a 1371, ano em que o partido dos guelfos retomou forças. [...]. Esta guerra contra o Pontífice fez ressurgirem, não obstante a morte de *Uguccione*, os partidários dos *Ricci*, os quais contra os *Albizzi* tinham sempre apoiado *messer Bernabò* e se oposto à Igreja; e mais ressurgiram ainda porque os Oito (magistrados) eram todos inimigos do partido dos guelfos. [...]. Tendo então morrido o papa Gregório, e ficado a cidade sem guerras externas, internamente se vivia em grande confusão: porque se de um lado a audácia dos guelfos era insuportável, do outro não se via maneira de poder derrotá-los. No entanto julgava-se necessário vir às armas para ver que cetro devia prevalecer. Estavam do lado dos guelfos todos os antigos nobres, com a maior parte dos populares mais potentes, [...]; do outro lado estavam todos os populares de menor condição [...]; o restante da multidão, como quase sempre ocorre, do lado descontente se colocava. [...]. Os primeiros da plebe que foram à praça eram os que tinham reunido em *San Piero Maggiore*, com cuja chegada não se moveram os que aí estavam em armas. Compareceu junto a estes a outra multidão (os *Ciampi*), e, não tendo resposta, com terríveis gritos à Senhoria reclamavam seus prisioneiros; [...]. Os antigos nobres, chamados Grandes, não podiam suportar ficar sem os cargos públicos, e por isto se engenhavam de qualquer maneira para recuperá-los, e para isto desejavam que se desse autoridade aos Capitães de Partido; desagradava aos notáveis do povo e às Artes Maiores o fato de o estado ter acomunado as Artes Menores e o povo miúdo; por outro lado, as Artes Menores queriam aumentar ao invés de diminuir sua dignidade; e o povo miúdo temia perder seus cargos nos Colégios de suas Artes.[...]. [...] a cidade viveu em muita quietude até 1393. Nesta época *Giovan Galeazzo Visconti*, chamado *Conte di Virtù*, aprisionou *messer Bernabò*, seu tio, e por isso tornou-se príncipe de toda a Lombardia. Acreditou poder tornar-se, por meio da força, rei da Itália, pois com o engano tinha-se tornado duque de Milão. E moveu uma grandíssima guerra aos florentinos em 1390. [...]. [...] A conquista de Pisa aconteceu em 1400, e dois anos depois morreu *Giovan Galeazzo*, duque de Milão, morte esta, [...], que pôs fim à guerra que durou doze anos. Nesta época, tendo o governo tomado mais autoridade, ficando sem inimigos fora e dentro, fez a empresa de Pisa, que venceu gloriosamente, e em quietude se viveu dentro (de Florença) de 1400 aos 1433. [...]. (MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. pp.146-182).

movidas por interesses coletivos, mas sim por ambições e interesses privados ou facciosos; em segundo, o poder político era utilizado para prejudicar os inimigos, seja expropriando-lhes seus bens, expulsando-os de seus cargos públicos, exilando-os ou matando-os, o que fazia o ódio aumentar entre a população florentina; por fim a presença permanente do sentimento de inveja e desejo de vingança. Esses aspectos são extremamente prejudiciais a qualquer ordenamento social e político. Maquiavel teve esta consciência e preocupava-se com o fato de Florença manter sempre o risco de esfacelamento de sua ordem; por isso seu olhar negativo para os tumultos em Florença.

[...] E como a cidade estava cheia de diversos humores, cada um diversos fins tinha, e todos, antes de pousá-los, desejavam atingi-los. Os antigos nobres, chamados Grandes, não podiam suportar ficar sem os cargos públicos, e por isto se engenhavam de qualquer maneira para recuperá-los, e para isto desejavam que se desse autoridade aos Capitães de Partido; desagradava aos notáveis do povo e às Artes Maiores o fato de o estado ser acomunado as Artes Menores e o povo miúdo; por outro lado, a Artes Menores queriam aumentar ao invés de diminuir sua dignidade; e o povo miúdo temia perder seus cargos nos Colégios de suas Artes. Estas discrepâncias ocasionaram muitos tumultos, durante um ano, em Florença; ora tomavam armas os Grandes, ora as Artes Maiores ou Menores e, com estas, o povo miúdo; e muitas vezes de repente diversos pontos do território estavam em armas. [...].¹⁰⁷

¹⁰⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Cap. III, 21 p.172.

Ao contrário das *Histórias*, na obra *Discursos*, Maquiavel analisa o tema dos dois humores, e tudo que dele deriva, em diversos capítulos do livro. Em linhas gerais, propõe que as divergências entre a plebe e o Senado tornaram Roma uma República livre e poderosa, pois nessas divergências não havia violências entre os cidadãos nem tentativas de facções ou indivíduos para assumirem o poder. Tais conflitos eram promovidos por homens de boas intenções. A exceção a essa regra foram as desordens surgidas por conta da Lei Agrária retomada pelos Gracos, que conduziu a República à ruína, conforme analisaremos mais adiante.

[...]. Não vou negar que a sorte e a disciplina tenham contribuído para o poder em Roma; mas não se pode esquecer que uma excelente disciplina é a consequência necessária de leis apropriadas, e que em toda parte onde estas reinam a sorte, por sua vez, não tarda a brilhar. [...]

[...] Se alguém, portanto, quiser ordenar uma nova república, terá de examinar se quer que ela cresça em domínio e poder, como Roma, ou que permaneça dentro de limites exíguos. No primeiro caso, é necessário ordená-la como Roma e dar lugar da melhor maneira possível a tumultos e a dissensões entre cidadãos [...]¹⁰⁸

É preciso ficar claro o uso que Maquiavel faz dos termos discórdias civis e tumultos. Em *História de Florença*, o autor lamenta as dissensões sociais entre nobres e povo; nos *Discursos* os tumultos são amplamente elogiados. De Grazia sinaliza para o significado do termo tumulto nos *Discursos*:

¹⁰⁸MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 6. p. 30.

[...] As divisões civis e inimizades naturais lamentadas por Niccolò não devem ser confundidas com os tumultos elogiados nos *Discursos*. Os tumultos, palavra aqui escolhida por ele, consistem em conflitos internos que “raras vezes geravam exílios, e raríssimamente sangue”. Ao que parece, ele refere a movimentos de protestos civis: “O povo junto a gritar contra o Senado, o Senado contra o povo, a correr tumultuadamente pelas ruas, a fechar as lojas, toda a plebe de Roma a ir embora, coisas estas que só assustam a quem as lê”. “Tais formas de protesto não geram qualquer exílio ou violência em prejuízo do bem-comum, e sim leis e ordens em benefício da liberdade pública” – desde que a pátria já não esteja corrompida e seus homens tenham em vista “o bom fim”. Então os tumultos não prejudicam; “pelo contrário, auxiliarão a república”. Dão uma sintonia mais fina às leis. [...].¹⁰⁹

Maquiavel demonstra que as divergências entre as forças políticas e sociais eram perigosas, na medida em que, quando essas se fortaleciam, a liberdade dos cidadãos diminuía. A organização de partidos ou facções implicava a concessão de favores para um grupo e a exclusão desses privilégios para outros; disso resultando o controle do poder político por um pequeno grupo.

Verificamos que Nicolau Maquiavel manteve o debate em torno de temas centrais e tradicionais, como a reflexão sobre a natureza humana, a virtude, a fortuna e a liberdade. Mas confronta a tradição intelectual ao defender a necessidade dos conflitos sociais, pois concebe a liberdade como fruto da oposição entre grupos distintos. O autor florentino estabelece uma relação entre conflito – ação – lei – liberdade. As leis garantem aos homens as condições para manterem sua individualidade e atuarem no cenário político com igualdade e liberdade. Neste

¹⁰⁹ GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no inferno*. (Trad. Denise Bottman) São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 195-196.

sentido, a liberdade deriva das leis, a qual decorre dos conflitos sociais. No entanto, Maquiavel atenta para a importância de boas leis, pois devem preservar a liberdade à medida que orientam as ações no sentido do interesse comum dos grupos em conflito. Também sublinha que a grandeza dos Estados depende da manutenção dos interesses coletivos, e são nas Repúblicas que encontramos os instrumentos institucionais capazes de canalizar os interesses opostos – os dois humores – os quais estariam presentes em toda comunidade política.

3.2 – A Liberdade Cívica

A questão da liberdade civil é tratada por quase todos os *Discursos*, mas principalmente no Livro I em que a liberdade é colocada como o baluarte de toda esta parte da obra. Já na Dedicatória Maquiavel assume seu republicanismo, talvez como uma maneira de se redimir de uma possível postura Monárquica postulada na Dedicatória d'O *Príncipe*. Ainda no mesmo tom, Maquiavel tenta orientar os jovens republicanos ¹¹⁰, que estavam direcionando-se para o uso da força a fim de liquidar os conflitos da política florentina, para o estudo da Antiguidade o que foi feito pelos Renascentistas, porém, não houve a proposição de problemas. O que Maquiavel sugere é a necessidade de se aprender com o passado para fazer frente à inércia do presente. Por isto, a importância de rever a história romana utilizando-a como paradigma para os problemas vividos em Florença, à época de Maquiavel. Com essa atitude, Maquiavel transfere as atenções das instituições políticas de Florença para as de Roma.

¹¹⁰ Esses jovens eram os que pertenciam ao Círculo Rucellai, para o qual Maquiavel apresentava suas obras. Maquiavel via naqueles jovens a possibilidade de se formar o líder ideal.

[...] julguei necessário escrever, acerca de todos os livros de Tito Lívio [...] aquilo que, do que sei das coisas antigas e modernas, julgar necessário ao maior entendimento deles, para que aqueles que lerem estes meus comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade pela qual se deve procurar o conhecimento das histórias[...]¹¹¹

A obra inicia apontando para a questão de vários tipos de fundação livre que uma cidade pode ter. Nos capítulos um, dois, três e dez do Livro I, Maquiavel apresenta o problema da fundação, o qual está vinculado ao tema da liberdade. Primeiramente, Maquiavel demonstra a situação de Florença, a qual não teve uma fundação livre; mas sim foi subjugada pelo Império Romano. No pensamento de Maquiavel, o elemento liberdade é crucial, pois se a cidade trouxe no seio de sua fundação a liberdade, isso será a garantia de sua conservação e de sua expansão e grandeza, assim semeando o caminho para a potência. Dessa forma, o autor florentino promove o conhecimento das origens de Florença e procura compreender a política utilizando-se de formas mais perfeitas de ordenações de uma cidade. Para isso, utiliza-se do método de contrastar Florença e Roma, sendo esta um modelo de República livre e perfeita, com isso possibilita a compreensão de seu tempo contrastando com o passado.

[...] A liberdade é, portanto, a chave para a compreensão das vitórias de uma cidade, mas também a causa da fraqueza daquelas que não a possuem. Ela parece ser o conceito fundamental para toda teoria política que aborde o problema da grandeza e da decadência dos povos. [...].

¹¹¹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos L.I*, 1 p.7.

[...] Ao apelar para a diferença das fundações, e ao fazer de Roma o modelo da República livre, nosso autor nos convida não só a compreender seu tempo através do confronto com a Antiguidade, mas a compreender a política através do estudo de suas formas perfeitas.[...].¹¹²

Para instigar mais o debate, Maquiavel soma aos seus questionamentos o tema das tensões, “discórdias civis” nos *Discursos*; “intrínsecas inimizades” em *História de Florença*. Condição indispensável para a existência da liberdade.

Maquiavel inicia o capítulo dois discorrendo sobre as cidades que nasceram livres. Classifica aquelas que tiveram um bom legislador e que mantiveram a paz por um longo tempo, como foi o caso de Esparta. Quanto à Roma, seu caminho foi tortuoso para atingir a perfeição. Esse quadro leva Maquiavel a refletir sobre a importância de legisladores e leis. Analisando o caso romano, Maquiavel irá desmontar o princípio de que é a primeira fundação com suas instituições que determinam a essência de uma República. Roma criou instituições imperfeitas e percorreu caminhos sinuosos ao longo de sua história; no entanto pôde atingir a perfeição e a grandiosidade.

Para Maquiavel a República perfeita é a mista¹¹³, pois garante a liberdade por meio de canais legalizados para a ocorrência de lutas entre classes, o que promove um processo interno levando a transformação das instituições, sempre fortalecendo a liberdade. Podemos também tomar Roma como perfeita não somente por sua fundação; mas por ter sido capaz de promover transformações políticas com habilidade e em situações difíceis.

¹¹² BIGNOTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. (Coleção filosófica; V.19). p.79.

¹¹³ No pensamento de Maquiavel a República mista é a que contempla as três formas de governo: Monarquia por meio do Consulado, Aristocracia através do Senado e Democracia por meio dos Tribunais.

A perfeição de Roma deveu-se principalmente a suas leis fortes¹¹⁴ que possibilitaram a permanência constante dos conflitos entre Senado e povo, resultando na salvaguarda da liberdade. Quanto à questão das leis, considerando que para Maquiavel elas devem ser promulgadas partindo do princípio de que todos os homens são maus e em algum momento usarão sua maldade; daí ser interessante salientar em que patamar Maquiavel coloca as leis: no lugar dos ditadores, no lugar dos Tarquínios. Isso porque parte do pressuposto de que todos os homens temem a morte; e as leis devem ser fortes o bastante para fazer os homens temerem-na e assim freá-los quanto a sua maledicência.

[...] E a razão disso é que nenhuma república bem-ordenada jamais usou os méritos de seus cidadãos para anular seus deméritos, mas, tendo ordenado prêmios para as boas obras e penas para as más, mesmo tendo premiado alguém por uma boa obra, castigá-lo depois, sem consideração alguma por suas boas obras, caso ele venha a cometer uma má ação. E quando tais ordenações são bem observadas, as cidades vivem livres por muito tempo, quando não o são, logo se arruínam. [...].¹¹⁵

Porém, o núcleo da discussão sobre a liberdade está nos capítulos dezesseis, dezessete e dezoito do Livro I dos *Discursos*. No primeiro capítulo em questão, Maquiavel parte do seguinte pressuposto:

[...] O povo acostumado a viver sob a autoridade de um príncipe, se por algum acontecimento se torna livre, dificilmente mantém a liberdade. [...].¹¹⁶

¹¹⁴ Não pode-se esquecer que no pensamento de Maquiavel as leis são calcadas no desenvolvimento da desunião entre povo e Senado, pois os tumultos foram a causa primeira da liberdade em Roma.

¹¹⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 24. p.85-86.

¹¹⁶ Idem. *Ibidem*. L.I, 16. p. 64.

Maquiavel exemplifica essa dificuldade com o que aconteceu em Roma após a deposição dos Tarquínios. Tal dificuldade está no fato de que um povo acostumado a viver na servidão, tal qual um animal numa jaula, quando é colocado em liberdade, por alguma razão, não sabe agir por conta própria e estando numa situação de total insegurança poderá ser dominado novamente. Maquiavel prossegue afirmando que o mesmo acontece com um povo que vive sob o governo de outros, que quando se vê livre, por não saber se defender, logo passa para o domínio de outrem. Esta situação em que há a possibilidade de um povo sair da servidão e chegar à liberdade, mesmo não sabendo enfrentar as dificuldades, só poderá ocorrer com um povo que não está totalmente corrompido, ou seja, a corrupção somente atingiu uma pequena parcela da população.

Este Estado que conquistou a liberdade, depois de viver em servidão, terá que buscar o apoio de partidários inimigos, pois, no governo tirânico esses tinham privilégios e autoridade; no Estado livre os méritos e honrarias são concedidos por razões honestas e determinadas. Portanto, um Estado livre em ascensão terá partidários inimigos e não amigos.

[...] Além disso, há uma utilidade comum proveniente da vida livre que ninguém reconhece enquanto possui, e essa utilidade consiste em poder cada um gozar livremente e sem temor das coisas que tem, em não duvidar da honra das mulheres e dos filhos, em não temer por si mesmo. [...].¹¹⁷

O autor florentino vai adiante, afirmando que para a consolidação de um Estado livre o governante deve utilizar-se de dois meios: a força contra os

¹¹⁷Idem. *Ibidem*. L. I, 16. p.65.

conspiradores e buscar a amizade do povo, pois um governante que não tem o apoio da multidão criará um estado livre de vida breve.

[...]. Se não é possível governar com segurança tendo como inimigos uma multidão, tal só é possível para aquele que tem somente um diminuto número de opositores. Para a primeira situação o governante terá de usar massivamente a força, o que acaba por enfraquecer o poder, quando o mais correto é ganhar-lhes a afeição. Em *Il Principe* este problema está posto no capítulo XIX, em que discute-se o que é melhor ser amado ou temido (odiado). Se naquele livro Maquiavel toma partido do temor, nos *Discorsi* o ser (ou fazer-se) amado prepondera. Sendo assim, o governante deve saber o que o povo deseja, por mais perigosa e irresponsável que seja esta *enquete*. O próprio Maquiavel adianta a resposta: em primeiro lugar o povo quer vingar-se de quem lhe tirou a liberdade; e em segundo, recuperá-la. “Não podendo contentar senão em parte o desejo que têm os povos de recobrar a liberdade perdida, o príncipe deve examinar as causas deste desejo: verá então que um pequeno número deseja a liberdade para poder comandar, mas um número infinitamente maior de cidadãos quer a liberdade apenas para poder viver em segurança.” (74) A primeira bem pode ser satisfeita, porém a liberdade pode, possivelmente, ser restituída, porém em parte. “Quanto aos primeiros, qualquer que seja a forma como se organize a república, no máximo quarenta ou cinquenta cidadãos podem alcançar o poder --um número bem reduzido.” (75) Ocorre, segundo o pensador florentino, que sempre haverá poucos exigindo a liberdade “para comandar” e uma infinidade de cidadãos almejando viver em segurança, mesmo que isso implique em ausência de liberdade. Maquiavel, fino psicólogo, parece tentar desatar o nó górdio do problema de reaver a liberdade posto naquela

quadra do Livro Primeiro dos *Discorsi*. De novo, a cantilena realista aponta para o fato de que aqueles poucos podem ser mortos ou satisfeitos com honrarias, enquanto os segundos exigem leis e instituições que assegurem a existência pacífica em segurança. Frente este dilema, o governante deve convencer plenamente o povo de que não irá violar as novas leis, daí talvez o costume (simbólico) de jurar sobre um exemplar da constituição e das *Sagradas Escrituras*. Resta saber quem modela quem, se o governante modela o povo, ou se, republicanamente, o povo modela o governante à sua imagem e semelhança?[...].¹¹⁸

Difícil essa questão proposta por Valverde, mas como ele mesmo afirma podemos tentar resolver partindo da própria defesa que Maquiavel faz quando afirma que Roma somente se livrou da corrupção quando depôs os Tarquínios e matou os filhos de Brutus (simbólico ou não). Tais atos evitaram a corrupção do povo romano e puderam recobrar a liberdade. Ou seja, no nosso entendimento cabe ao governante criar instituições e leis que modelem o povo. Isso é claro em Maquiavel quando ele trata da questão das leis atribuindo-lhes o papel de educar o povo, assim como o de canalizar legalmente os tumultos e discórdias civis que, como temos afirmado, para Maquiavel tem um valor positivo, pois é a garantia da liberdade.

Importante ressaltar que a corrupção é o maior empecilho da experiência da liberdade para o autor florentino. Assim, no capítulo dezessete, Maquiavel dá continuidade à discussão pressupondo que:

¹¹⁸ VALVERDE, Antonio José Romera. A liberdade cívica no Livro I dos *Discorsi* de Maquiavel. IN: Revista Hypnos, n.5 Centro de Estudos da Antiguidade Grega/Departamento de Filosofia da PUC-SP. São Paulo: EDUC/ Palas Athena. 1999. p.9-10.

[...] Um povo corrompido que se torne livre com enorme dificuldade se mantém livre. [...].¹¹⁹

Maquiavel fundamenta sua tese nos exemplos romanos, colocando que os reis romanos adquiriram um elevado grau de corrupção e caso essa se estendesse ao resto da coletividade seria impossível reformar Roma. Mas como os romanos liquidaram com o reinado foi possível conter a corrupção e reformar a cidade, desta forma restaurando a liberdade e as ordenações. No entanto, Maquiavel com todo seu realismo não acredita de fato que uma cidade corrompida, que viva sob o comando de um príncipe, possa viver em liberdade; mesmo que morto esse príncipe e toda sua família. O que Maquiavel efetivamente acredita é que a conquista da liberdade somente será possível quando um príncipe virtuoso eliminar o outro e somente com a *virtù* poderá manter livre a cidade. Mas esta liberdade durará somente enquanto durar a vida dele.

[...] Mas não se vê exemplo mais forte que o de Roma, onde, expulsos os Tarquínios, logo foi possível ganhar e manter a liberdade; mas, morto César, morto Caio Calígula, morto Nero, extintos todos os césares, nunca mais se pôde não só manter como também dar princípio à liberdade. [...].¹²⁰

Maquiavel passa a discutir a questão da corrupção tomando por base o passado romano e o presente italiano. Em Roma, os reis logo que se corromperam foram expulsos antes que a corrupção se alastrasse por toda cidade e foi pelo fato de não haver corrupção que os tumultos em Roma favoreceram a República, pois a

¹¹⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L.I, 17. p.69.

¹²⁰ Idem. *Ibidem*. L. I, 17. p.69.

finalidade dos homens era boa. Na Itália de Maquiavel a corrupção generalizada entre o corpo político e social, era o fator que impedia o sucesso de uma tentativa para estabelecer a liberdade.

Podemos considerar que Maquiavel prioriza três pontos para que uma cidade consiga se manter livre: a existência de líderes virtuosos, acostumar a cidade a ter bons hábitos e a questão da desigualdade. Uma cidade que se encontra totalmente corrompida, porventura, só poderá reergue-se com o uso da força por um líder virtuoso, é a virtude desse líder que dará sustentação às boas ordenações na cidade. Porém, é quase certo que com a morte de tal líder a cidade recaía nas antigas desordens. Daí a necessidade de acostumar a coletividade a ter bons hábitos, por meio de leis. Esta questão de promover bons hábitos, seja pelas leis ou pela força, é crucial no pensamento de Maquiavel, pois o povo acostumado com bons hábitos torna-se um povo virtuoso e quando um povo é virtuoso a corrupção não terá força e os tumultos e outras desordens não causarão danos. Mas, essa questão é cara a Maquiavel, uma vez que entende que um povo somente manterá os bons hábitos enquanto tiver um líder virtuoso; na falta dele caíra em ruína. Quanto ao problema da desigualdade, Maquiavel lhe atribui o fato dos homens se corromperem e não terem aptidão para viver em liberdade e o único modo de resolver essa questão seria implantar a igualdade pelos meios extraordinários.¹²¹

No capítulo dezoito, Maquiavel se rende à possibilidade de tornar livre uma cidade corrompida. Partindo de duas realidades: manter o Estado livre nas cidades corrompidas e organizar a liberdade numa cidade em que não há liberdade. O autor

¹²¹ Vamos propor o entendimento de desigualdade no pensamento de Maquiavel como sendo um elemento crucial que abrange a dimensão econômica, política e social. Isso porque ao longo de suas obras, verificamos referências a tais dimensões.

florentino reconhece a dificuldade de tal empreitada, mas não quer deixar esse tema sem análise. Nessas situações propostas, Maquiavel aponta duas dificuldades: a primeira refere-se às regras a serem estabelecidas, que devem acompanhar os diferentes graus de corrupção. Quando se tem a corrupção de um povo, as leis e instituições que predominavam enquanto havia virtude tornam-se ineficazes. No entanto, ocorre que as leis são alteradas e adequadas à nova situação; mas raramente as instituições são modificadas para atender às novas exigências. Uma passagem sobre a República Romana pode ser ilustrativa:

[...] Um tribuno ou outro cidadão podiam apresentar ao povo uma lei, sobre a qual qualquer cidadão podia falar a favor ou em contrário, antes que se deliberasse a seu respeito. Essa ordenação foi boa enquanto os cidadãos foram bons; porque sempre foi bom que qualquer um que pretendesse fazer um bem ao público pudesse apresentar uma lei; e também é bom que todos possam emitir sua opinião sobre ela, para que o povo, depois de ouvi-las todas, possa escolher a melhor. Mas, depois que os cidadãos se tornaram maus, a ordenação tornou-se péssima, porque só os poderosos apresentavam leis, não em favor da liberdade comum, mas do seu poder; e contra elas ninguém podia falar, por medo daqueles: de tal modo que o povo ou era enganado ou forçado a deliberar a sua própria ruína. Portanto, para que Roma se mantivesse livre naquele estado de corrupção, era necessário que, assim como ao longo de sua vida criara novas leis, também tivesse criado novas ordenações. [...].¹²²

¹²²MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos* L.I, 18, pp.74-75.

Prosseguindo na sua análise, Maquiavel tratará da reforma das instituições. Para ele há somente dois meios: ou a reforma ocorre aos poucos ou de uma única vez. No primeiro caso, é necessário um homem prudente que perceba o surgimento dos inconvenientes logo na sua emergência. Porém, o autor florentino afirma que esse tipo de homem jamais surgirá; e se aparecer não terá qualquer tipo de apoio, pois, os homens habituados a viver de um modo, não gostam de mudar. Quando ao segundo modo, o meio para atingi-lo seria pela via extraordinária – o uso da violência e das armas. Para isso seria necessário que um homem bom se tornasse príncipe da República por meios extraordinários, pressupondo então que fosse um homem mau. É interessante a análise dialética, no universo da ação política efetuada por Maquiavel entre o bem e o mau. Um homem bom nunca se tornaria um príncipe por vias más, mesmo que a finalidade fosse boa; e um homem mau tornando-se príncipe jamais trabalharia para o bem e faria bom uso de sua autoridade que obteve por vias más.

Diante de tal exposição é inegável que o republicanismo resista em absoluto. No entanto, Maquiavel insiste que caso seja preciso criar uma República, tal tarefa deve ser feita partindo de um Estado régio, para poder frear a insolência dos homens, senão pelas leis, então pela força e pelas armas. Mas para isso, seria preciso que tal príncipe tivesse o compromisso com o uso bom de sua autoridade, conforme o caso de Rômulo, tão admirado por Maquiavel.

No capítulo vinte e cinco, Maquiavel encontra o caminho para salvaguardar a liberdade ao propor:

[...] Quem desejar reformar o estado de uma cidade, se quiser que ele seja aceito e se mantenha com satisfação de todos, precisará conservar algum vestígio pelo menos dos antigos modos [...]¹²³

Partindo do argumento universalista de que todos os homens se importam mais com o que parece ser do que com o que é, Maquiavel sinaliza que para se ordenar um Estado livre é necessário manter alguns vestígios dos antigos modos. Com esse argumento, Maquiavel nos presenteia com novos elementos políticos da genialidade de seu pensamento. Conforme propõe Valverde:

[...] O jogo aparência-essência implica em tomar a ação política como representação teatral, se é mesmo verdade que os homens se interessam mais pelas aparências das coisas que pelas coisas em si. Assim, Maquiavel saltando da política para a religião, outra representação teatral, relembra que era celebrado “em Roma um certo sacrifício anual, que só podia ser oficiado pelo rei pessoalmente, para evitar que se lamentasse o não cumprimento do antigo costume pela falta de um rei, foi criado, para presidir a cerimônia, um ‘rei’ simbólico, subordinado ao sumo sacerdote. O povo podia assim assistir ao sacrifício, desaparecendo o pretexto de que o seu interesse significava um desejo de que retornassem os monarcas.” (96) Mesmo que o exemplo proposto esteja ancorado, em princípio, no universo da representação religiosa, a conotação política do fato é inevitável.[...].¹²⁴

Pensamos que Maquiavel conseguiu encontrar um caminho para trilhar a busca pela liberdade. E este caminho não é tão sinuoso, marcado pelo jogo da

¹²³ Idem. *Ibidem*. L. I, 25. p. 87.

¹²⁴ VALVERDE, Antonio José Romera. Op., cit., pp.14-15.

aparência-essência o que é vital para a ação política, seria necessário ter o cuidado para que as mudanças no Estado não alterassem totalmente as mentalidades dos homens, sendo preciso conservar ao máximo a antiga fisionomia do Estado. Para concluir, Maquiavel garante ser essa a fórmula para estabelecer um poder soberano – seja uma República ou uma Monarquia.

No capítulo quarenta e nove, Maquiavel trata da questão da dificuldade de ordenar uma República, pois, sempre são descobertas novas necessidades que determinam a criação de novas ordenações. Maquiavel recorre ao princípio fundador da cidade. Se seu princípio foi livre, como é o caso de Roma, e regendo-se por si mesma, assim mesmo tem dificuldades para criar leis que a mantenha livre; se seu princípio é de servidão, como é o caso de Florença, é impossível criar uma ordenação que permita uma vida livre e pacífica.

Maquiavel finaliza a questão da liberdade quanto à problemática das reformas institucionais e legislativas, partindo do princípio da cidade ser livre ou serva. Como sempre Roma é seu modelo perfeito, conforme dissemos acima, mas que também tem dificuldades para manter a liberdade em sua república. Mas Roma manteve-se livre até a questão agrária, conforme visto acima, porque soube adequar suas ordenações às necessidades e contingências, sempre tendo em mente o bem-comum.

Tendo Roma como paradigma, o autor florentino fará duras críticas a Florença. Primeiro afirma que Roma foi fundada pelo Império Romano, portanto seu princípio foi de servidão. Nesse tipo de princípio é impossível estabelecer uma vida livre, pois sempre se viveu sob o governo alheio. Quando livre do domínio romano, não soube criar boas ordenações, mas embora tenham o sufrágio público e livre as autoridades eleitas não governavam para o bem comum, mas sim, para os

interesses particulares e partidários. Esse é o grande problema de Florença, para Maquiavel, a sobreposição de interesses privados aos interesses coletivos.

Para finalizar nosso estudo sobre a liberdade no pensamento político de Maquiavel, resta-nos tratar da importância de um meio ordinário para fazer acusações e da guarda da liberdade.

É no capítulo sete, dos *Discursos*, que o autor florentino tratará da necessidade das acusações para manter a liberdade. Segundo o autor, as autoridades de uma República devem possuir o poder de acusar, perante o povo ou conselho de cidadãos, o indivíduo que atentou contra o Estado livre. O poder da acusação é necessário por dois aspectos: primeiro, para que os cidadãos não intentem contra o Estado por medo de represálias; segundo, a possibilidade legal da acusação é um instrumento importantíssimo para que os cidadãos liberem seus humores, os quais existem em todas as cidades; caso não haja esse meio ordinário, os humores serão liberados por vias extraordinárias, colocando em risco o Estado livre.

[...] Porque, se um cidadão é punido ordinariamente, ainda que de modo injusto, segue-se pouca ou nenhuma desordem na república; pois a execução não é feita com forças privadas e forças estrangeiras, que são as que arruinam a vida livre, mas sim com forças e ordens públicas, dentro de seus próprios termos, não se ultrapassando o limite além do qual arruína a república [...].¹²⁵

A questão da guarda da liberdade, tratada no capítulo cinco, é fundamental para garantir toda a grandeza de uma República. A guarda da liberdade depende do

¹²⁵MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*. L. I, 7. p.34.

modo de como a República é constituída, sendo fato que sempre haverá os grandes e o povo não é possível ter certeza em que mãos devesse ficar a guarda da liberdade.

Para desenvolver sua tese, Maquiavel se utiliza dos exemplos de Esparta, Veneza e de Roma. Nas duas primeiras a liberdade esteve nas mãos dos nobres; em Roma nas dos plebeus. O autor florentino passa a analisar todas as possibilidades para chegar a uma conclusão. Quanto aos resultados, Maquiavel conclui que a guarda da liberdade deve ficar com os nobres, pois em Esparta e Veneza a vida livre foi mais duradoura do que em Roma. No entanto, quanto às razões defende o modelo romano, ou seja, a liberdade deve ser guardada pela plebe, pois essa somente deseja não ser dominada, e por consequência, maior vontade de ser livre. Fica claro o posicionamento de Maquiavel a favor da guarda da liberdade nas mãos dos plebeus, pois entende que esses não tendo forças para retirar a liberdade dos grandes não permitirão que outros a usurpem, e assim terão mais zelo pela liberdade. Por outro lado, Maquiavel aponta os benefícios de dar aos nobres a guarda da liberdade. Em primeiro lugar, isso satisfaria a ambição da nobreza, que teria maior participação nos negócios públicos; em segundo, frearia os ânimos da plebe, tirando-lhe algum tipo de autoridade.

Maquiavel conclui então que se a opção for uma República que quer formar um Império, assim como Roma; é preciso dar a guarda da liberdade aos plebeus. Se não pretende expandir-se, deve-se seguir o modelo espartano e veneziano, dando aos nobres a guarda da liberdade.

[...] N' *O Príncipe*, o valor básico à volta do qual Maquiavel organiza seu aconselhamento é o da segurança: opina-se que o príncipe tenha como prioridade 'o

conservar seu estado', e só depois disso considere as metas da honra, glória e fama. Inversamente, nos *Discursos*, o valor fundamental é o da liberdade: é esse o ideal, e não o da mera segurança, que Maquiavel agora deseja que coloquemos acima de todas as demais considerações, inclusive as ditadas pela moralidade convencional. [...].¹²⁶

Se “o valor da liberdade” tornou-se supremo e acima de qualquer moralidade, isto ocorreu porque Maquiavel não ignorou os valores, mas sim os ativou. Pois, em meio às circunstâncias da Itália em que vivia – a Itália por fazer e os estrangeiros por expulsar – Maquiavel enquanto esteve participando dos negócios públicos, contribuiu brilhantemente para salvaguardar sua pátria. Em seu exílio, Nicolau Maquiavel manteve sua importância ao presentear os italianos com suas obras que buscavam restabelecer uma forma de racionalidade política, que favorecesse uma leitura produtiva da história contemporânea; uma leitura que pudesse enfrentar os desafios do mundo.

¹²⁶ SKINNER, Quentin. Op., cit., p.176-177.

Considerações finais

Percorrer a obra de pensamento de Nicolau Maquiavel é descobrir a importante contribuição do autor florentino para a Ciência Política e para a História. Ele foi um dos principais representantes do pensamento político italiano disposto a pensar sua época e traçar caminhos possíveis e eficazes na condução da comunidade política florentina e, em especial, da Itália. Em suas observações e análises das sociedades ao seu entorno, Maquiavel dialogou com o passado em busca de compreensão dos problemas do presente. Mas, essa prática não foi exclusiva do pensador florentino, pensadores que o antecederam já retornavam ao passado procurando respostas para seus questionamentos. Porém, para Maquiavel esta retomada do passado não significava uma mera imitação; era necessário verificar se no presente havia a existência ou não de elementos que orientaram os Estados antigos, era imprescindível distinguir se os problemas do presente eram passíveis de soluções com o uso de regras da Antiguidade. Maquiavel aponta para a necessidade de confronto das circunstâncias passadas com as do presente. Assim, a imitação não seria uma simples cópia da ação passada, mas sim, a aplicação de maneira sensata e condizente das lições antigas ao presente e ao futuro.

Nicolau Maquiavel acumulou um cabedal intelectual extremamente diversificado e grandioso, tanto por meio de sua vida profissional quanto por sua vida pessoal. Com toda sua excelência intelectual Maquiavel pôde desenvolver suas análises políticas e delas deduzir novas regras e construir novos conceitos que promoveram, em grande parte, a ruptura com o pensamento político medieval, proporcionando uma abertura no caminho para o pensamento político moderno. No entanto, não podemos ignorar o fato de Maquiavel foi herdeiro da geração dos humanistas cívicos, e por isso entendemos que Maquiavel utilizou-se dessa herança

ao manter no debate político e intelectual temas levantados pelos humanistas e até mesmo pelos escolásticos, como analisamos acima: a tese de São Tomás de Aquino sobre a atividade apetitiva dos homens, que resulta em tumultos. Mas, Tomás de Aquino não concede um valor positivo a essa característica; no entanto, percebe nos indivíduos a existência de tal sedição e traz o tema para o debate. Maquiavel não fala em atividade apetitiva, mas sim em humores, que também demonstram os desejos dos indivíduos, mas para Maquiavel os humores são um mal necessário, pois resultam em liberdade se canalizados por meios ordinários.

Liberdade, tema que sempre esteve presente nos debates dos pensadores antigos e medievais; era compreendida na Baixa Idade Média, como soberania e autogoverno republicano. Grande parte dos pensadores políticos pensava a liberdade como um bem precioso e se empenhavam em buscar caminhos, nas suas reflexões e publicações, para defendê-la. A princípio culpavam as dissensões sociais como a causa do fim da liberdade. Posteriormente, passaram a acusar os mercenários como culpados pela perda da liberdade. Mas a questão é que o tema liberdade manteve-se vivo como a principal preocupação dos intelectuais. E com Nicolau Maquiavel não foi diferente.

A liberdade é, no pensamento de Maquiavel, o fim último das sociedades, sem ela o que resta é a servidão, corrupção, degeneração. A liberdade foi um bem caro a Maquiavel, pois sua tese sobre a conquista e manutenção da liberdade rompeu com toda uma tradição do pensamento político, uma vez que Maquiavel propõe a Teoria dos Humores, a qual defende a existência de dois humores – os grandes e o povo – um querendo dominar e outro não querendo ser dominado e assim chegam às dissensões sociais, as quais resultam na elaboração de novas leis e novas ordenações, promovendo a liberdade. Portanto, os tumultos adquirem um

valor positivo no pensamento de Maquiavel. A liberdade tem seu conceito alargado, pois também diz respeito à participação nos negócios públicos da cidade pela população e como consequência o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária devido ao estabelecimento de novas leis. Maquiavel ainda surpreende quando conclui que a guarda da liberdade deve ser concedida ao povo, pois o povo teme perdê-la, e por isso lutará para sua manutenção, mas não para tê-la somente para si. O povo quando não está corrompido sempre prezará pelo bem da coletividade.

Assim, evidencia-se que as discórdias civis defendidas por Maquiavel são a luta desse povo, e é essa luta que o autor aponta como benéfica à vida do Estado. Em sua obra, *História de Florença*, Maquiavel demonstra que as divisões prejudiciais são aquelas que nascem junto aos partidos e aos partidários. Nos *Discursos*, propõe que as divergências entre a plebe e o Senado tornaram Roma uma República livre e poderosa, pois nessas divergências não havia violências entre os cidadãos nem tentativas, de facções ou indivíduos, para assumirem o poder. Tais conflitos eram promovidos por homens de boas intenções.

Propomos que a Teoria dos Humores traz em si um elemento pouco explorado por Maquiavel que é o conceito de “classe social” e consequentemente as dissensões sociais podem ser compreendidas como “lutas de classes”. Não queremos com essas afirmações seduzir-nos pelo anacronismo e sugerir que Maquiavel foi um visionário predecessor de Karl Marx. Mas, não podemos desprezar o fato de que à época de Maquiavel o sistema econômico capitalista já estava em desenvolvimento, conduzido pela classe social que lhe era expressiva: a burguesia. E nosso autor florentino estava atento à evolução do capitalismo e as suas consequências, tanto que redefine o sentido de *popolo*, que até então englobava

todos os habitantes da cidade, passando agora a excluir os pobres e desfavorecidos, os quais passaram a formar uma classe inferior. Ora, o critério para essa redefinição conceitual foi o econômico: a posse ou não de riquezas.

Nicolau Maquiavel não se preocupou em aprimorar suas análises sobre economia, sabemos que seu olhar era para o funcionamento dos mecanismos da ação política. Porém, Maquiavel não desprezou a dimensão econômica da ação política e isso fica claro quando observamos sua análise sobre a lei agrária de Roma, conforme já destacado acima por Lefort:

[...] É verdade que não descobrimos nos *Discursos* uma verdadeira análise do sistema de propriedade em Roma, das mudanças sobrevindas na repartição da terra [...]. Não podemos, porém, ignorar que sua obra traz em germe uma concepção moderna da economia, pois relaciona a formação das classes e do poder à luta pela apropriação dos bens. A opressão de que fala implica o que chamamos de exploração. Nenhuma referência – é verdade – a uma finalidade do corpo social, nenhuma imagem de uma hierarquia de funções fundada sobre a divisão do trabalho, nenhuma teoria das necessidades naturais ou sociais. Mas uma consciência aguda do conflito entre detentores da riqueza e “pés-de-chinelo.” [...].¹²⁷

Poderíamos pensar Nicolau Maquiavel como um elo entre o medievo e o moderno? Acreditamos que sim, pois mesmo contrariando grande parte do pensamento político medieval ele manteve no debate temas de seus predecessores, apropriando-se de tais temas e conceitos e sempre atento à realidade que se configurava à sua frente procurou induzido por seu realismo, reavaliar os trabalhos

¹²⁷ LEFORT, Claude, Op. cit., pp. 150-152.

que lhe foram legados e utilizá-los para a compreensão do corpo político e social, numa tentativa de salvar uma Itália esfacelada pela prepotência e ambição dos homens. Infelizmente o sonho de uma Itália livre e unida não se realizou ao tempo de Maquiavel, mas todo o seu pensamento teve um desdobramento nas mãos de pensadores que herdaram o legado de Nicolau Maquiavel. E ainda hoje, Maquiavel é um pensador que tem muitas questões a nos oferecer.

De suas ideias emergiram questionamentos que ainda permanecem no debate intelectual, basta lembrarmos que vivemos num mundo dividido pelo egoísmo e pela disputa, no qual as políticas internas e externas continuam se definindo em torno da luta pelo poder. Maquiavel identificou que o mal está, inextricavelmente, associado à história humana. Observou a eminência de forças sociais e de paixões políticas que ainda hoje se chocam diante de nosso olhar inquieto e em busca de soluções.

Fontes primárias

MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Livio “Discorsi”*.

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

_____. *Escritos Políticos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

_____. *História de Florença*. São Paulo: Musa Editora, 1998.

_____. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

Fontes secundárias

PÁDUA, Marsílio de. *O Defensor da Paz*. (Trad. Jorge Antônio C. R. de Souza)

Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

ALIGHIERI, Dante. *De La Monarquia*. (Trad. Ernesto Palácio) Buenos Aires: Editorial

Losada. 1941.

Bibliografia

AMEAL, João. *São Tomás de Aquino – Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra*. Porto: Livraria Tavares Martins. 1956.

AMES, José Luiz. *Maquiavel: A lógica da ação política*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

BARON, Hans. *En busca del Humanismo cívico Florentino - ensayos sobre el cambio del pensamiento Medieval al Moderno*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaio sobre a Liberdade*. (Trad. Wamberto Hudson Ferreira), Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Pensamento Político).

BIASON, Rita de Cássia Aparecida. *Decadência e corrupção na História de Florença: A visão de Nicolau Maquiavel*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo.

BIGNOTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. (Coleção filosófica; V.19).

BIGONGIARI, Dino. *The Political Ideas of St. Tomas Aquinas*. New York: Hafner Press, 1981.

BRAUDEL, Fernand. *O Modelo Italiano*. (Trad: Telma Costa). Lisboa, Editorial Teorema, 1997.

_____. *Reflexões sobre a História*. (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRAUN, Rafael. *Reflexion política y pasión humana em el realismo de Maquiavelo*. IN: Desarrollo Económico. Instituto de Desarrollo Económico y Social. Vol.13. no.49 (Apr – Jun; 1973). p. 91-112.

BRUDNEY, Kent M. *Machiavelli on Social Class and Class Conflict*. Political Theory, Vol. 12, No. 4 (Nov., 1984). p. 507-519.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. (Trad. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. In: Filosofia Política. LPM Editores. S/d.

COSTA, José Silveira da. *Tomás de Aquino – a razão a serviço da fé*. São Paulo: Editora Moderna. 1993.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade*. São Paulo: Moderna, 2005.

DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa 1983.

DOTTO, Gianni. *Il Secolo XII - Illuminismo logico e umanesimo del limite*. Roma: Edizioni Studium, 1978.

DRESDEN, S. *O Humanismo no Renascimento*. Porto: Editorial Nova Limitada, 1968.

DUVERNOY, J. F. *Para conhecer o pensamento de Maquiavel*. (Trad. Suely Bastos). Porto Alegre: L & PM Editores, 1984.

ESCOREL, Lauro. *Introdução ao pensamento político de Maquiavel*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1958.

ESPOSITO, Roberto. *La política e La storia – Machiavelli e Vico*. Nápoles: Liguori Editore. 1980.

ESTEVÃO, J C. *Escolástica*. In: *Dicionário temático do Ocidente Medieval* /coordenação Jacques Le Goff e Jean Claude Schmitt. (coordenador da tradução Hilário Franco Júnior). Bauru, SP: EDUSC: São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GILBERT, Felix. *The Humanist Concept of the Prince and the Prince of Machiavelli*. IN: The Journal of Modern History. Published by the University of Chicago Press. Vol.11, no. 4 (Dez. 1939). p. 449 a 483.

GRAZIA, Sebastian de. *Maquiavel no Inferno*. (Trad. Denise Bottman) São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

GUERRERO, Rafael Ramón. *Historia de La Filosofia Medieval*. Madrid: Ediciones Akal, 2002.

HALE, J. R. *A Europa durante o Renascimento (1480 - 1520)*; (Trad. António Sabler). Lisboa: Editorial Presença. S/d.

HANKINS, James (Organizador) *Renaissance Civic Humanism*. New York; Cambridge University Press, 2000.

HELLER, Agnes. *O Homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença. S/d.

LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel: Florença e Roma*. (Trad. Jônatas Batista Neto). São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1988.

LEFORT, Claude. *Le Travail Machiavel*. Saint Amand: Éditions Gallimard, 1986.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. (trad. José Rivair de Macedo). Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.

_____. *Os intelectuais da Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LOVEJOY, Arthur O. *Reflexões sobre a História das Idéias*. In: *Journay of History of Ideas*. (Trad. Gustavo Freitas Pereira). Janeiro de 1940.

MARTELLI, Mario. *Machiavelli e Gli Stori Antichi: osservazioni su alcuni luoghi dei Discorsi Sopra La Prima Deca Di Tito Livio*. Roma: Salerno Editrice, 1998.

MONDOLFO, Rodolfo. *En los orígenes de la Filosofía de la cultura*. Buenos Aires, Librería Hachette. 1960.

NEDEL, José. *Maquiavel: Concepção Antropológica e Ética*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

NOGARE, Pedro Dalle. *Humanismos e Anti-Humanismos: Introdução à Antropoligia Filosófica*. Petrópolis: Editora Vozes. 1988.

PEREIRA, Joacil de Brito. *Idealismo e Realismo na obra de Maquiavel*. Brasília: Horizonte Editora. 1981.

PIRENNE, Henri. *História Econômica e Social da Idade Média*; (trad. Lycurgo Gomes da Motta). São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Sérgio Miceli (org.); (trad. Fábio Fernandez). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PULEDDA, Salvatore. *Interpretaciones Del Humanismo*. Santiago: Virtual Ediciones. S/d.

QUEIROZ, Teresa Aline Pereira. *O Renascimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*. (Trad. Nelson Canabarro). São Paulo: Musa Editora, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo: Atual, 1994.

SCHILLING, Kurt. *História das Idéias Sociais: indivíduo, comunidade e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. e outros. *Machiavelli and republicanism - (Ideas in context)*. New York: Cambridge University Press, 1990.

_____. *Maquiavelo*. (Trad. Manuel Benavides) Madrid: Alianza Editorial. 1984.

TENENTI, Alberti. *Florença na época dos Médici: da Cidade ao Estado*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1973.

THEIMER, Walter. *História das Ideias Políticas*. (Trad. Dinorá Freitas e Sampaio Marinho). Lisboa: Editora Arcádia. 1970.

TORREL, Jean-Pierre. *Iniciação a Santo Tomás de Aquino – sua pessoa e obra*. (Trad. Luiz Paulo Rouanet) São Paulo: Edições Loyola. 1999.

VALVERDE, Antonio José Romera. A liberdade cívica no Livro I dos *Discorsi* de Maquiavel. In: Revista Hypnos, n.5 Centro de Estudos da Antiguidade Grega/Departamento de Filosofia da PUC-SP. São Paulo: EDUC/ Palas Athena. 1999. p.9-10.

WEBER, Max. *Ciência e Política - Duas Vocações*. (trad. Jean Melville). São Paulo: Editora Martin Claret. 2003.

WHITE, Michael. *Maquiavel - Um homem incompreendido*. São Paulo: Editora Record, 2007.

WOLFF, Philippe. *Outono da Idade Média ou Primavera dos Tempos Modernos?* (Tradução Edison Darci Heldt). São Paulo: Martins Fontes, 1988.

e-mail: mag.fernandes@usp.br